



Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Antropologia

Em redor do *Grande Lago*:
a água e a paisagem em Alqueva através do texto legislativo e
institucional

Fernando José do Carmo Oliveira da Silva

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Antropologia

Especialidade em Turismo e Património

Orientador:

Doutor Pedro Miguel Pinto Prista Monteiro, Professor Auxiliar
Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa - Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2011

Agradecimentos

Ao Professor Pedro Prista pela orientação, empenho e disponibilidade durante a realização deste trabalho. Para além da pertinência das suas críticas e sugestões, realce-se o seu comprometimento pedagógico, do qual estou profundamente agradecido.

À Lígia e ao Miguel pela *paciência* demonstrada enquanto escrevinhava.

Resumo:

A construção da barragem de Alqueva, considerada como fundamental em todas as estratégias de desenvolvimento desenhadas para o Alentejo, traduziu-se numa profunda alteração paisagística de um amplo território a par da disponibilidade de um recurso natural nele tido como escasso, a água.

O texto legal respeitante a tal empreendimento bem como o formulado por agentes económicos e institucionais diversos com interesses directos na região, constituiu relevante instrumento na formulação e difusão de um novo ideário paisagístico e elemento promotor de novas significações do recurso água.

A leitura diacrónica de tais textos, genericamente designados como *textos de autoridade* atenta a sua génese institucional e social, permite verificar terem ocorrido mudanças nas representações associadas aos conceitos de paisagem e de água, resultantes de interferências económicas advindas do sector turístico-imobiliário, que obrigaram a reformular e a reordenar as justificações associadas à sua construção.

No âmbito de tal reformulação, em que se recorreu a uma estreita associação com os conceitos de património e de cultura, a significação inicial do próprio empreendimento foi profundamente alterada. Estes textos reflectem não só as condições sociais concretas que determinaram tais reordenamentos estratégicos, mas concorreram eles mesmos para tais alterações, instituindo-se como factores de mudança, mercê da sua condição de *autoridade*, facto que se pretende analisar no presente estudo.

Palavras Chave: Paisagem; Água; Património; Turismo; Rural; Identidade; Memória.

Abstract:

The construction of Alqueva dam, considered to be fundamental in all development strategies designed for the Alentejo, has led to a deep change of a large landscape area along with the availability of natural resource water, until then scarce.

The legal text concerning such an enterprise as well as the formulate by several economic and institutional agents with direct interests in the region, led to the formulation of a new landscape concept and new meanings for water as a natural resource.

The diachronic interpretation of such texts, generally designated as authority texts, considering the institutional and social origin, allows us to record changes in representations associated to the concepts of landscape and water, resulting from economics tourism-real estate interests that rethink and rearranges the reasons associated to the project

In the ambit of such reformulation, in which relied on a close association with the concepts of heritage and culture, the original meaning of the project was deeply changed. These texts reflect not only the social conditions which determined these strategic rearrangements, but contributed to these changes, setting themselves as cause of change, due to their authority condition, factor which is intended to explore in the present paper.

Keywords: Landscape; Water; Heritage; Tourism; Rural; Identity; Memory.

Índice

	Pág.
1. 1. Objectivos.	1
2. Metodologia.	7
3. Enquadramento conceptual.	11
4. A terra, a população.	17
4.1. Alentejo.	17
4.2. O que Alqueva “banha”.	26
5. Água.	29
5. 1. Recursos, distribuição e consumo.	29
5. 2. O caso português.	33
5. 3. As obras hidroeléctricas.	37
5. 4. Alentejo, as obras hidroagrícolas.	38
6. Alqueva.	41
6. 1. A lenta concretização.	41
6. 2. Os pressupostos iniciais.	43
6. 3. Os Planos.	49
6. 3. 1. Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, PNPOT.	51
6. 3. 2. Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo, PROTA.	56
6. 3. 3. Plano Regional de Ordenamento do Território da Zona Envolvente da Albufeira do Alqueva, PROZEA.	60
6. 3. 4. Plano de Ordenamento das Albufeiras do Alqueva e Pedrógão, POAAP.	69
7. Turismo, os decisores.	73
7. 1. O Plano Estratégico Nacional do Turismo, PENT	73
7. 2. Agentes institucionais e turístico-imobiliários.	75
7. 3. Outros agentes, outros discursos?	80
8. Os percursos da paisagem e da identidade.	89
9. Conclusões e desenvolvimentos futuros.	97
10. Bibliografia.	105

1. Objectivos.

O presente estudo propõe-se reflectir sobre o *corpus* legislativo relacionado com o Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva, doravante Alqueva ⁽¹⁾, visando perceber como se operou a passagem de um discurso inicialmente centrado na água enquanto recurso natural estratégico para a região e o país, para um outro que o valoriza enquanto recurso turístico por via da sua qualificação paisagística, valência esta que na actualidade se sobrepõe a todas as demais e se apresenta como hegemónica. Entende-se que a pertinência de abordar tais discursos decorre da circunstância deles mesmos se constituírem como factos sociais.

Entendemos que nesse *percurso* o texto legal contribuiu para a formação e definição de um dado conceito de paisagem que importa estudar, traduz um *comprometimento* cujos contornos importa definir. Por seu turno, tal passagem de recurso natural estratégico a recurso paisagístico determinou a alteração das anteriores condições de acesso, posse e fruição, as quais necessariamente alteram as valorizações emprestadas ao recurso água e se interligam com redefinições das relações sociais instituídas.

A relevância de Alqueva enquanto estudo de caso reside igualmente no facto de integrar em si de modo vincado três tipos de paisagem (Fiz, 2006: 18-19), a paisagem de contemplação, a paisagem enquanto representação artística e a paisagem de acção. Propõe-se para Alqueva uma paisagem de contemplação sobre o plano de água, o *Grande Lago*, uma paisagem enformada pelas representações artísticas da natureza e uma paisagem que apela à participação em actividades lúdicas e/ou desportivas. O que se verifica no caso da paisagem de acção a qual é «(...) fruto de um trabalho social que se postula como trabalho estético, como uma cenarização estética não somente da paisagem mas também dos actores que nela actuam e a desfrutam» (Idem: 50, tradução livre), considera-se igualmente aplicável aos demais tipos de paisagem.

Em torno de Alqueva expressa-se pois uma textualidade por onde perpassam novos significados e simbólicas, nomeadamente as respeitantes à água e à paisagem, num discurso carregado de tropos de que o termo *O Grande Lago* é exemplo. Para a elaboração e fixação de tal *texto* concorreu o que se pode designar por discurso de autoridade, seja o vertido na

1) Embora o Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva inclua um vasto conjunto de estruturas, entre as quais o plano de rega respectivo e a barragem de Pedrógão, para efeitos expositivos utilizar-se-á tão só a denominação da barragem de Alqueva quando tal não decorra de referência contextual precisa ou de bibliografia.

legislação atinente a Alqueva e à sua envolvente, seja o resultante de entidades institucionais diversas através da elaboração de programas de actividades, relatórios, guias ou tão só de iniciativas vincadamente publicitárias.

Privilegiou-se a iniciativa legislativa entendida enquanto *locus* por onde se «procura dar corpo jurídico aos valores que orientam uma determinada sociedade, transformando-os em normas de conduta, pública e privada» (Pato, 2008: 89), mas também, enquanto ela mesma factor gerador de alteração desses mesmos valores, em virtude de por estar investida de autoridade, condicionar e influir sobre quaisquer outras valências e estratégias de abordagem relativas à paisagem, o que não obsta a que se tenha presente a advertência de Bourdieu (1989: 237-238) de que o Direito «faz o mundo social com a condição de se não esquecer que ele é feito por este», pois que «as nossas categorias de pensamento contribuem para produzir o mundo, mas dentro dos limites da sua correspondência com estruturas preexistentes».

Tendo presente que uma paisagem é uma construção humana num duplo sentido, enquanto construção mental, interpretação perceptiva de uma realidade física, e enquanto construção e transformação dessa mesma realidade física por via das acções humanas, e partindo da premissa de que a construção da barragem determinou um processo de criação acelerada de paisagem, com a particularidade de em tudo ser oposta à anterior pelo excesso de água a ela associada, e assim sendo, ser uma *paisagem à procura de memória*, pretende-se perceber como se resolve tal processo construtivo em face do forte condicionalismo que o quadro jurídico impôs às acções humanas sobre a área envolvente de Alqueva e o recurso água, bem como aos critérios de selecção dos agentes dessas acções. Considera-se que muito da percepção que se tem da(s) paisagem é expressão de relações sociais concretas, em que muito do que se vê é visto em resultado de um determinado *lugar*, de selecções prévias, donde se afastar uma abordagem que a(s) inocenta.

Propõe-se analisar como o discurso legislativo e institucional expressou uma subtracção territorial de cerca de 250 Km² (equivalente às áreas somadas dos municípios de Lisboa, Amadora, Oeiras e Cascais), em razão da sua submersão pelas águas da albufeira, a que se deve juntar o correspondente à área de influência directa desta. Se as justificações apresentadas para tal amputação territorial são conhecidas, são-no menos as diferentes estratégias empregues na afirmação deste novo território, no que a insistente sua renominação por parte daqueles discursos, agora *Grande Lago*, concorre para a ocultação do anterior;

metaforicamente dir-se-ia não que o presente se sobrepôs ao passado, mas antes que o ignorou propositadamente, em que mesmo a constante exaltação patrimonial visível em tal discurso não decorre de uma continuidade com a história mas antes de uma afirmação do presente, numa dupla submersão que não só pela água.

A decisão de construção de Alqueva suscitou um intenso debate na sociedade portuguesa dados os seus previsíveis impactos desde logo ao nível social, económico, ecológico e paisagístico. Decisão por longo tempo adiada e em redor da qual se foi sedimentando ora um discurso salvífico, mesmo sebástico (Serrão, 1999: 17), por onde tanto tensões sociais como constrangimentos económicos seriam ultrapassados mediante a transformação do Alentejo num «regadio minhoto agigantado» (Soares, 2007: 5), ora, ao invés, um posicionamento crítico, seja pela dimensão do projecto, mas também em virtude de recentramentos conceptuais operados no seio das ciências sociais, a que acresce uma acentuação da intervenção cívica resultante de uma maior acuidade ecológica.

As profundas alterações que Alqueva implicou, particularmente na paisagem e na oferta de um recurso tradicionalmente escasso como seja a água, reflectem-se necessariamente nas representações que as populações abrangidas por aquele empreendimento estabelecem com o território envolvente, o que se considera constituir uma ampla área de investigação social. E se tal propósito de investigação, necessariamente inserir num contexto mais vasto que abrange a simbólica adstrita à água no espaço da bacia mediterrânica, se justifica em parte pela contemporaneidade das alterações verificadas, deverá igualmente considerar o quanto se diferencia face a situações similares anteriores, as quais não foram precedidas de qualquer tipo de avaliação que não a estritamente económica, sem lugar a quaisquer estudos de impacto social e ambiental, como foi o caso de Vilarinho da Furna, cuja população entre Setembro de 1969 e Outubro de 1970 foi sem qualquer tipo de consulta prévia obrigada a abandonar a aldeia; tanto o contexto político como os modos de contestação social se modificaram entretanto e sobre o presente se instituiu o *espectro* de experiências anteriores, como a indicada.

Com efeito é o próprio texto constitucional pós 25 de Abril que prevê o direito de petição e de acção popular para «Promover a prevenção, a cessação ou a perseguição judicial das infracções contra a saúde pública, os direitos dos consumidores, a qualidade de vida, a preservação do ambiente e do património cultural» (art. 52º), sendo que a capacidade de

actuação cívica e defesa de interesses correlatos é reiterada ao consignar o direito a um ambiente de vida humano «sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender» (art. 66º), competindo ao Estado «Ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correcta localização das actividades, um equilibrado desenvolvimento sócio-económico e a valorização da paisagem (e) criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico» (idem).

A crescente intervenção cívica em áreas que se prendem com a defesa ambiental, visível na criação de diversas associações e organizações não-governamentais, embora ainda socialmente muito restritas, encontra-se consignada na lei ordinária, particularmente ao impor a obrigatoriedade de proceder a estudos de impacto ambiental e a consulta pública previamente à decisão de execução de alguns projectos, por modo a minorar consequências negativas que dos mesmos possam advir, situação prevista desde 1990 (Decreto Lei n.º 186/90, de 6 de Junho e Decreto Regulamentar n.º 38/90, de 27 de Novembro).

Embora tardiamente face a outros países, tanto na administração central como na local são visíveis preocupações ambientais, facto recente e cujos primórdios mais explícitos remontam tão só a 1971, com a criação da Comissão Nacional do Ambiente (integrada na Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, JNICT), no âmbito da futura participação de Portugal na Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, Conferência de Estocolmo, em 1972, com a criação do Parque Nacional da Peneda-Gerês na sequência da celebração em 1970 do 1º Ano da Conservação da Natureza, iniciativa do Conselho da Europa e com a criação em 1974, escassos dias após o 25 de Abril, da Subsecretaria de Estado do Ambiente integrada no Ministério do Equipamento Social e Ambiente (n.º 2 do art. 7º, Decreto Lei n.º 203/74, de 15 de Maio).

Se os anos iniciais da década de 70 do século XX são cruciais para perceber ao nível governativo as primeiras preocupações de carácter ambiental e sua consequente tradução legislativa, servem igualmente para ilustrar o quão moroso foi esse processo, atento o facto da Liga de Protecção da Natureza, LPN, ter sido criada em 1948; a permeabilidade entre a sociedade civil e o poder político de então era escassa, no que concorda com o carácter autoritário e antidemocrático deste, assim melhor se percebendo a demora de mais de 20 anos até serem promulgadas as primeiras medidas legislativas.

E embora tal demora não fosse exclusiva do país, pois que o grande impulso na criação de áreas protegidas a nível mundial ocorre naquela década, anos 70, no caso nacional nem o propagado enaltecimento dos valores rurais que o poder político então exprimia serviu de aval à efectivação de medidas de preservação ambiental, donde a constatação de que «a natureza não saiu incólume do Estado Novo» (Schmidt, 1994: 453), situação que se manteve até finais da década de 80 e cuja inversão se deveu substancialmente à integração na então Comunidade Económica Europeia.

Quanto a Alqueva, para além do acento nas questões de preservação da fauna e flora, donde a polémica em torno da cota máxima de enchimento da albufeira, a sua relevância enquanto contexto do presente estudo decorre da acentuação havida com preocupações de índole social e cultural que apelaram à intervenção de equipas multidisciplinares e onde a antropologia foi chamada a desempenhar funções, dirigidas primordialmente para a menorização traumática da deslocação territorial dos habitantes da Aldeia da Luz, no âmbito do estabelecimento de estratégias de consolidação de memória colectiva num contexto paisagístico cujos referentes foram amplamente alterados.

Passados cerca de dez anos assiste-se a um conjunto de reflexões mais vasto e no quadro de uma delimitação geográfica de cariz mais alargado, com destaque para os estudos relacionados com o turismo e suas implicações socioculturais. Em torno e em nome de Alqueva assistiu-se igualmente à produção de um conjunto de disposições legais cuja incidência ultrapassa os estritos limites geográficos da albufeira.

Em redor do *Grande Lago*: a água e a paisagem em Alqueva através do texto legislativo e institucional.

2. Metodologia.

O objecto de análise do presente estudo é constituído por uma selecção de documentos legislativos cujo propósito se interliga directa ou indirectamente com Alqueva e sua área envolvente, dos quais se destacam o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, PNPOT, o Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo, PROTA, o Plano Regional de Ordenamento do Território da Zona Envolvente da Albufeira do Alqueva, PROZEA, e o Plano de Ordenamento das Albufeiras do Alqueva e Pedrógão, POAAP, instrumentos jurídicos que enquanto ordenadores do território se inserem em políticas de âmbito nacional, regional ou local em resultado directo da construção do empreendimento de Alqueva.

O recurso a tais planos, atenta a hierarquia em que se encerram, decorre de se constituírem como expressão institucional de conceitos que de modo mais ou menos explícito se conjugam com tais políticas de ordenamento, tais como *património*, *paisagem* ou *turismo*, permitindo assim verificar como estes são conceptualizados e justificados pelo legislador e desse modo concorrem para se instituírem socialmente.

Para além destes textos, secundariamente recorrer-se-á a outros oriundos de entidades que reflectem e/ou executam as políticas oficiais ou oficiosas, com destaque para as do sector do turismo, caso do *Turismo de Portugal, I. P.* e da *Entidade Regional de Turismo do Alentejo*. Assim, atender-se-á ao estudo de documentos como o Plano Estratégico Nacional do Turismo, PENT, de alguns exemplares de folhetos e guias turístico/promocionais e ainda de “páginas electrónicas” de algumas das Câmaras Municipais abrangidas por Alqueva.

Este tipo de textos, que se pode designar como textos de autoridade, permite a sua interpretação enquanto veículos que transmitem os referentes simbólicos de uma ideologia dominante da paisagem (Williams, 1973; Cosgrove, 1994; 1995; 1999; Daniels, 1994). Por eles igualmente se podem destacar anteriores inscrições paisagísticas, tomando a proposta de André Corboz de perspectivizar o território como um palimpsesto (Corboz, 2001) ⁽²⁾, destacar o

2) Correntemente se remete para William George Hoskins, *The Making of the English Landscape*, 1955, a propósito da metáfora da paisagem como palimpsesto, autor que expressa uma profunda nostalgia pela paisagem rural inglesa, particularmente a herdada dos tempos medievos (Hoskins, 1985: 298-303). Ver também Raymond Chevallier (1976), “Le paysage palimpseste de l’histoire: pour une archéologie du paysage”, in *Mélanges de la*

que se considera serem permanências de longa duração na relação que as sociedades estabelecem com os territórios e os lugares.

Considerando o *texto de autoridade* e como o mesmo transmuta um recurso natural como a água em recurso cultural, mercê da sua qualificação paisagística a que se agrega uma valência turística, propõe-se a sua conjugação com questões derivadas das políticas nacionais no domínio da agricultura, do turismo, do património e do ambiente, sendo que nalguns casos anteriormente à apresentação do quadro local, Alqueva, se torna necessário integrá-lo em circunscrições mais vastas, regionais, mas também nacionais e mundiais.

Por aqueles textos, relativamente aos quais é incontornável o nome de Pierre Bourdieu e que adiante melhor se procurará explicitá-los no contexto do presente estudo, se pretende não só relacionar o quanto as intervenções paisagísticas que Alqueva determinou e que neles estão explanadas se conjugam com o predomínio do que se entende ser um novo ciclo da pastoral da paisagem, mas também perceber o quanto e como tal pastoral ao invés de ser percebida como anacrónica, face a profundas alterações materiais e sociais ocorridas nas décadas mais recentes, pelo contrário se afirma e consolida na actualidade. Trata-se de uma situação tanto mais paradoxal quanto os seus destinatários primeiros são sociologicamente estranhos ao meio que se exalta e nem com ele detêm qualquer «finalidade produtiva» (Nave, 2003: 141), meio esse que deixou em muitos casos de apresentar qualquer relevância produtiva ligada ao sector agrícola, antes assistindo-se a um acelerado processo de sua terciarização. Entende-se aqui aplicável a afirmação de que «a melhor indicação da vitória final da modernidade sobre outros ordenamentos socioculturais não é o desaparecimento do mundo não-moderno, mas a sua preservação artificial e a sua reconstrução na sociedade moderna» (MacCannell, 1999: 8, tradução livre).

Necessariamente se fará recurso a um conjunto de bibliografia advinda primordialmente dos estudos históricos, etnográficos e geográficos, procurando ilustrar nestes domínios as principais propostas interpretativas respeitantes à temática da paisagem e da água. Igualmente importa proceder a uma contextualização histórica, tendo sempre presente que a mesma assenta em três núcleos, sempre os mesmos e relacionados entre si; o espaço, o tempo e as

Casa Velázquez, (Online), 12. Para Roncayolo (1997: 517) a origem de tal metáfora surge através dos «comentadores da haussmanização».

pessoas, no que se englobam aspectos demográficos, económicos e políticos, datáveis nalguns casos de finais do século XIX, delimitação temporal que resulta tão só de uma opção expositiva, não remetendo para um qualquer momento fundador da paisagem contemporânea conquanto desta não possa ser dissociado.

Um outro tipo de acervo bibliográfico resulta de uma extensa consulta a imprensa escrita do período de 1975 a 2006, em jornais como *Diário de Notícias*, *Público*, *Expresso*, *Correio da Manhã*, *Jornal de Notícias*, *A Capital*, *Diário Popular*, *Dia*, *Avante*, *Diário de Lisboa*, ou ainda, a consulta da revista *Panorama*, *Revista de Arte e de Turismo*, abrangendo neste caso um período que vai de 1941 até 1973, revista cujo notório comprometimento editorial com o regime político então vigente se traduz de modo propagandístico numa ênfase nos aspectos turísticos e folclóricos explanando o ideário artístico, paisagístico e turístico reconhecido e delimitado pelo poder político.

Recorreu-se a este tipo de textos enquanto modo de alcançar um mais amplo registo de discursos e testemunhos e não circunscrevê-los ao meio académico, mesmo quando os seus autores são deste membros reconhecidos e oriundos, como seja Orlando Ribeiro, que para além de responsável pela *humanização* da geografia que então era feita exerceu uma profunda influência nos estudos etnográficos, nomeadamente nos levantamentos no âmbito das etnotecnologias (Saraiva, 2005: 18) realizados por Jorge Dias e seus mais directos colaboradores, estudos esses que contribuíram para uma correlação mais estreita com conceitos como lugar, território e paisagem, em estreita associação com a distribuição geográfica dos artefactos, técnicas e culturas observadas.

Para além dos contributos textuais indicados optou-se por um como que *reconhecimento* da área abrangida por Alqueva, num percurso que permitiu um confronto com memórias pessoais associadas a anteriores e repetidas estadias e viagens por aquela região, tentativa de assim verificar (dis)semelhanças actuais e um renovo de relações, mesmo que estabelecidas sob o estatuto de passante, de *turista*. Deste modo se tornou evidente o quanto a constante presença das águas da albufeira, que não só na sua forma mais explícita, penetra os mais diversos quotidianos, através da publicidade que vai ocupando balcões, paredes, letreiros de estabelecimentos comerciais, nas imobiliárias que asseguram habitações próximas do *Grande Lago* às vezes tornado *Espelho* ou *Mar do Alentejo*, nas (re)conversões oficinais e profissionais que tornam camponeses em marinheiros, oficinas de bicicletas em mostruários

Em redor do *Grande Lago*: a água e a paisagem em Alqueva através do texto legislativo e institucional.

de barcos, tabernas em restaurantes típicos onde sob a aparência do acaso se encenam performances destinadas a visitantes; presença que recobre conversas, sentidos, relações.

3. Enquadramento conceptual.

É hoje consensual que a aquisição do denominado conhecimento científico apresenta uma estreita ligação com o contexto social em que emerge, donde necessariamente apresentar um carácter contingente e histórico. Deste enquadramento resultam condicionamentos sobre a própria produção científica, seja a montante, por via dos métodos utilizados e dos meios disponíveis, seja a jusante, pela normatização social dos resultados, pelo condicionamento que tal implica, mesmo quando restringido à(s) comunidade(s) científica(s), mediante a sua reprovação ou o seu apoio unânime; o tempo tornou-se favorável a revisões epistemológicas.

No caso das ciências sociais e no âmbito das redefinições teóricas a que têm sido sujeitas, foram promovidas nas últimas décadas novas interpretações conceptuais que nalguns casos extremos se pautaram pela própria recusa da objectividade, no que se pode designar de *pânico* do positivismo, onde predomina mais a reacção do que o método, donde a prevalência do elemento subjectivo e consequente promoção do relativismo que marcam o chamado pós-modernismo.

O exemplo da geografia é elucidativo. Nela o estudo da paisagem constituía-se como central, como «elemento distintivo de um posicionamento disciplinar claro entre as ciências naturais e as ciências humanas» (Domingues, 2001: 56), situação tanto mais pertinente no contexto nacional quanto a valorização a que foi sujeita a noção de paisagem no ideário estadonovista. Assim, no quadro das sucessivas vagas de remodelação conceptual da disciplina o conceito de paisagem, cuja operacionalidade resulta da sua condição de “*between*” entre diferentes tipos de saber (Morphy, 1995: 205), foi profundamente alterado (³), em parte subalternizado pelo de território, mais consentâneo à época com novas estratégias de afirmação de teor

3) As alterações verificadas no conceito de paisagem produziram-se no âmbito de disputas entre *campos*, na acepção de Bourdieu (1989; 2008), seja por afirmações estatutárias da Geografia face a outras disciplinas, seja por realinhamentos face a outros *campos*, que não estritamente académicos mas que remetiam para afirmações de teor nacionalista, seja ainda por (re)posicionamentos dos seus próprios agentes internos atentas as disputas de poder dentro do *campo*. É neste contexto que se entende para o período de 1890-1950, a afirmação e domínio de três escolas de geografia humana, a alemã, privilegiando os estudos paisagísticos e regionais com suporte numa noção de paisagem, *landschaft*, territorialmente mais abrangente e entendida como expressão de um *povo*, a geografia francesa, com a acentuação nas estruturas regionais e a geografia norte-americana, privilegiando o estudo das paisagens e as relações que as sociedades estabelecem com o meio (Claval, 2006: 80). No caso da geografia americana desde cedo a exaltação de certos elementos naturais e paisagísticos serviu de suporte ao processo de *nation building* em contraponto a uma pretensa falta de antecedentes culturais.

neopositivista, num processo que se pode considerar como de exorcização de anteriores servidões ideológicas.

Realizada a catarse o renovo do conceito impôs-se com a *Nova Geografia* da década de 70, marcada por uma abordagem fenomenológica na linha da retoma das propostas de Husserl e Heidegger, a qual passa a integrar e a valorizar o elemento subjectivo; reacção de crítica à excessiva formalidade da geografia praticada na década anterior, acusada que foi de continuidade positivista, e que vai levar à integração de métodos advindos de outras áreas, caso da antropologia. Com novos contributos entretanto surgidos a noção de paisagem hoje prevalente nos estudos sociais é em muito tributária desta *nova geografia*.

Quanto aos estudos do espaço rural português estes ficaram devedores do paradigma de análise vindo da década de 70, focado essencialmente no propósito de «*explicar a prolongada sobrevivência do campesinato e os modos de articulação da sua economia com a sociedade global*» (Reis, 1998: 341), em que se sublinhava a oposição rural-urbano, agricultura familiar-agricultura capitalista; deste modo o suporte académico reproduzia e vincava dicotomias estabelecidas, identificava e reforçava distinções mediante a própria classificação e ordenamento dos seus objectos de estudo. Estudos que se caracterizaram ora por uma «abordagem macro, que, pelas suas características, tende a diluir as eventuais especificidades da agricultura enquanto sector de actividade económica» ora por uma «abordagem micro, centrada, por sua vez, nas análises locais e no exame mais ou menos aprofundado dos traços específicos da agricultura e das comunidades rurais locais.» (Valadas de Lima, 1991: 335).

Resultado da menor importância social e económica adstrita à agricultura e às alterações ocorridas no mundo rural, a par de uma crescente difusão dos padrões urbanos e da acentuada migração das populações para as cidades, as mudanças registadas «ao nível do uso produtivo do espaço» conduziram a uma «ruptura com a especialização funcional que tradicionalmente reduzia o rural à agricultura e o urbano à indústria» (Hespanha, 2003), donde a tendência para

(...) ir substituindo cada vez mais o conceito de "rural" pelo de "local" ou de "regional" explica-se, assim, em boa medida, quer pela evanescência do rural quer, também, pelo facto de a distinção tradicional rural - urbano se estar a tornar secundária face às contradições entre o global e o local ou entre o nacional e o local/regional. (Hespanha, 2003)

Na sequência da crise petrolífera dos anos 70, o monolitismo do conceito de desenvolvimento foi profundamente afectado passando então a sua análise a integrar, entre outras, noções como desenvolvimento sustentável, numa atitude salvacionista de conservação e preservação dos recursos naturais e do ambiente, e onde problemáticas relacionadas com os direitos humanos se interligam com o direito à saúde, o combate à pobreza e à exclusão social, promovendo uma nova ética ambiental e pugnando por um comprometimento tanto individual como colectivo, e que se explanou no Relatório Brundtland, *Our Common Future* (Gro Harlem Brundtland e Mansour Khalid, 1987), cuja definição de desenvolvimento sustentável merece ser destacada: «Desenvolvimento sustentável é aquele que permite satisfazer as necessidades das gerações actuais sem comprometer a possibilidade de as futuras gerações satisfazerem as suas».

Conforme referem Manuela Reis e Aida Valadas de Lima, autoras que amplamente temos vindo a seguir no que antecede, a noção de desenvolvimento sustentável integra abordagens provenientes da ecologia e da demografia, o denominado *diálogo* Norte/Sul e, pela primeira vez, um novo actor social, personificado nas gerações futuras, e bem ainda, o surgimento de novas circunscrições geográficas adstritas à noção de desenvolvimento, com um crescendo de visibilidade do âmbito regional e local (Reis, 1998: 346-347), territorialidades que ao emergirem contribuem para atenuar tradicionais e excessivas dicotomias, mormente as que opõem o litoral ao interior, o rural ao urbano.

No âmbito desta preservação o mundo rural passou a ser considerado como «reserva de qualificação ambiental» (Reis, 1998: 331), em continuidade ao anterior *ex-libris* de reserva moral da sociedade, a que se junta o seu contributo enquanto espaço pasteurizado, asséptico, das relações sociais instituídas, doravante espaço harmonioso. No caso português a questão ambiental, a qual ocorreu tardiamente, foi motivada mais do que por uma dinâmica interna por razões políticas resultantes da adesão à União Europeia (Reis, 1998: 334; Schmidt, 1994; Valadas de Lima, 1996), donde se ter centrado nos problemas atinentes às assimetrias já então visíveis, de contínuo crescimento da litoralização da economia e da ocupação do território e de sua acentuada desruralização.

Por seu turno, o quadro conceptual de noções como identidade e património não só foi ampliado como passou a constituir de *per si* uma mercadoria, tendendo à folclorização do mundo rural, refúgio de angústias da modernidade ou dos tempos após esta. O mundo rural

foi como que *gourmetizado* a favor do cidadão, revalorizado face a uma representação da vida urbana que o remete objectivamente para o domínio da *artificialidade*, conquanto a valorização subjectiva que dele é assim feita não o reconheça, procedendo à sua *fetichização*, tornando-o museu *in situ* destinado ao urbanita, que «converte os últimos camponeses em guardas duma natureza transformada em paisagem para os cidadãos» (Bourdieu, 1977: 4, tradução livre).

O ambiente rural cuja identidade pode agora dispensar a agricultura e em que outras actividades que já não aquela se destacam no concurso da valorização paisagística como sejam as ligadas ao turismo e ao lazer (Nave, 2003: 137), é potenciado enquanto mais-valia do processo de mercantilização da paisagem a que é em última instância reduzido, procedendo-se à sua estetização, à sua objectificação através da paisagem, mercantilização esta que foi mais *precoce* nos países do Norte europeu dos que nos do Sul.

A *Natureza*, correntemente tida como realidade autónoma perante a qual as sociedades vão interferindo de modo mais ou menos efectivo, acentuando contactos ou divórcios, resulta ser essencializada na maioria das vezes, separada dos homens, originando dois mundos distintos, o da ordem do humano, adjectivada pelo cultural, e o da ordem do natural, gerando um confronto não só falso como inútil, por iludir o quanto se constitui como força de produção que influi junto das sociedades e das relações sociais que estas geram, primeiramente nas estratégias de sobrevivência, mas também nas apropriações simbólicas que se estabelecem, no que concordamos com Christopher Tilley quando refere que:

Humanly created space is the space of social reproduction. It follows that control over the creation of that space must confer power over the form that reproduction takes and that control over space is crucial for the maintenance of power relations within and between individuals and groups. (Tilley, 1995: 81)

Registos sociais diversos são assim apreendidos mediante a sua inscrição na paisagem, no que será suficiente pensar na relação entre a transmissão da propriedade fundiária e consequente sua dimensão e a estrutura familiar, ou como separar a arquitectura vernácula do território onde ela se expressa, mesmo se nela se conjugam territórios e impressões diversas, cujo exemplo abusivamente recorrente é o da *casa do emigrante*, no que necessariamente impende sobre a paisagem; como separar o território dos ideais estéticos *mainstream* de uma classe

média, cujo *ne plus ultra* se até a um pastiche arquitectónico, embebido nalguns casos numa suposta categorização da casa portuguesa, discurso de clamor nacionalista cuja secularidade institucional se avizinha, conquanto se encontrem referências anteriores a Raul Lino (⁴). Ainda aqui a natureza, mesmo nestas manifestações e afirmações estatutárias de determinados grupos sociais está presente, constitui o meio por onde aquelas relações/reacções se podem expressar, se moldam e evidenciam. Neste como em outros domínios.

⁴) Em “Lisboa Monumental”, texto de Fialho de Almeida publicado na *Ilustração Portuguesa*, n.º 36, de 29/10/1906, e n.º 39, de 19/11/1906, o autor preconizava a criação de bairros operários, cujas casas reflectiriam a construção vernácula das diversas regiões do país, numa amálgama cultural com reflexo na arquitectura e na estética onde «um artista traria do Alentejo e Algarve e Duas Beiras, a indumentária estética da casinha campónia, em pitorescos motivos que por lá andam a esmo da colher dos trolhas rudes, levados na tradição poética dos séculos» (*Ilust. Port.*, 1906, 39). Objecto de estilização por parte de alguns grupos sociais esta saga estética teve ampla difusão.

Em redor do *Grande Lago*: a água e a paisagem em Alqueva através do texto legislativo e institucional.

4. A terra, a população.

4.1. Alentejo.

A *terra* e a *população* constituem as balizas que tornam possível a produção de um qualquer discurso que dê sentido a noções como região, território ou lugar, constituem os pares de uma relação continuada cuja permanente mudança comporta ciclos de duração variável. O presente capítulo propõe-se apresentar um panorama de alguns dos ciclos que marcaram tal relação, no que se pode considerar como uma contextualização histórico-geográfica, esperando desse modo ilustrar o quanto aqueles estiveram na origem de algumas das representações mais comuns sobre o Alentejo, nomeadamente ao nível paisagístico, promotoras do que se pode designar por identidade paisagística, e o quanto essas mesmas representações se apresentam necessariamente como transitórias.

Sob a designação de Alentejo engloba-se um conjunto muito extenso e variado de realidades sociais, económicas e geográficas, numa multiplicidade de critérios promotores de uma fluidez e sobreposição de fronteiras. A polissemia associada ao termo região, este sempre derivado de uma *decisão classificatória* «que expressa um estado da relação de forças materiais ou simbólicas» (Bourdieu, 1989: 113-115), determina assim a procura de um equilíbrio precário entre os diversos fenómenos agregadores de uma certa territorialidade, constitutivos de um sentido de pertença e de identidade, e as forças centrífugas que no quadro de outras afirmações com eles concorrem, sendo certo que a noção de identidade é devedora da afirmação de diferença.

A pretensa unidade de uma região como no caso em apreço resulta de uma construção sustentada em factores diferenciados, sejam os que se atendem aos aspectos fisiográficos de um território, no que serve de exemplo o seu concurso para a existência de árvores e arbustos mais resistentes à dessecação, donde apresentarem folhas persistentes, o que não concorre para acentuar variações paisagísticas no curso das estações do ano, sejam os que se suportam na interacção que os grupos humanos estabelecem com este, o que necessariamente remete por um lado para a noção de transformação e por outro para a de permanência, uma e outra constituindo a história, que é sempre a daqueles grupos sociais e dos seus territórios, próximos ou distantes, e cuja realidade se conjuga com a sua idealidade, região que «não é

mais do que uma noção histórica modelada pelas situações, os debates, os conflitos que caracterizam um período e um lugar» (Roncayalo, 1986: 187) ⁽⁵⁾.

O Alentejo, tal como actualmente enquadrado pela NUTS II, abrangendo cerca de um terço do país, divide-se em cinco sub-regiões estatísticas, NUTS III: Alentejo Central, Alentejo Litoral, Alto Alentejo, Baixo Alentejo e Lezíria do Tejo. Não considerando a NUT III/Lezíria do Tejo, a sua população residente era em 2009 cerca de 503 mil habitantes, representando apenas 4,7% da população portuguesa, traduzindo-se na mais baixa densidade populacional do país, com apenas 18,4% hab/km² (ano 2008), para uma média nacional de 115,3/hab/km², num povoamento tradicionalmente concentrado devido entre outros factores ao regime de grande propriedade, à pobreza dos solos e ao seu abandono até data tardia, finais do século XIX (Feio, 1983: 62). Na clássica divisão do país proposta por Orlando Ribeiro o Alentejo insere-se, a par com o Algarve, a Estremadura e o Ribatejo, no denominado Portugal Mediterrânico, ou se utilizada outra sua demarcação, na chamada civilização do barro (e da taipa) do Sul em contraste com a civilização da pedra abundante a Norte (Ribeiro, 1992).

A perda populacional ocorrida nas últimas décadas, determina que a sua actual densidade demográfica seja inferior nalguns concelhos à verificada em finais do século XIX (em 1878 os distritos de Portalegre, Évora e Beja apresentavam densidades de 17, 15 e 14 h/km² respectivamente, cf. Oliveira Martins, 1987: 66), situação que contrasta com o lento crescimento registado até aos anos 50 do século seguinte, o que se pretende ilustrar com os quadros seguintes:

⁵⁾ Exemplo dessa indefinição ocorre na sua delimitação geográfica dada a diversidade de critérios sobre os quais se pode fundar, sejam administrativos, como os Distritos, estatísticos, como as NUTS, instituídas em 1986, ou ainda, advindas de anteriores divisões geográficas e históricas, as Províncias, que embora formalmente criadas pela reforma administrativa de 1936 e extintas em 1976 se inscrevem num tempo e numa memória mais remota, donde a permanência e amplitude do seu reconhecimento social. E tal indefinição é continuada com os municípios de Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém e Sines, que pertencentes ao Distrito de Setúbal inegavelmente são tidos como *alentejanos*, ou no caso da inclusão em 2002 da NUT III/Lezíria do Tejo na região Alentejo, integrando municípios como Almeirim, Alpiarça, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Coruche, Golegã, Rio Maior, Salvaterra de Magos e Santarém, e ainda o de Azambuja, este fazendo parte do Distrito de Lisboa.

Em redor do *Grande Lago*: a água e a paisagem em Alqueva através do texto legislativo e institucional.

Densidade População					
	1890	1960	Variação 1960/1890	2001	Variação 2001/1960
Barrancos	15,3	20,4	1,33	9,9	0,49
Moura	17,1	30,4	1,78	16,7	0,55
Mourão	13,9	20,9	1,50	7,6	0,36
Portel	12,6	19,3	1,53	11,8	0,61
Serpa	15,1	29,4	1,95	13,8	0,47
Vidigueira	26,4	33,7	1,14	18,6	0,55

Quadro 1 - cf. Feio, 1998: 66 e Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, CCDRA, indicadores regionais, dados de 2001.

	População residente			
	1960	1991	2001	2011
Moura	29 106	17 549	16 590	15 186
Mértola	26 026	9 805	8 712	7 289
Mourão	5 815	3 273	3 230	2 666
Portel	11627	7 525	7 109	6420
Reg. Monsaraz	15 090	11 401	11 382	10 936

Quadro 2 – Censos de 1960, 1991, 2001 e Resultados preliminares do Censo de 2011, INE.

Embora na actualidade suscite algumas reservas a afirmação de que «a posse da terra constitui a pedra angular da estratificação social», tal como Cutileiro (1977: 15) indicava em finais dos anos 60 para *Vila Velha*, e se bem que a agricultura «já não hegemoniza (a utilização do espaço), nem a vida social e económica dos povoados rurais» (Baptista, 2003: 47), nem sequer seja já sinónimo de rural, a estrutura económica da região assenta ainda de modo muito vincado em actividades estreitamente associadas ao sector primário, com predomínio da exploração agrícola da terra e da pecuária ⁶⁾. Quanto aos diversos indicadores sociais de

⁶⁾ O peso da agricultura no PIB nacional diminuiu de 5% em 1988 para 2,8% em 1999-2001, e a empregabilidade de 21% em 1988-90 (era de 50% em 1950) para 10% da população na actualidade (a jusante da agricultura os indicadores são diferentes, caso da indústria alimentar, responsável em 2001 por 5% do PIB português e por empregar 2,3% da população activa). Em 2009 foram recenseadas 304 mil explorações agrícolas no país, menos 112 mil face a 1999, tendo a sua área média aumentado naquele período em 2,5 hectares, cifrando-se actualmente em 11,9 hectares, abaixo da média comunitária em cerca de 5 hectares. A área das explorações agrícolas correspondia em 2009 a 50% da superfície territorial do país, ou seja, cerca de 4,6 milhões de hectares, menos 450 mil hectares do que em 1999. Agricultura ainda maioritariamente realizada por homens, dois terços (embora desde os anos 70 se tenha acentuado a feminização do trabalho agrícola), e por uma população envelhecida, em que cerca de metade dos agricultores (48%) têm mais de 65 anos (no início dos anos

desenvolvimento da região, na sua generalidade estes ocupam o último lugar no país e maioritariamente da União Europeia.

Na representação paisagística que é feita sobre o Alentejo é incontornável a selecção de imagens agregadas às extensas planícies, aos campos de trigo, de vinha, aos olivais, mas também aos sobreiros (*Quercus suber*) e azinheiras (*Quercus rotundifolia*), em associação ao complexo agro-florestal que constitui o montado, e mais recentemente, desde os anos 70 do século XX, aos campos de girassóis. Embora se trate de uma visão redutora é inegável tratem-se de elementos importantes da paisagem, concorrendo de modo determinante para a caracterização de unidades paisagísticas.

As paisagens têm linhagens antigas e tal perspectiva concorda com a noção de que «a paisagem é cada vez menos uma estrutura ecológica e social e cada vez mais um processo de transformação, portanto como um fenómeno inscrito na história» (Georges Bertrand *apud* Clément, 1994, tradução livre), noção partilhada por Barbara Bender ao referir que «só podemos compreender as contestações e apropriações de uma paisagem através de uma cuidada contextualização histórica» (Bender, 1995: 248, tradução livre). Importa pois traçar uma panorâmica da agricultura que abarque um tempo mais longo, desde finais do século XIX, por modo a considerar o quanto se constituiu como permanências e como elementos transitórios e o quanto determinam a actual paisagem alentejana, o quanto esta é expressão de caracteres geo-físicos em interacção com as forças e estruturas sociais envolventes.

80 do século passado tal percentagem era de 25%, o que ilustra entre outros aspectos a *desertificação* populacional ocorrida no mundo rural (cf. dados do INE relativos ao “Recenseamento agrícola - análise dos principais resultados: 2009”; jornal *Público*, 16/01/2011; Valadas de Lima, 1991).

No Alentejo a agricultura detém ainda um papel económico relevante, quer ao nível de emprego quer como valor acrescentado. Em 2009 foram recenseadas 31 828 explorações agrícolas, menos 11% face a 1999, as quais embora só representem 10% das explorações existentes no país, exploram 53% da Superfície Agrícola Utilizada (SAU). A diminuição do número de explorações ocorrida na década de 1999-2009, não traduz necessariamente uma idêntica diminuição da utilização agrícola do solo (a SAU apenas diminuiu 2% em igual período), antes em alguns casos pode derivar da concentração fundiária que Alqueva favoreceu.

Para dados de 2003, os cereais representam perto de 19,1% da produção agrícola regional e mais de 40% da produção cerealífera nacional. A produção de trigo duro está concentrada nesta região, e o trigo mole, a cevada, a aveia e as oleaginosas contribuem a nível nacional com mais de 70% para a produção total dos sectores em causa. A produção de tabaco em rama, açúcar, plantas forrageiras e azeite varia em percentagens de 18% (tabaco) a 30% (açúcar). Quanto à pecuária concentram-se nesta região 27% da produção de bovinos do país (que aumentaram mais de um terço entre 1999 e 2009) e mais de metade da produção de ovinos (cf. *Situação da Agricultura em Portugal*).

Em 1953, no n.º 7/8 da revista *Panorama*, Orlando Ribeiro assina um texto com o título “A Planície”, onde para além de fazer remontar o latifúndio aos tempos da época romana e filiar os *montes* alentejanos nas *villae* rústicas (7), cuja base económica faz assentar nos cereais, nos rebanhos e no arvoredado, assinalando de passagem que «algumas represas colmatadas permitem atribuir ao regadio uma importância que só nos nossos dias ele veio a recobrar», faz datar do último quartel do século XIX as causas mais significativas das transformações da agricultura alentejana, e consequentemente da paisagem da região, resultado da abertura de caminhos-de-ferro e estradas (8), inscrevendo-a desse modo num mercado nacional e mesmo internacional, do emprego de adubos químicos, que veio permitir o cultivo inclusive em terras pobres, nas terras *galegas*, em oposição às terras ricas, os *barros*, e da *Lei dos cereais* de 1899, iniciativa legislativa de protecção à cultura nacional do trigo devida a Elvino de Brito, da qual adiante se fará nova referência.

7) A descoberta de Torre de Palma, em Monforte, cujas escavações iniciadas em 1947 por Manuel Heleno se prolongaram até 1964, veio reforçar a tese da continuidade romana expressa pelo autor, contribuindo para a generalização da ideia de «um Sul rural fortemente romanizado, dividido em grandes latifúndios encabeçados pelas respectivas “villae”, e de que estas, quer na estrutura arquitectónica quer na função económica e social, antecipavam verdadeiramente o “monte alentejano”» (Carlos Silva, 2007: 53). Sobre as vilas romanas e o latifúndio remete-se para *Portugal Romano*, cap. III, “A Vida Rural”, de Jorge Alarcão.

Tal tese foi contestada por Virgínia Rau em 1960, para quem a grande exploração agrícola só teve expressão na sequência da revolução liberal oitocentista, através da difusão de um novo ideário económico, da venda dos bens nacionais anteriormente incorporados, da abolição do instituto do morgadio em 1863 e da redução dos baldios, o que permitiu a constituição de uma nova elite agrária, donde concluir ser a partir do último quartel do século que efectivamente se constata um predomínio do latifúndio (Rau, 1984: 53-54). Trata-se de uma perspectiva que sobrevaloriza na definição de latifúndio a propriedade da terra em detrimento do tipo de exploração, não considerando outros tipos de sua posse e uso e a tendencial agregação de herdades, donde a classe dirigente na sociedade alentejana não ser necessariamente a proprietária da terra (Silbert, 1966: 843).

Consideram-se três momentos de desamortização de bens, o primeiro referente à venda de bens da Coroa, de 1798 a 1833, o segundo com a venda dos bens e foros nacionais, iniciado em 1834 e que se prolonga pelo século XX e o terceiro, de desamortização de bens e foros, após 1861 (Silveira, 1991).

8) Como referência que pode ser alargada ao conjunto da rede viária do Alentejo de meados do século XIX, veja-se o lamento que José Avelino da Silva e Matta expressa em 1855 nos seus *Anais de Moura* respeitante às estradas naquele concelho: «É por isso o péssimo estado das estradas, e a falta de pontes o maior obstáculo à prosperidade deste Conselho (sic), porque os géneros, que exporta não podem concorrer e aparecer nem a tempo, e por remanescentes nos mercados principalmente em Lisboa, Mértola e Setúbal para onde são frequentes as suas exportações» (Matta, 1991 [1855]: § 19), comércio esse que consistia «na exploração dos seus trigos, lãs, gado suíno gordo, e azeite» (idem: § 27). A menção a Mértola decorria da navegabilidade do Guadiana a jusante desta, via por onde tradicionalmente se processava a maior parte do transporte de bens para o sul, tanto mais que o frete de transporte por rio era mais barato e rápido do que por terra.

Segundo aquele autor, tais transformações determinaram o desenvolvimento de «pés de azinheira e de sobreiro que viviam afogados no mato e confundidos com ele, substituindo-se seara e montado à charneca que até aí só dava pasto», num movimento que gerou como que uma «febre de romper charnecas e (que) fizeram da vida de coureleiro uma espécie de profissão», os últimos dos quais teriam vindo radicar-se na Península da Arrábida, nos foros de Palmela, Pinhal Novo ou Azeitão. Ao tradicional cultivo perto das povoações, nos *ferragiais*, lugar de uma agricultura intensiva onde se cultivava o olival e a vinha, mas também lugar das hortas, dos pomares e de algum cereal (Silveira, 1991: 587), juntou-se então «uma paisagem nova e inteiramente organizada pelo homem. É certo que quem vê o esparzimento ocasional das árvores do «montado» e largos tractos cobertos de erva e mato rasteiro, tem a impressão errónea de estar em presença de uma paisagem natural» (*Panorama*, II série, n.º 7/8, 1953).

O acima escrito porventura carrega de cores mais sombrias a realidade da agricultura alentejana de então, pois que tradicionalmente a produção de trigo se localizava no Alentejo, embora a par com o Ribatejo e parte da Estremadura. Todavia, é inegável que o «elemento pecuário (suínos, ovinos e bovinos) e (o) elemento extractivo (cortiça), que predominaram no século XIX» (Reis, 1974: 778), perdem importância a partir da instauração por finais do século de um regime cerealífero de cariz proteccionista, em particular com a já referida Lei dos Cereais, de 14/07/1899 (já anteriormente, em 1889, havia sido implementada legislação afim), regime esse continuado trinta anos mais tarde com as Campanhas do Trigo, num processo de crescente afectação dos solos para a agricultura que só estará consolidado quando as «últimas operações de apropriação das terras para a agricultura, que tiveram lugar por volta de 1930, marcaram a extinção da charneca e a sua transformação em terras de cultivo» (Saraiva, 2005: 54), medidas que contribuíram decisivamente para uma profunda alteração da paisagem alentejana e para lhe emprestar unidade ⁹⁾. Na sua dimensão actual o *Alentejo*

⁹⁾ No âmbito da transformação em terras de cultivo insere-se a criação da Junta de Colonização Interna (Decreto Lei n.º 27307, de 16/11/1936), competindo-lhe entre outras a tarefa de instalar casais agrícolas nos terrenos recebidos da Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola após esta ter procedido a intervenções visando a sua adaptação ao regadio, casais estes escolhidos de preferência entre chefes de família moradores na área do concelho ou freguesia daqueles terrenos (art.º 173 e 174). Foi objecto de diversas alterações, reveladoras da sua generalizada ineficácia, com destaque para a Lei n.º 2072, *Diário do Governo* n.º 131, I série, de 18/06/1954, e em data tão tardia como 1962, através do Decreto Lei n.º 44720, *Diário do Governo*, n.º 270, I série, de 23 de Novembro. De certo modo esta legislação exprimia o confronto entre *industrialistas* e grandes agrários, confronto que os últimos ganharam (Baptista, 1996b: 161).

trigueiro que assiste a uma retórica de lugares comuns em boa verdade tem quando muito um século de existência.

É hoje facto assente que em termos agrários o Alentejo a partir do último terço do século XIX foi uma das regiões mais dinâmicas do país, integrando uma economia agrícola com contornos de vincada comercialização e inserção capitalista, agricultura caracterizada, especialmente após a entrada do século XX, por uma apreciável taxa de mecanização, pelo recurso a mais eficientes alfaias agrícolas e por um mais intenso e precoce uso de adubagem industrial, donde,

(...) a visão de um multissecular e inexorável percurso de atraso e empobrecimento relativo no contexto nacional não parece historiograficamente sustentável (...) no período da *pax liberal* 1850-1900 (...) o Alentejo foi um dos contextos agrários que, no país, mais progrediram. (Fonseca, 1998: 497-498, itálico no original) ¹⁰⁾

Os protagonistas no terreno são diversos, do/a assalariado/a agrícola, ocasional e sazonal, ao pastor, ao seareiro, ao rendeiro/lavrador, que segundo Silbert (1966: 1037) constitui «a armadura social do Alentejo», ao grande proprietário, colectivo ou individual, este geralmente ausente, grupos sociais que por o serem se definem relacionalmente. A estas categorias sócio-profissionais juntam-se os que estabelecem com os centros populacionais relações aparentemente mais permanentes, seja de residência e/ou inserção económica, mas necessariamente associados ao mundo agrícola, como artesãos, pequenos comerciantes, membros do exército, do funcionalismo ou das forças policiais cuja presença uma nova

A 1ª Campanha do Trigo, que vigorou no biénio 1929-30, foi instituída pelo Decreto n.º 17252, de 16/08/1929 (*Diário do Governo* n.º 191, I série, de 21 de Agosto). A 2ª Campanha, renominada Campanha da Produção Agrícola, a vigorar nos anos de 1931-32, foi aprovada pelo Decreto n.º 20113, de 24/07/1931 (*Diário do Governo* n.º 172, I série, de 27 de Julho). A importância crescente da cultura do trigo está atestada para o início do séc. XX no facto da dimensão das herdades ser feita por relação ao número de moios de sementeira (Picão, 198 [1903]: 16-17).

¹⁰⁾ Jorge Dias escrevia o seguinte em 1960 respeitante à economia do Portugal mediterrâneo: «É uma região de economia agrícola, pastoril e silvícola, de exploração indirecta e, em geral, de tipo capitalista. O proprietário vive, regra geral, nas cidades e arrenda as terras a um lavrador, que possui capital suficiente para empresa agrícola grande» (Dias, 1990 [1960]: 176). Quanto à importância da criação de gado para tempos anteriores ao advento da *febre cerealífera*, escreve o seguinte: «Ainda hoje (1960) há vacadas em alguns lugares. Mas há cinquenta anos, antes do uso dos adubos químicos ter tornado possível cultivar grandes áreas, até então maninhas, as vacadas eram numerosas e o carácter pastoril da região muito mais acentuado» (idem: 177).

tessitura do Estado, entrado o século XX, vai impondo de modo cada vez mais visível especialmente em zonas raianas, e ainda aqueles que prestam assistência na religião, na justiça, na doença, no ensino; a *paisagem social* vai-se recobrando de novos agentes e protagonismos.

Trata-se de um quadro social necessariamente mais extenso que o enunciado, onde têm lugar resistências ou concessões por cujas acções os indivíduos o modificam, movendo-se nos seus interstícios, impondo os seus desígnios individuais e assim recusando, mesmo sem o saber, uma história predeterminada face a centros de poder e estruturas. Mas interferências também através das mudanças registadas nas infra-estruturas, nas técnicas, nos equipamentos e nas políticas sectoriais seguidas, que alteraram as relações entre os agentes, como no caso das Campanhas do Trigo que se beneficiaram os grandes proprietários determinaram a falência de muitos seareiros, pequenos proprietários e rendeiros (Rosas, 1991: 776), interferências que subjazem aos ritmos das migrações para as cidades e aos itinerários da emigração.

De modo muito significativo a *paisagem agrícola* do Alentejo desde finais do século XIX, reflecte as tensões entre os defensores do modelo agrícola assente na grande propriedade, numa agricultura extensiva e no sequeiro, e os defensores do parcelamento dessa mesma propriedade, da implementação do regadio e consequente construção de obras de hidráulica agrícola (cf. nota 9). A denominada Reforma Agrária surgida no período imediato ao 25 de Abril e o projecto de Alqueva, constituem dois outros momentos da história agrária no Alentejo que com os períodos anteriores apresentam não obstante notórias semelhanças.

A vinha, cuja relativa expansão é recente, conquanto mesmo na actualidade esteja confinada a pequenas áreas geográficas mas cujas explorações apresentam uma dimensão média (6,8 ha) mais de seis vezes superior à média nacional (1,1 ha), era ainda no século XIX uma cultura muito secundária, e como tal permanecia ainda em meados do século seguinte (¹¹), resultado da implementação de uma política cerealífera proteccionista que permitiu preços concorrenciais do trigo e dos condicionalismos que pelo menos até ao dealbar do século XX

¹¹) Ainda em 1961 Orlando Ribeiro referenciava Borba como um caso excepcional na viticultura alentejana, ao referir que «produz a maior quantidade e o único vinho afamado do Alentejo» (Ribeiro, 1992: 48), e José Cutileiro (1977 [1971]: 42) em finais da mesma década referia para a zona de seu estudo que «As vinhas destruídas pela filoxera nos fins do século passado não foram entretanto substituídas por variedades mais resistentes».

afectavam as condições de abastecimento de vinho ao seu principal mercado de escoamento, Lisboa, dada a inviabilidade de recorrer às vias fluviais que embarateciam o frete de transporte, às péssimas estradas e a uma distância superior à que separava a Península de Setúbal e o Ribatejo da capital, colocando assim estas regiões em posição concorrencial mais vantajosa.

Igualmente se devem considerar as profundas alterações operadas na viticultura nacional em resultado da propagação da filoxera em finais dos anos 60 do século XIX e das medidas para a debelar, que a par com o oídio e o míldio integra a *trindade patológica* que afectou os vinhedos (Radich, 1996: 37). As tentativas de recuperação da vinha não foram capazes de concorrer com o surgimento das políticas de incentivo à produção cerealífera de finais daquela centúria, a par de uma crescente predilecção do trigo enquanto cereal panificável, nem, cerca de 30 anos mais tarde, com as Campanhas do Trigo.

A produção vinícola irá por seu turno repercutir-se no sobreiro dada a maior procura da cortiça como vedante, o que a tornou matéria exportável, resultado de novos hábitos de consumo e de paladar associados ao vinho no âmbito de alterações ocorridas nas sociabilidades, em especial nos meios urbanos. Fenómeno tardio o do aproveitamento da cortiça para tal fim, que explica apenas uma parte, pois que a outra remete para o porco montanheiro e a bolota (do sobreiro e da azinheira). O sobreiro ganha assim relevo económico, conforme refere Silva Picão, pois que «antigamente quase se lhe não dava apreço (...). Hoje, o sobreiro é um símbolo de produção. Está para com os arvoredos como a ovelha para com os gados» (Picão, 1983 [1903]: 59) ⁽¹²⁾.

E a referência ao sobreiro remete para a azinheira e ambas para o montado, «um tipo de paisagem inteiramente construído, em que todos os traços se devem à história agrária e ao trabalho humano que transformaram a brenha mediterrânea» (Brum Ferreira, 2001: 179). Sobre os montados, seja o azinhal, de formação mais antiga e predominante nas áreas mais secas, seja o sobreiral, de datas mais recentes, foi exercida uma enorme pressão, a qual determinou que após uma fase de sua expansão, entre 1900 e 1950 a sua área se reduzisse para metade (Brum Ferreira, 2001: 184), resultado do abate de árvores para servir de

¹²⁾ A exportação de cortiça em 1872 cifra-se em 54 *contos de réis*, passando a 198 em 1873, a 403 em 1880 e a 721 em 1890. Três quartos da exportação é em bruto, e na sua maioria, cerca de 50%, é adquirida pela Inglaterra (Halpern Pereira, 1983: 237). Refira-se que a utilização da cortiça para rolar vinhos data do século XVII.

combustível, cuja procura se acentuou no período das duas guerras mundiais, e da implementação das políticas de favorecimento ao cultivo de trigo. Como causas mais recentes da sua degradação, invoca-se a peste suína africana que grassou nos anos 60 do século XX, a falta de mão-de-obra e seu crescente custo, a substituição da tracção animal pela tracção mecânica (Cary, 1994: 57) e a denominada Reforma Agrária iniciada após 25 de Abril.

A área destinada à cultura olivícola no Alentejo constitui 49% da área total de olivais do país (336 mil hectares), sendo que entre 1999 e 2009 se verificou na região um aumento de 19% da sua área, correspondendo a 26 mil hectares. Olivais que cada vez mais se caracterizam por uma plantação intensiva, com densidades médias superiores a 300 árvores por hectare, representando 79% da superfície de olival no Alentejo, maioritariamente detidos por sociedades agrícolas.

Uma última nota para abordar o que se pode considerar como um contraste entre um Alentejo seco e um Alentejo da água, resultando numa especialização agrícola diferenciada em função da maior ou menor presença desta última. Embora apresente carências hídricas deve-se evitar considerar a zona abrangida por Alqueva como um imenso deserto. Nos campos próximos das aldeias, geralmente mais ricos em água, nos ferragiais, as populações tradicionalmente praticavam uma agricultura não substancialmente diversa da praticada em regiões de presença abundante de água.

4.2. O que Alqueva “banha”.

Num propósito de caracterização da região mais directamente afectada por Alqueva, optou-se por restringir a colecta de dados aos municípios de Alandroal, Barrancos, Moura, Mourão, Portel, Reguengos de Monsaraz, Serpa e Vidigueira, num total de oito concelhos, por integrarem ora a Associação Transfronteiriça dos Municípios das Terras do Grande Lago - Alqueva (Alandroal, Mourão, Moura, Portel, Reguengos de Monsaraz, Serpa e Vidigueira, a que acrescem os municípios espanhóis de Alconchel, Cheles, Olivença e Villanueva del Fresno), ora o Pólo de Desenvolvimento Turístico do Alqueva - "Turismo Terras do Grande Lago Alqueva", constituído pelos municípios de Alandroal, Barrancos, Moura, Mourão, Portel e Reguengos de Monsaraz. Trata-se de uma opção que embora consciente de pecar por defeito dada a sua circunscrição geográfica e socioeconómica, deriva da circunstância de tais

municípios se apresentarem por via daquelas estruturas como interlocutores com um peso institucional acrescido bem como sujeitos a uma maior interferência legislativa.

Comparando os dados respeitantes à população dos oito concelhos no curto período de 2001 a 2008, verifica-se para este último ano um decréscimo populacional de perto de 2500 habitantes, cerca de -3,5% da população. Os únicos acréscimos ocorrem em Mourão (+4,86%) e em Reguengos de Monsaraz (+1,54%), num total que pouco excede as duas centenas de pessoas (232). Nos municípios de Alandroal (-8,29%), Barrancos (-11,80%) e Serpa (-7,58%), verificaram-se as percentagens mais elevadas de perda populacional, sendo que Moura, conquanto apenas tenha decrescido -2,83%, teve uma perda efectiva de 470 habitantes.

	Área/km ²	População		Saldo	%	Índice Desenvolvimento Social/2004 (IDS Portugal: 0,915)
		2001	2008			
Alandroal	544,86	6585	6039	- 546	-8,29	0,847
Barrancos	168,43	1924	1697	- 227	-11,80	0,894
Moura	957,73	16590	16120	- 470	-2,83	0,874
Mourão	278,54	3230	3387	+157	+4,86	0,874
Portel	601,15	7109	7108	---	---	0,858
Reg. Monsaraz	474	11382	11557	+175	+1,54	0,891
Serpa	1106,50	16723	15455	- 1268	-7,58	0,864
Vidigueira	314,20	6188	5886	- 302	-4,88	0,878
Total	4445,41	69731	67242	- 2489	-3,57	---

Quadro 3: dados da CCDRA, INE e Portaria 200/2004, de 04/02/2004.

Tomando como referência o mapa das unidades de paisagem, proposto por Orlando Ribeiro em 1945, as quais grosso modo não se afastam muito da divisão distrital do país (Daveau, 1995: 131), o que Alqueva *banha* insere-se em termos paisagísticos predominantemente na unidade de paisagem Baixo Alentejo, inserida num conjunto mais vasto, Sul, que a par com o Norte Atlântico e o Norte Transmontano constituem a divisão tripartida do país continental proposta pelo autor.

Decorridas seis décadas, um novo ordenamento paisagístico é formulado (Cancela d'Abreu *et al.*, 2004), no qual as unidades de paisagem se apresentam numa escala mais fina, 1:250 000, donde serem agora propostas 128 unidades de paisagem, agregadas em 22 Grupos de Unidades de Paisagem. Estas novas unidades de paisagem identificam áreas com uma certa

Em redor do *Grande Lago*: a água e a paisagem em Alqueva através do texto legislativo e institucional.

identidade paisagística, não «por serem exactamente iguais em toda a sua superfície, mas por nelas se verificar um **padrão específico** que se repete e/ou um forte carácter que diferencia a unidade em causa das suas envolventes» (idem, ênfase no original). Como critérios que presidiram à sua selecção são apontados a identidade, a coerência de usos, a riqueza biológica, a raridade, as sensações, este último plenamente marcado por uma apreciação fenomenológica da paisagem.

A área correspondente aos oito municípios referidos cobre as unidades de paisagem, *Terras de Alandroal e Terena* (unidade de paisagem n.º 102), *Campos de Reguengos de Monsaraz* (n.º 105), *Albufeira de Alqueva e envolventes* (n.º 106), *Terras de Amareleja - Mourão* (n.º 107), *Serra de Portel* (n.º 109), *Olivais de Moura e Serpa* (n.º 112) e *Barrancos* (n.º 113), as quais integram os Grupos de Unidades de Paisagem Alentejo Central (n.º 102, 105, 106, 107 e 109) e Baixo Alentejo (n.º 112 e 113). Destas, a identificada como *Albufeira de Alqueva e envolventes* constitui-se como central para a região em estudo, unidade de paisagem cuja caracterização avançada pelos autores se realizou sobre o que designaram como *paisagem virtual*, por à data da sua formulação a albufeira «ainda não existir realmente», por ainda decorrer o seu enchimento e conseqüente submersão de um vasto território. Alertavam já então os autores para a futura estranheza da cenarização de um extenso plano de água em confronto visual com elementos paisagísticos envolventes que remetem ao invés para uma relativa escassez, para um meio circundante marcado por uma acentuada *secura*.

Em fim de texto referiam ainda a futura valência turístico-recreativa de Alqueva que previam vir a ser algo limitada em sintonia com os entretanto aprovados Plano Regional de Ordenamento da Zona Envolvente de Alqueva, *PROZEA*, e o Plano de Ordenamento das Albufeiras do Alqueva e Pedrogão, *POAAP*, aos quais forçosamente retornaremos. A previsão referida é ilustrativa do facto de ainda em 2004, embora o estudo seja um pouco anterior, a componente turística-imobiliária-recreativa ocupar um lugar secundário, na generalidade das intervenções sobre Alqueva e do que se perspectivava à data para a região.

5. Água.

5. 1. Recursos, distribuição e consumo.

Em 1965 a Unesco lançou o Decénio Hidrológico Internacional e quarenta anos depois a ONU proclamou a década de 2005-2015 como a Década Internacional para a Acção “Água para a Vida”. Entre uma e outra iniciativa vários outros eventos relacionados directa ou indirectamente com a temática da água ocorreram, com destaque para a Carta Europeia da Água (Conselho da Europa, 1968), a Conferência sobre o Ambiente Humano (Estocolmo, 1972), o relatório “Os Limites do Crescimento”, afecto ao Clube de Roma (relatório Meadows, 1972), o Programa Hidrológico Internacional em 1975, a Conferência da Água das Nações Unidas (Mar del Plata, 1977), o Decénio Internacional de Abastecimento de Água Potável e Saneamento (Unesco, 1980), a Conferência Internacional sobre Água e Ambiente das Nações Unidas (Dublin, 1992), a Convenção sobre Protecção e Utilização dos Cursos de Água Transfronteiros e Lagos Internacionais (Helsínquia, 1992), a Conferência Rio-92/Cimeira da Terra, com a sua Agenda 21 (Rio de Janeiro) e a Convenção sobre o Direito dos Usos não Navegacionais dos Cursos de Água Internacionais (ONU, 1997, após 27 anos de negociações).

Estas iniciativas, surgidas no contexto de uma crescente tomada de consciência da escassez e fragilidade dos recursos hídricos e da necessidade de se instituir uma gestão sustentável à escala planetária, percebido que foi que o recurso água não se encerra na sua materialidade objectiva mas antes se reporta ao seu ciclo, necessariamente transnacional e para o qual as fronteiras são inúteis, donde a disposição XII da Carta Europeia da Água ao preconizar que *A água não tem fronteiras. É um bem comum que impõe uma cooperação internacional*, enquadram-se numa alteração da abordagem clássica dos recursos naturais de gradual passagem de um paradigma antropocêntrico para um de cariz ecocêntrico.

Paradoxalmente terá sido no concurso de uma disputa entre os blocos políticos emergentes no período pós II Guerra Mundial, no seio da *corrida* ao armamento e da *conquista do espaço*, que com o surgimento das primeiras fotografias do planeta tiradas do espaço (situação diferente da fotografia aérea vulgarizada desde a I Guerra Mundial) e posteriormente com o mapeamento terrestre através da teledeteccção remota efectuada por satélites artificiais, se passou a ter uma noção socialmente alargada da finitude daquele e dos seus recursos e da

necessidade de os preservar ⁽¹³⁾, para além de se operar a valorização da água enquanto recurso estratégico no contexto da geopolítica então dominante. Tais fotografias ao promoverem como que uma exterioridade do *Homem* face à Terra, ao gerarem um seu distanciamento em relação a esta, contribuíram para que se adquirisse uma nova e integrada apreensão do planeta, que o cadastro terreno realizado pelos satélites veio completar.

Poder-se-á ainda radicar tal preocupação com a intensa aplicação tecnológica à actividade agrícola e com adopção na década de 40 do século XX de políticas mundiais de fomento alimentar, antevendo ou em consequência do período pós guerra, de que são exemplo a conferência realizada em Hot Springs, 1943, sobre alimentação e agricultura, em que foram abordados os sistemas alimentares de modo geral e se propôs o conceito de segurança alimentar como um direito humano ou a criação em 1945 da Organização para a Alimentação e Agricultura, FAO, organização cujas iniciais preocupações se centraram na protecção dos solos deteriorados em resultado da industrialização desregulada da agricultura e na tomada de consciência da escassez da água, contribuindo para (re)colocar na agenda internacional a equação de cariz malthusiano ⁽¹⁴⁾.

Esta industrialização extreme da agricultura, que «impôs definitivamente o modelo agro-industrial ao conjunto do sistema agro-alimentar» (Nave, 2003: 132), e que por seu turno gerou «um leque de realidades distintas e diversificadas entre um mundo rural de agricultura moderna e um mundo rural periférico, que não foi capaz de sair de uma agricultura de feição tradicional e que entrou em declínio» (idem: 134), contribuiu para que se colocasse com maior premência e a uma escala global o problema da preservação dos recursos hídricos dados os danos advindos de um cada vez maior emprego de agentes químicos na agricultura por recurso a fertilizantes inorgânicos e a fito-fármacos. A esta questão juntaram-se os problemas relacionados com o seu acesso, distribuição e controlo, entendido que foi que tanto a agricultura como a água constituíam reservas estratégicas de segurança nacional.

¹³⁾ Em 24/10/1946 foi acoplada uma câmara fotográfica a um míssil lançado da base de White Sands, no Novo México, E.U.A., de que resultaram imagens da Terra a cerca de 104 Km de distância da sua superfície. Em 1968, a partir da nave espacial americana *Apollo 8* era tirada a primeira fotografia a cores do planeta.

¹⁴⁾ Neste areópago internacional e em oposição às teses que remetiam o problema da fome para explicações de ordem demográfica merece que se destaque o nome de Josué de Castro (1908-1973), que activamente nele participou e do qual foi Presidente do Conselho Executivo entre 1952 e 1956.

E com efeito os recursos são escassos ⁽¹⁵⁾ e são-no tanto mais quanto o consumo de água no decurso do século XX cresceu mais do dobro do que o aumento populacional verificado em igual período, estimando-se que até 2025 a sua captação aumente em 50% nos países considerados em “*desenvolvimento*” e 18% nos “*desenvolvidos*”, o que não obstará a que cerca de 1,8 bilião de pessoas viverão em países ou regiões com absoluta escassez de água e dois terços da população mundial estarão sobre *stress* hídrico.

Tende-se a considerar que mais do que a escassez de água é a irregularidade da precipitação quanto à sua quantidade e ocorrência temporal uma das causas que mais contribui para o (sub)desenvolvimento das economias nacionais e regionais, constituindo um factor decisivo para a insegurança alimentar, a pobreza e a proliferação de doenças ⁽¹⁶⁾; é pois a gestão da água o principal desafio que se coloca presentemente, tanto mais que no actual contexto internacional a água constitui-se como o mais transversal recurso natural, desde logo se se atender à circunstância de 145 países apresentarem bacias hídricas transfronteiriças, num total de 261 (Szöllösi-Nagy, 2009: 75), bacias essas que albergam 40% população mundial ou ao facto de 227 dos maiores rios do mundo terem os seus cursos de água interrompidos por barragens e outras infra-estruturas, concorrendo desse modo para a redução dos sedimentos e nutrientes a jusante e para significativos impactos na diversidade bioaquática. Por outro lado, numa situação em que ocorre um gradual aquecimento global do planeta, será através da água que as alterações climáticas daí resultantes serão mais dramaticamente visíveis e percebidas,

¹⁵⁾ Da água presente na hidrosfera, «água existente nos três estados na atmosfera, na superfície terrestre e debaixo da superfície até 2000 metros, e que é estimada em 1386 milhões de quilómetros cúbicos» (Pato, 2008: 13, nota), apenas 2,5% é água fresca, sendo que desta, 68,7% se encontra na forma de gelo ou neve e das restantes águas, 29,9% são subterrâneas e 0,26% encontram-se em lagos, reservatórios e sistemas de rios (idem: 13-14). O Brasil, a Rússia, a China e o Canadá apresentam as maiores reservas de água do planeta. Em contra corrente à ideia generalizada de escassez de água a nível planetário, Pedro Jacobi (<http://www.geologo.com.br/aguahisteria.asp>), sem negar a necessidade de se proceder a um seu uso mais racional e de se verificarem assimetrias quanto à sua distribuição geográfica, considera que a quantidade de tal recurso à escala planetária é invariável, senão mesmo tendendo a aumentar devido à adição de água vulcânica, donde focar a sua atenção nas causas efectivas de perda de água para consumo, a sua contaminação por poluentes, que impede a sua reutilização. Segundo Jacobi a discussão em redor da escassez mascara a inoperância das mais diversas instâncias em tomar medidas mais efectivas de controlo da qualidade da água.

¹⁶⁾ «Entre 1995 e 2005 os problemas de saúde e de mortalidade associados à qualidade da água aumentaram quatro vezes mais depressa do que a população: uma situação agravada pela desertificação, a degradação dos solos e das fontes de aprovisionamento de água, as migrações populacionais e a urbanização massiva» (Lassere: p. 172, tradução livre). De acordo com Andrés Szöllösi-Nagy (2009: 75) na área da saúde pública 80% das doenças têm causas relacionadas com a qualidade da água e a falta de saneamento.

efeitos particularmente mais gravosos nos mais pobres e nos mais frágeis, como sejam as mulheres e as crianças.

Se atendermos que a erradicação da fome constitui um desígnio internacional, fácil será compreender o quanto é expectável um significativo aumento de consumo de água ao nível planetário, a que deverá acrescer o derivado do aumento populacional estimado de mais 2,7 biliões de pessoas até 2050. Assim, para além dos problemas éticos levantados quanto à sua afectação à agricultura nos valores actuais, considerada esta como um *consumidor de água de pouco valor relativo* face a outros *consumidores* (Selborne, 2001), a água é um recurso economicamente apetecível, se pensarmos nas diversas fases atinentes à sua captação, tratamento, distribuição e comercialização, recurso que mesmo a formal *Declaração Universal dos Direitos da Água*, por parte da ONU (22/03/1992), dificilmente pode defender face a intentos estritamente comerciais e que não devem ser confundidos com a categorização da água enquanto recurso igualmente económico no propósito de promover o seu uso consciencioso integrando noções a ele associados como valor, custo e preço por modo a inibir desperdícios na óptica de uma crescente responsabilidade social (Barraqué, 2009; Arrojo, 2009: 110).

Sendo a agricultura de longe a maior consumidora de água potável, perto de três quartos do consumo mundial, cerca de metade das grandes barragens construídas desde 1950 visaram a irrigação agrícola (McCartney, 2010) ⁽¹⁷⁾. Numa simplificada apreciação dos custos/benefícios de tais construções, a de Assuão, no Egipto, é recorrentemente referida, seja por assegurar a maior parte da irrigação dos terrenos agricultáveis do Vale do Nilo ou por minorar as consequências de períodos de seca acentuada ou de forte pluviosidade, seja no cômputo dos aspectos negativos, pela redução de sedimentos transportados pelo Nilo, donde a necessidade de anualmente serem utilizadas 13 mil toneladas de nitratos fertilizantes, ou o facto das alterações da corrente fluvial contribuirem para a diminuição do pescado no Mediterrâneo.

¹⁷⁾ De acordo com a International Commission on Large Dams, ICOLD, existem na actualidade em todo o mundo cerca de 50 mil grandes barragens, considerando-se grande barragem um projecto hidroeléctrico com altura superior a 15 metros, medida desde a sua fundação até à sua crista, ou para alturas de 5 a 15 metros com capacidade de retenção de água superior a 3 000 000 m³. Segundo a World Commission on Dams, WCD, cerca de 40 a 80 milhões de pessoas foram deslocadas em razão de tais construções.

A crítica à construção de grandes projectos hidráulicos tem vindo a ocorrer desde os anos 70 do século XX, suportada em quatro grandes linhas de força, a saber, ecológica, socioeconómica, técnica e simbólica (Françoise Clavairolle *apud* Wateau, 2010). Críticas que Suzanne Daveau expunha em 1977 relativamente ao litoral algarvio, tendo como fundo as obras que então decorriam em Alqueva, dado o previsível menor transporte de sedimentos pelo Guadiana a jusante da barragem a que acresceria uma maior penetração de água salgada no seu curso (Daveau, 1977: 350) e que mantinha em 1995 ao considerar que «Os projectos referentes ao Guadiana (...) não passam de uma utopia pouco responsável» (Daveau, 1995: 205). Outra voz céptica da construção de grandes obras hidráulicas no panorama nacional tem sido Ribeiro Telles, defensor do conceito de paisagem global, a qual visa a aproximação entre a paisagem rural e a urbana, por considerar que na sua génese os rios não são percebidos como,

(...) complexos sistemas ecológicos, contínuos e interdependentes, desconhecendo-se a função biológica, mecânica e depuradora das margens elásticas (revestidas de vegetação). A eliminação da meandrização e das diferentes ocorrências ecológicas que ao longo dos seus cursos podem constituir biótopos indispensáveis ao equilíbrio do sistema e da paisagem diminui o valor destes como corredores de vida silvestre. (Ribeiro Telles, 1994: 36)

5. 2. O caso português.

Para João Pato apenas em finais do século XIX é perceptível o início de uma política nacional respeitante à água, centrada em quatro princípios que o autor considera manterem-se na actualidade:

(...) uma política pública para as águas só pode ser concretizada se o Estado delas se apropriar, e essa apropriação começa pela sua classificação na lei; a titularidade das águas confere ao Estado a responsabilidade pela sua administração; as possibilidades de utilização das águas públicas por parte dos particulares, quaisquer que sejam os usos, devem ser reguladas pelo Estado (licenças e contratos de concessão); a apropriação referida, e todo o processo de administração, deve fundar-se numa base de informação e conhecimento científico de natureza essencialmente hidráulica e hidrológica. (Pato, 2008: 107).

É ainda o mesmo autor que estabelece dois paradigmas de governação por onde as políticas hídricas se plasmaram: o paradigma das obras públicas e hidráulicas, de 1884 a 1974, marcado por preocupações estritamente técnicas, a que se seguiu o do ambiente, vigente à data de 2005. O primeiro compreende os períodos de 1884-1920, origem dos serviços hidráulicos, de 1921-28, consolidação dos domínios de intervenção, de 1929-43, água para produção de energia e de 1944-74, água e urbanização. O segundo divide-se pelos períodos de 1975-86, novas preocupações sociais, de 1987-99, paradigma ambiental e 2000-05, integração de políticas (Pato, 2008: 115).

Exemplo de uma nova e diferente abordagem política respeitante ao ambiente e aos recursos naturais reveladora de novas preocupações ambientais ocorre em 1986 (ano coincidente com o da adesão do país à actual União Europeia), com a passagem das competências respeitantes aos recursos hídricos do Ministério das Obras Públicas para a Secretaria de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais sob a dependência do Ministério do Planeamento e Administração do Território (Francisco Martins Correia in Prefácio a Barraqué, 1996: IV). Anos mais tarde, em 1994, é introduzido um novo modelo de administração dos recursos hídricos baseado na figura de bacia hidrográfica (Decreto-Lei 45/94, de 22/02), facto novo e de crucial importância, a par com o conceito de se tratar de um domínio público hídrico, o que não obsta ao surgimento de alguns problemas na sua execução, dada a não coincidência entre bacias hidrográficas e fronteiras politico-administrativas (idem: III).

Em termos genéricos pode-se afirmar que Portugal é um país rico em água; com efeito, dos doze países que em 1988 integravam a Comunidade Europeia, apenas o Luxemburgo e a Irlanda apresentavam uma densidade hídrica superior à de Portugal, 146 hab./10⁶ m³, com 73 e 71 hab/10⁶ m³ respectivamente, donde a questão central não reporta à sua abundância ou escassez mas antes à sua irregular distribuição temporal e geográfica, com uma nítida separação entre norte e sul, do que resulta que nalguns casos em apenas um mês ocorra mais de 30% da precipitação e em apenas 6 meses cerca de 80% da precipitação anual (Correia, 1988: 61-62), como o caso da bacia hidrográfica do Guadiana, onde entre os meses de Outubro a Março se verifica 76% da precipitação média anual ponderada na bacia, isto para uma precipitação média anual na ordem dos 500 a 350 mm, (Herman Lautensach in Ribeiro, 1997: 358).

No que se prende com a situação no país três factores são determinantes para a prossecução de qualquer política nacional respeitante à água, a saber, *i*) a existência em termos globais de assinaláveis recursos hídricos, *ii*) uma nítida diferença entre o Norte e o Sul do país, constituindo-se o Tejo como sua fronteira, verificando-se no Sul a ocorrência de períodos de seca devido à influência do clima mediterrânico e *iii*) uma acentuada dependência hídrica de Espanha mormente pelo represamento de águas a montante do curso dos cinco maiores rios que os dois países partilham: Minho, Lima, Douro, Tejo e Guadiana (Soromenho-Marques, 1996).

Respeitante a este último aspecto importa considerar o *equilíbrio* estabelecido face ao que pode ser configurado como uma potencial fonte de conflito entre os dois países, dado que cerca de 64% do território continental de Portugal está integrado nas bacias hidrográficas dos rios internacionais, circunstância todavia atenuada devido ao facto da necessidade de aceder a recursos hídricos se apresentar menos dramática do que em certas regiões espanholas, pois que as zonas mais secas em Portugal são substancialmente menos populosas, caso do Alentejo, donde a necessidade de articular entre os dois países o planeamento e gestão dos recursos hídricos das bacias partilhadas.

Mas se por um lado o país é *rico* em água, estimando-se em 61 km³/ano os recursos disponíveis e com uma precipitação média anual de c. 920 mm, por outro, à evidente diferença entre o norte e o sul, reflectida em diferentes médias anuais de pluviosidade, juntam-se factores climáticos e geológicos que concorrem para uma maior ou menor retenção e/ou recuperação das águas, como sejam os níveis de insolação anual e a permeabilidade ou não dos solos, donde se estimar que os recursos hídricos efectivamente disponíveis no país em «90 por cento de probabilidades, não passe de metade do potencial e, com 95 por cento de probabilidades, de um terço» (Barraqué, 1996: 266).

Dados relativos a 1992 indicavam que em Portugal a agricultura de regadio representava 78% dos usos consumptivos de água elevando-se no Alentejo a 95% (Fragoso, 2006: 132), e embora a actividade agrícola quanto ao seu contributo para o PIB e à afectação de mão-de-obra tenha vindo a decair e se assista a uma cada vez maior mecanização e racionalização dos meios a ela afectos, ainda assim em meados da década de 90 o sector agrícola consumia 76% da água, bem acima dos 6% consumidos no Reino Unido, dos 12% na Alemanha ou mesmo dos 31% em França (Soromenho-Marques, 1996).

No que se prende com o abastecimento de água para consumo humano, a capitação média para o Continente do sector doméstico em 2008, considerando a população flutuante, era de 156 l/hab./dia, elevando-se para 298 na bacia hidrográfica das Ribeiras do Algarve, devido à actividade turística, bacia que a par com a do Tejo, com 174 l/hab./dia, do Sado e Mira, com 201 e do Guadiana, com 169, são as que apresentam maiores capitações (Relatório INSAAR 2009).

Abastecimento de água potável que juntamente com o tratamento de efluentes foram das matérias em que se verificaram evidentes progressos nos anos mais recentes, embora genericamente não tenha sido seguida uma política integrada que transmitisse às populações uma cabal perspectiva do ciclo hidrológico, pelo que algumas das estruturas instaladas, caso das estações de tratamento de águas residuais, rapidamente se degradaram, devido não só a erros de concepção e à falta de uma adequada gestão por parte das entidades suas responsáveis, maioritariamente municipais ⁽¹⁸⁾, como também a terem sido percebidas negativamente em face dos incómodos advindos de uma *vizinhança* não desejada.

Veja-se o estado de degradação a que tais estações de tratamento de águas haviam chegado em 2005 a partir da seguinte notícia relativa a um estudo encomendado pela EDIA que identificou «quarenta e duas estações de águas residuais urbanas, das quais apenas quatro funcionam de forma razoável ou boa. Doze estavam fora de serviço, outras 12 funcionavam mal e 14 não fazem um controlo adequado das suas descargas» (*Público*, 08/02/2005). Ao serem circunscritas geográfica e socialmente à localidade ou à região que serviam e não consideradas, na ausência de uma pedagogia adequada, como elementos integrantes de uma rede mais vasta, a do ciclo da água à escala planetária, a consciência ecológica se assim quisermos designar fica(va) restrita ao espaço doméstico e vicinal.

Quanto aos estudos de carácter antropológico realizados no país, aparte os efectuados por Jorge Dias, Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira, cuja síntese

¹⁸⁾ Bernard Barraqué destaca (1996) o papel central acometido aos municípios na gestão das redes de adução de água, com conseqüente recurso a captações subterrâneas, e de implementação de estruturas de saneamento e depuração, para o que recorrem «a consultores externos para os projectos e a empresas privadas para a realização de novas obras», num contexto em que se verifica um bom «conhecimento dos problemas e dos «dados de base» pelos investigadores portugueses» e de as suas «investigações serem interessantes e originais», concluindo contudo que faltam «os meios de transferência dos conhecimentos para os gestores locais» (Barraqué, 1996: 271).

interpretativa sobre a tecnologia da água se expressa em 1953 com a publicação de *Aparelhos de elevar a água de rega. Contribuição para o estudo do Regadio em Portugal* (cf. Brito, 1996: 24), centrados numa inventariação de carácter etnotecnológico, a maioria abordou «questões atinentes ao conflito e à cooperação em torno da água, respeitantes a áreas onde a água não é escassa (Nordeste do país)» (Saraiva, 2005: 18), como seja Fabienne Wateau para a região de Melgaço em que assinala que «*Não são conflitos por causa da água, mas conflitos através da água, que permitem, entre outras coisas e principalmente, a reafirmação das identidades locais*» (Wateau, 2000: 156, itálico no original).

5. 3. As obras hidroeléctricas.

Afastando qualquer pretensão de proceder a um historial das iniciativas legislativas e das estruturas em referência, entenda-se o adiante expresso como breves apontamentos que pretendem tão só sumariar um percurso perante o qual Alqueva se assume como expressão final, senão mesmo seu emblema.

As primeiras utilizações no país de águas fluviais para efeitos de produção de energia eléctrica ocorreram em finais do século XIX, mas só na sequência do trabalho desenvolvido por Ezequiel de Campos, é que em 1926 é promulgada a Lei dos Aproveitamentos Hidráulicos através do Decreto n.º 12559 (*Diário do Governo*, n.º 240, I série, de 27/10/1926), pela qual se passou a regular a produção, transporte e distribuição da energia eléctrica, e dez anos após, pelo Decreto n.º 26470, de 28/03/1936, é criada a Junta de Electrificação Nacional. À entrada da década de 40 do século XX a produção de energia eléctrica no país caracterizava-se pelo predomínio de recursos estrangeiros, cerca de 2 terços, pela preponderância de três centrais, a hidroeléctrica do Lindoso e as termoeléctricas do Tejo e de Santos, e pela excessiva pulverização da potência, em que para um total de 660 centrais em apenas 11 a potência era superior a 5 MW (Madureira, 2002: 15).

Com a Lei n.º 2002, de 26/12/1944, iniciativa do Eng.º Ferreira Dias, diploma por seu turno influenciado pela Lei dos Aproveitamentos Hidráulicos de 1926, estipulava-se que a produção de energia eléctrica passasse a ser essencialmente de origem hidráulica, reservando um papel de reserva para as centrais térmicas (Base II da Lei n.º 2002). É na sequência do trabalho desenvolvido num primeiro momento por Duarte Pacheco e posteriormente por Ferreira Dias,

consubstanciado naquele diploma legal, que se promove em 1945 o início da construção dos dois primeiros grandes aproveitamentos hidroeléctricos no país, o de Castelo do Bode, no rio Zêzere, e o de Venda Nova, no rio Rabagão, inaugurados em 1951, no mesmo ano em que é inaugurado o de Belver, no Tejo. Nos anos seguintes inauguram-se Salamonde (1953, Cávado), Cabril (1954, Zêzere), Caniçada (1955, Cávado), Bouça (1955, Zêzere), Paradela (1956, Cávado), Picote (1958, Douro), numa década marcada pelo aproveitamento hidroeléctrico intensivo dos rios Cávado e Zêzere.

Nos anos 60 apenas entram em funcionamento os aproveitamentos de Miranda (1960, Douro internacional), Bemposta (1964, Douro), Alto Rabagão (1964, Rabagão) e Vilar-Tabuaço (1965, Távora). A desaceleração então verificada resulta da introdução de grupos térmicos de grandes dimensões como resposta imediata ao crescimento do consumo de energia eléctrica, o que não obsteu que na segunda metade da década se concebessem e iniciassem outros projectos. Nas décadas seguintes, 70 e 80, entram ao serviço os aproveitamentos do Carrapatelo (1971, Douro), Vilarinho das Furnas (1972, Homem), Régua (1973, Douro), Fratel (1974, Tejo), Valeira (1976, Douro), Aguieira (1981, Mondego), Raiva (1982, Mondego), Pocinho (1983, Douro), Crestuma (1985, Douro), Vilarinho das Furnas II (1987, Homem) e Torrão (1988, Tâmega).

Embora recentemente tenham ocorrido manifestações em defesa da construção de estruturas similares, no que seria interessante estudar os agentes e as motivações, as alterações sociais e económicas verificadas nas populações mais directamente afectadas pela área de influência destes empreendimentos encontram-se na sua maioria por estudar, sendo que nos poucos casos já estudados, Castelo de Bode, Alto do Lindoso e Alto do Rabagão, «observa-se um padrão transversal a todos os concelhos analisados: o esvaziamento populacional na sequência da construção da barragem» (Velosa, 2009: p. 59 da edição Online).

5. 4. Alentejo, as obras hidroagrícolas.

Considerando que as referências seguintes constituem tão só um mero excuroso com propósitos contextualizadores, realce-se que diversos autores assinalam para a região alentejana a importância que durante o período romano o regadio assumiu por meio de represas de contenção de águas das chuvas (Ribeiro, 1987 [1968]; 1998 [1945]; Dias, 1986 [1953]: 185;

Castro Caldas, 1994: 19; Alarcão, 1974), facto verificável na toponímia. Bastará atentar que das 41 barragens romanas identificadas em Portugal, vinte e sete localizam-se a sul do Tejo, sendo que um número considerável destas se situa no Alentejo (Quintela, 2006). Igualmente a ocupação muçulmana contribuiu para a continuação do regadio nomeadamente pela introdução de novos aparelhos de elevar água.

O recuo histórico não é necessário ser tão amplo, pelo que situemo-nos em 1887, mais precisamente a 27 de Abril, data em que Oliveira Martins apresenta na Câmara dos Deputados o seu projecto de Lei de fomento rural, onde na parte respeitante à “Economia portuguesa” reconhecia que «O aproveitamento das águas públicas e o dessecamento de pântanos e salgados são uma urgência reconhecida para que falta uma legislação adequada» (Oliveira Martins, 1987 [1887]: 108), medida tanto mais justificada segundo o proponente dado se tratar de um país meridional e montanhoso (?), no que comparava com Espanha e Itália, em que

A elevação da temperatura em determinadas épocas produz evaporações esterilizantes do solo; as chuvas copiosas combinadamente com as inclinações fortes dos terrenos fazem dos rios torrentes. A água some-se, foge, e, quando estagna, submetida a calores excessivos, fazendo fermentar as matérias orgânicas em suspensão, ocasiona as febres e as malárias (Oliveira Martins, 1987 [1887]: 112).

Todavia, os diversos projectos hidráulicos para rega propostos no decurso do século XIX, particularmente no seu último quartel, não foram executados (Radich, 1996: 33). No século seguinte o investimento em tais estruturas apresentou dois momentos, o primeiro em finais da década de 30, com o Plano de 1938, e o segundo, ao findar a década de 50, com o II Plano de Fomento (1959-64), centrado no Plano de Rega do Alentejo, que continuado até à década de 70, visou «promover a fixação das populações rurais, reduzir o risco climático, aumentar a produção agrícola e a segurança alimentar» (Fragoso, 2006: 137).

Para tal foram estabelecidas parcerias entre o Estado e os proprietários agrícolas organizados em associações de regantes, em que aquele financiava as obras de hidráulica agrícola e estes promoviam a passagem de uma agricultura de sequeiro para regadio ao mesmo tempo que amortizavam as despesas havidas com aquelas obras recorrendo a créditos bonificados. O

Estado através das obras hidroagrícolas e do domínio que detinha sobre as águas que serviam aquelas estruturas permitia-se configurar um

(...) modelo de organização da economia agrícola (...e do) território propriamente dito: a substituição das culturas de sequeiro por culturas de regadio, assim como o fomento de associações de regantes que gerissem as obras hidráulicas, em seu proveito dizia-se, constituíam-se como pilares essenciais de uma nova política agrícola que se pretendia implementar e desenvolver. (Pato, 2008: 164)

A prevista expropriação de terras beneficiadas pelo plano de rega e sua conversão em regadio, a par da sua parcelização e redistribuição por pequenos proprietários, modo de prevenir conflitos sociais latentes, não teve no Alentejo qualquer resultado, fruto da influência política dos grandes latifundiários (Baptista, 1996c: 423). Este plano, baseado no fomento da produção, esteve todavia na base de um extenso programa de obras de hidráulica agrícola para a região, prevendo o regadio de cerca de 173 mil hectares (162 mil através de grandes empreendimentos hidráulicos e 11 mil a partir de pequenas obras de rega).

Do construído ressaltam os aproveitamentos de rega de Divor, Roxo, Caia, Mira, Alto do Sado e Odivelas, beneficiando uma área de 33 mil hectares. Na actualidade as obras de rega então realizadas no Alentejo e no resto do país acusam uma vincada degradação, obrigando a um investimento superior a 30 milhões de Euros, o qual mesmo assim só cobre parte das infra-estruturas existentes, pois que cerca de dois terços das mesmas atingiram o seu tempo de vida útil (*Público*, 19/08/2010).

6. Alqueva.

6.1. A lenta concretização.

Não obstante desde o século XIX se perspectivasse a necessidade de dotar o Alentejo com uma reserva de água que permitisse uma conveniente irrigação dos campos e assegurasse a satisfação das necessidades das populações, só a partir dos anos 50 do século XX, com a criação do já referido Plano de Rega do Alentejo, tomou forma o projecto Alqueva enquanto aproveitamento da bacia hidrográfica do Guadiana, pelo qual se assumiu a necessidade de criar uma reserva estratégica de água que assegurasse a satisfação daqueles objectivos. Novo impulso à decisão de sua construção é dado com a assinatura em 1968 do Convénio Internacional Luso-Espanhol relativo aos recursos hídricos (¹⁹) o qual embora não contemplasse explicitamente a sua construção deixava em aberto um futuro aproveitamento hidroeléctrico.

A sua concretização foi sendo adiada até 1975, ano em que se decide retomar o projecto, iniciando-se os trabalhos de construção no ano imediato para serem interrompidos logo em 1978. A sua cronologia é retomada em 1993 com a criação da Comissão Instaladora da Empresa do Alqueva (Comissão que em 1995 deu lugar à EDIA-Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, SA), entidade que preparou e lançou os primeiros concursos públicos internacionais. Em Janeiro de 2002 ficou concluído o corpo principal da barragem, o que permitiu o início do enchimento da albufeira em Fevereiro desse ano, ano coincidente com a inauguração oficial da Nova Aldeia da Luz (20 de Novembro), a que se seguiu o museu da Luz em 2003 e a Barragem de Pedrógão em 2006.

Em termos climáticos a área de implantação da albufeira insere-se numa vasta região de clima marcadamente continental, caracterizada por Verões muito quentes e amplitude térmica anual muito forte e com precipitação anual moderada. Relativamente à vegetação o coberto vegetal

¹⁹) Convénio Internacional Luso-Espanhol para Regular o Uso e o Aproveitamento Hidráulico dos Troços Internacionais dos Rios Minho, Lima, Tejo, Guadiana, Chança e seus Afluentes e Protocolo Adicional, assinados em Madrid a 29 de Maio de 1968 (Decreto-Lei n.º 48661, de 05/11/1968). Por este Convénio foi atribuída a Portugal a exploração hidráulica do troço internacional do Guadiana entre as confluências do rio Caia e a da ribeira de Cuncos, cf. alínea e) do art.º 3º. Como antecedentes entre os dois países de acordos respeitantes à (com)partilha de recursos hídricos consta o Tratado de Limites, de 1864, o seu Anexo, de 1866, o Tratado de 1912, os Convénios de 1926, 1927, 1964 e o de 1998 (Convenção sobre Cooperação para a Protecção e o Aproveitamento Sustentável das águas das Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas, Albufeira, 30/11/1998, em vigor a partir de Janeiro de 2000).

original foi degradado e quase totalmente substituído por tipos de vegetação antropogeneizados, devido às actividades agrícolas, à pastorícia, às desmatações ou à ocorrência periódica de fogos.

O Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva é constituído pela Barragem de Alqueva, com uma cota de Nível Pleno de Armazenamento, NPA, de 152 metros, pelo açude de Pedrógão a jusante de Alqueva, com uma cota de NPA de 85 metros e pelo Plano de Rega que abrangerá uma área total de cerca de 110 mil hectares estimando beneficiar perto de 8700 agricultores, plano cuja data prevista de conclusão foi mais recentemente antecipada de 2025 para 2013 ⁽²⁰⁾.

As albufeiras de Alqueva e Pedrógão estão classificadas como albufeiras de águas públicas protegidas, ou seja, conforme legislação de 2009, «aquelas que se destinam a abastecimento público ou se prevê venham a ser utilizadas para esse fim e aquelas onde a conservação dos valores naturais determina a sua sujeição a um regime de protecção mais elevado, designadamente as que se encontram inseridas em áreas classificadas, tal como definidas na Lei da Água» ⁽²¹⁾, noção mais precisa da constante em anterior legislação de 1988, que considerava «aquelas cuja água é ou se prevê que venha a ser utilizada para abastecimento de populações e aquelas cuja protecção é ditada por razões de defesa ecológica» (n.º 2, art.º 1º do Decreto Regulamentar n.º 2/88, de 20/01).

Relativamente ao seu zonamento este foi subdividido em Plano de Água e em Zona de Protecção. O Plano de Água, nas suas cotas máximas, subdivide-se em *a)* zonas de navegação livre, *b)* zonas de navegação restrita e *c)* zonas de navegação interdita. A Zona de Protecção, correspondendo às faixas terrestres de protecção às albufeiras, integrando as ilhas, com uma

²⁰⁾ Quando totalmente construído o empreendimento disporá ainda de 15 barragens de regularização, de 314 km de canais a céu aberto, de nove estações elevatórias principais, de 16 centrais micro-hídricas, de 31 depósitos de regularização, de 56 estações elevatórias secundárias, de 2 240 km de condutas enterradas, cerca de 10 000 hidrantes e cerca de 1000 km de estradas e redes de drenagem. Este Plano de Rega subdivide-se em três subsistemas de rega independentes, Alqueva, Pedrógão e Ardila, abrangendo os concelhos de Évora, Portel Aljustrel, Alvito, Alandroal, Alcácer do Sal, Beja, Cuba, Ferreira do Alentejo, Vidigueira, Serpa, Mourão, Barrancos, Grândola, Elvas, Reguengo de Monsaraz e Moura.

²¹⁾ art.º 7, n.º 2, alínea a) do Decreto Lei n.º 107/2009, de 15/05 e Portaria n.º 522/2009, de igual data. São consideradas áreas classificadas, tal como definidas na Lei da Água (Lei n.º 58/2005, de 29/12), as áreas que integram a Rede Nacional de Áreas Protegidas e as áreas de protecção e preservação dos habitats naturais, fauna e flora selvagens e conservação de aves selvagens, definidas em legislação específica.

Em redor do *Grande Lago*: a água e a paisagem em Alqueva através do texto legislativo e institucional.

largura máxima de 500 metros medida na horizontal a partir do seu nível pleno de armazenamento, NPA, divide-se em *i*) áreas de protecção e valorização de recursos e valores específicos, *ii*) áreas de utilização recreativa e de lazer e *iii*) áreas de usos e regimes de gestão específicos, que integram as áreas com vocação edificável e as áreas com vocação turística.

6.2. Os pressupostos iniciais.

A importância do Empreendimento de Alqueva é evidente. Vai constituir-se uma reserva estratégica de água, tendo em vista atender às necessidades actuais e futuras da região, tendo presente a irregularidade do rio Guadiana e os períodos de seca, que no Alentejo podem ser de três anos consecutivos. Com toda esta água, vai também alterar-se o modelo de especialização da agricultura no Sul do País. (*Diário de Notícias*, 18/05/1998)

A justificação da sua construção plasmou-se nos seguintes objectivos: *i*) a alteração do modelo cultural da agricultura alentejana, com consequente passagem do sistema de sequeiro a regadio, implicando índices de produtividade e rentabilidade mais elevados; *ii*) a regularização do caudal do Guadiana; *iii*) o abastecimento de água às populações e às actividades económicas; *iv*); a constituição de uma reserva estratégica de água; *v*) a produção de energia eléctrica; *vi*) a criação de postos de trabalho, por modo a inverter o processo de desertificação humana; *vii*) a potenciação de um clima de expectativas empresariais, em particular no âmbito do desenvolvimento do turismo.

Os objectivos expressos aparentemente são socialmente abrangentes e como tal dificilmente contestados, donde a surpresa a haver será a da demora na decisão de construção. A alteração do modelo cultural da agricultura alentejana, com a introdução em larga escala de agricultura de regadio, conforme objectivo *i*), salvo poucas mas influentes excepções conforme já referido, foi sendo objecto de um crescente acordo social e político. Relativamente ao objectivo *ii*) de servir de meio de regularização do Guadiana, atenta a circunstância de se tratar de um rio cujo regime hídrico se apresenta extremamente irregular, com alternância de períodos de estiagem e períodos de cheias, Alqueva constitui-se efectivamente como um meio viável para tal desígnio, no que se conjuga com o objectivo *iii*), de proporcionar o abastecimento de água às populações e às actividades económicas.

Respeitante à constituição de uma reserva estratégica de água, objectivo *iv*), donde não está ausente um certo pendor nacionalista, conquanto tal reserva obviamente seja por natureza sempre transitória, apresentou-se como um desiderato socialmente extenso. Os restantes desígnios igualmente se apresentam técnica, económica e socialmente razoáveis e exequíveis.

Mas a controvérsia teve lugar mesmo assim, embora arredada de manifestações mais radicais, numa discussão de longos anos entre apoiantes e críticos da construção de grandes barragens e posteriormente entre entusiastas e detractores de Alqueva. Num remoto artigo de 1951 intitulado “Energia e Turismo” de José Vinhais inserto na revista *Panorama*, este escrevia o seguinte:

Ao contrário do que alguns dizem das obras públicas de carácter utilitário, as barragens (...) representam um importante elemento de valorização da paisagem. Onde antes só havia rios, mais ou menos torrenciais, correndo ao fundo das margens abruptas e escalvadas, terrenos sequiosos, em geral pouco susceptíveis de pagar sequer o trabalho do seu amanhã – surgem, como por magia, extensas toalhas de água. Com elas, a vida renasce. Nas suas margens, a terra, humedecida pelas infiltrações, facilita o desenvolvimento de todas as espécies vegetais. Rapidamente se formam bosques frondosos e recantos bucólicos. Turisticamente, as albufeiras revestem-se do maior interesse, pelo partido - quer paisagístico, quer desportivo - que delas se pode tirar. (...) Aos campistas e visitantes em geral não faltarão bons locais à beira das águas claras e mansas, onde a natação será um prazer e a pesca um passatempo e recurso. (...) Os hotéis, pousadas ou estalagens, acolhedoras e agradáveis como a de Castelo de Bode, multiplicar-se-ão, esperamos, logo que o público, já interessado pela grandeza e significado das obras, se aperceba destas novas fontes de saúde e alegria. (*Panorama, Revista de Arte e de Turismo*, II série, 1, 1951)

Extensa transcrição mas que ilustra como que o *estado da arte* da paisagem resultante das construções hidroeléctricas em data bem anterior ao início da construção de Alqueva. E se nos anos cinquenta o que imperava era uma visão bucólica das paisagens que tais construções podiam vir a proporcionar, visão que convirá questionar quanto ao seu comprometimento com as políticas energéticas e agrícolas promovidas no período imediato à 2ª Guerra Mundial, após o 25 de Abril, tomada que foi a decisão de construir Alqueva, a perspectiva dominante no caso em apreço, salvo raras excepções, era a do seu contributo para o desenvolvimento regional por via da dinâmica que podia emprestar à agricultura, como atesta o seguinte

extracto de uma entrevista ao então comandante da Região Militar do Sul, brigadeiro Pezarat Correia, em que este afirmava o seguinte:

(...) há que arrancar com Alqueva, mas sem ilusões. Não pelos resultados imediatos - 100 ou 200 postos de trabalho no primeiro ano - mas pelas perspectivas futuras (...) Alqueva, como peça essencial do plano de rega do Alentejo, vai provocar mudanças nas povoações e no traçado das estradas, nas culturas e nos campos. Alqueva irá provocar a transformação da agricultura e a reconversão industrial. (*Diário Popular*, 05/12/1975)

E a centralidade da agricultura subjacente na maioria dos discursos sobre Alqueva continuou passados mais de vinte anos, mesmo que no quadro de amplas alterações sociais entretanto ocorridas, resultado do continuado abandono dos campos e de uma acentuada litoralização do país, da degradação da importância social e económica da agricultura e da alteração das suas formas tradicionais de produção, conforme se exemplifica nas seguintes transcrições:

A progressiva irrigação dos 110 mil hectares irá contribuir para a modernização da agricultura. A longo prazo, espera-se que a actividade ajude a criar 20 mil postos de trabalho, encorajando à fixação de populações na área. (*Diário de Notícias*, 29/07/1997)

E depois de a barragem de Alqueva estar pronta? O que fazer com a água do maior lago artificial da Europa? São as grandes dúvidas que ontem foram levantadas pelo Presidente da República na minipresidência aberta ao Alentejo. Jorge Sampaio destacou que o empreendimento caminha a bom ritmo, mas que «chegou a hora de pensar no seu aproveitamento». A agricultura tem prioridade, onde se prevê que dentro de 25 anos a barragem regue cerca de 20 por cento do Alentejo. Segue-se a produção de energia hidroeléctrica e o aproveitamento turístico da albufeira. (*Diário de Notícias*, 07/12/1998)

Dois pressupostos estiveram sempre presentes nos *fóruns* de discussão sobre a oportunidade da construção de Alqueva; o do cíclico atraso do Alentejo e o da sua recorrente falta de água. Trata-se de uma situação paradoxal, pois que foi no Alentejo que na sequência de uma *redistribuição* de terras através da sua desamortização pelo *Estado* (por razões óbvias não é este o lugar para a necessária análise conceptual da noção de Estado na sociedade portuguesa do séc. XIX), do incremento de políticas de fomento agrícola, a que se liga entre outros o nome de Fontes Pereira de Melo, e da introdução de novos equipamentos e técnicas, se vai constituir por finais do século XIX uma elite agrária promotora de um invejável dinamismo

económico que concorrerá para a integração da região numa rede comercial de largo alcance (²²). Mas o estigma persiste e de longa data como assinala Jaime Reis apoiando-se no relato que Ferreira Lapa e Silvestre Bernardo de Lima faziam do Alentejo em 1858 ao referirem «a incúria dos grandes proprietários» (Reis, 1982: 372).

O segundo pressuposto igualmente merece reparo, senão pela sua inveracidade pela sua excessiva ênfase, pois que dadas as necessidades de água para satisfação dos usos consumptivos, cerca de 241 hm³/ano (dos quais 165 hm³ para a agricultura e pecuária, 20 hm³/ano para o abastecimento, 3 hm³/ano para a indústria e 53 hm³/ano transferido da bacia hidrográfica do Guadiana para rega e abastecimento do sotavento algarvio), tais necessidades excedem em apenas 9 hm³ os volumes totais disponíveis na bacia hidrográfica do Guadiana, que se cifram em 232 hm³/ano.

(cf. <http://www.inag.pt/inag2004/port/a_intervencao/planeamento/pbh/pbh04.html>).

O factor pertinente prende-se com a irregularidade da precipitação e a sua concentração em poucos meses do ano, pois que se a ocorrida em 2010 era suficiente para encher Alqueva *ab initio*, a sua escassez por apenas dois anos seguidos faz aproximar os recursos hídricos de valores próximos do *volume morto*. A este factor junta-se a circunstância de ocorrerem cenários de latente *stress* hídrico dada a deficiente qualidade da água, «frequentemente inferior à que é exigível para diversas utilizações (consumo humano, abeberamento de gado,

²²) José Cutileiro defende ter havido a substituição da anterior elite agrária por uma nova: «A terra, liberta pela legislação liberal, mudara de mãos, e ao tradicional grupo de latifundiários – a Coroa, a nobreza, as ordens religiosas e a comunidade, esta através da sua posse das terras comunais – sucedeu um novo grupo de proprietários rurais de origem não aristocrática» (Cutileiro, 1977 [1971]: 16).

Data de 1856, por iniciativa do Instituto de Agricultura, a introdução no país a título experimental da debulha mecânica a vapor. A sua posterior difusão foi todavia lenta, pois que «praticamente até ao fim do século XIX, a sua presença na agricultura portuguesa foi insignificante. Esta situação só se alterou apreciavelmente depois da década de 1890, com um aumento relativamente rápido, verificado sobretudo no Sul do País, do parque de conjuntos de debulha a vapor durante as três décadas seguintes» (Reis, 1982: 382-383). Segundo o autor citado uma das causas de tão lenta difusão no Alentejo radicava no «risco de tensões sociais» dado o contexto de acentuada sazonalidade do emprego agrícola em que «os lavradores viam-se muitas vezes na obrigação de providenciar assistência material, a título caritativo, a uma população flutuante e assaz numerosa» (idem: 398), situação que se alterará com as políticas de incentivo à agricultura cerealífera.

Convirá, conforme refere Bourdieu (1989: 101, nota), evitar cair no determinismo tecnológico e na reificação científica pois que os seus contributos só o são na medida em que «são conformes aos interesses dos detentores do poder económico, quer dizer, apropriados a contribuir para a valorização máxima do capital investido nos limites da reprodução das condições sociais da dominação necessária à obtenção dos ganhos».

recreio, manutenção da vida aquática e até para rega)» (PROTA, Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2010, *Diário da República*, n.º 148: p. 2985), a que se alia a elevada susceptibilidade à desertificação do território (clima, solo, vegetação e uso do solo), 77%, sendo que 60% deste é muito susceptível (idem: p. 2989). Conforme expressa o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, PNPOT (Lei n.º 58/2007, *Diário da República*, n.º 170, I série, de 04/09/2007):

(...) a aparente riqueza hídrica do nosso país, onde as disponibilidades anuais médias excedem várias vezes as necessidades de água, esconde situações localizadas de escassez que ocorrem ciclicamente durante períodos secos. Dada a grande variabilidade da disponibilidade de água em Portugal continental, quer em termos anuais quer em termos sazonais, quando se verificam períodos prolongados em que a precipitação é significativamente inferior à média a capacidade de armazenamento disponibilizada pelas albufeiras e pelos aquíferos pode não ser suficiente para garantir a manutenção de abastecimento a todas as utilizações de água. (PNPOT)

Mas pese algum empolamento dado àqueles dois pressupostos, justificativo de muito do discurso pró-Alqueva, o estado de *candura* sobre a sua construção foi-se atenuando à medida que se instaurou na sociedade uma crescente preocupação ambiental, com particular acuidade a partir de finais da década de 80, em resultado da colocação de novas problemáticas de cariz ecológico aliadas a especulações críticas quanto ao modelo de desenvolvimento vigente. As *dúvidas* iam surgindo e assim, em 1995, Suzanne Daveau, numa continuada reticência a tal construção (cf. Daveau, 1977) ⁽²³⁾, questionava a sua validade nos seguintes termos:

Como justificar um empreendimento tão dispendioso, se ele não pode fornecer água nos anos secos e, sobretudo, nas sucessões de anos secos, que mais precisariam dela? O Guadiana é o exemplo gritante do grande e multifacetado problema geográfico que Portugal tem de enfrentar, por dispor unicamente da parte inferior dos seus quatro maiores rios. (Daveau, 1995: 71)

²³⁾ Suzanne Daveau assinalava em 1977 que o Guadiana suportava então, com as barragens espanholas, uma capacidade de armazenamento de 80% do seu escoamento anual médio perto da foz, pelo que com a construção de Alqueva aquela capacidade de armazenamento passaria a representar 140% do seu escoamento médio anual, estimando serem necessários 13 anos para encher a albufeira e avaliando as perdas por evaporação em cerca de 300 milhões m³/ano.

Em redor do *Grande Lago*: a água e a paisagem em Alqueva através do texto legislativo e institucional.

E em 1998, a escassos quatro anos do fecho das comportas da barragem, em livro que expressava uma síntese do país à data, justificadamente intitulado *Portugal, que modernidade?* alertava-se para o facto de que:

(...) talvez não valha a pena continuar a alimentar esperanças, nem a delas fazer depender o desenvolvimento agrícola desta região, alicerçadas na construção da barragem de Alqueva. Independentemente da necessidade do seu aproveitamento para outros fins, do ponto de vista agrícola o Alqueva parece apresentar-se como empreendimento desnecessário ou, pelo menos, extemporâneo. (Reis, 1998: 336)

Mas o projecto de Alqueva continuou a servir de suporte à elaboração de um discurso que centrado na agricultura em alguns casos se aproximou da redenção económica e social do Alentejo, num enaltecimento das suas possibilidades enquanto estrutura capaz de permitir o desenvolvimento regional, e é curiosa a sua indexação a um território bem mais vasto do que na realidade poderá efectivamente servir, determinando deste modo a profusão de notícias e comentários, numa destriça nem sempre fácil entre umas e outros, como exemplifica a seguinte transcrição, que além do mais induz a uma recomposição fundiária:

De acordo com a maioria dos técnicos agrícolas, a introdução do regadio no Alentejo impõe a necessidade de redimensionar as actuais estruturas produtivas, com o inevitável parcelamento da propriedade nas zonas de maior concentração fundiária. A construção do maior lago artificial da Europa implica o fim, ou, no mínimo, a acentuada regressão do latifúndio nos distritos de Évora e Beja, proporcionando uma alteração profunda na paisagem agrícola da região, coisa de que os agricultores locais nem querem ouvir falar. Actualmente as explorações com áreas iguais ou superiores a 500 hectares representam cerca de 1,6 por cento, mas correspondem a 36 por cento da superfície agrícola útil. É que a idade média do produtor individual é de 56,6 anos e a percentagem dos que têm mais de 55 anos atinge os 63,4 por cento. (*Expresso*, 26/07/1997)

A ex-comissária europeia Monika Wulf-Mathies, sensível aos apelos oriundos de movimentos ecologistas, para desespero do governo português prolongou por anos a decisão de apoiar financeiramente o projecto, bloqueando as verbas necessárias à sua construção. Internamente, no campo político também se verificou controvérsia, não quanto à sua construção mas quanto aos interesses que promovia, donde a iniciativa do Partido Comunista Português, em Setembro de 2001, ao apresentar na Assembleia da República um projecto de reestruturação fundiária para a zona abrangida pela albufeira que passava pela criação de unidades de

exploração agrícola com a dimensão máxima de 50 hectares, proposta essa cujo resultado foi óbvio dado o contexto político de então (*Diário de Notícias*, de 28/09/2001).

Já anteriormente, no início de 1999, nas páginas do jornal *Avante* se alertava para a necessidade de aproveitar «o impulso de Alqueva para proceder ao reordenamento fundiário do Alentejo, democratizar o acesso à terra e criar explorações com outra racionalidade económica e social» (Lino de Carvalho, “Alqueva: o muito que falta fazer”, *Avante*, 1312, 21/01/1999), para além de questionar sobre as medidas a tomar relativamente ao cerca de 1 milhão de hectares de terras de sequeiro não servidos pela albufeira.

A iniciativa parlamentar do Partido Comunista de 2001 serve-nos de alerta para averiguar o quanto a construção da barragem e a actual valência turística remete para novos reordenamentos sociais, para outras formas de exercício de domínio social, não já ou só os que se prendem com a exploração agrícola da terra mas também com os resultantes da sua turisficação, aspecto a que pretendemos voltar adiante.

6.3. Os Planos.

São quatro os principais instrumentos de planeamento que necessariamente têm de ser considerados no presente estudo, a saber,

- i)* Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, PNPOT, de 2007;
- ii)* Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo, PROTA, de 2010;
- iii)* Plano Regional de Ordenamento do Território da Zona Envolvente da Albufeira do Alqueva, PROZEA, de 2002;
- iv)* Plano de Ordenamento das Albufeiras do Alqueva e Pedrógão, POAAP, este na sua versão original de 2002 e na revista de 2006.

Entre eles estabelece-se uma hierarquia legislativa correspondendo à amplitude geográfica da sua intervenção, numa escala que vai do nacional ao regional e deste ao local, desdobrando-se este último em zona de influência de Alqueva e em albufeira propriamente dita, isto é, nos planos de água e zonas consideradas de sua protecção, donde a possibilidade de se apresentarem como círculos concêntricos cuja territorialidade se vai reduzindo a par com uma

mais pormenorizada imposição de normativos legais. Optou-se por apresentá-los de acordo com critérios de influência geográfica, do mais ao menos abrangente territorialmente, opção que se confronta por não coincidente com uma cronologia que vai redefinindo as estratégias de ordenamento entretanto formuladas no período de 2002 a 2010.

Embora adiante se tente proceder a uma análise mais detalhada de cada um destes planos, considere-se por ora a atenção dada à vertente rural nas políticas de ordenamento que os mesmos expressam, estabelecendo uma estreita relação entre agricultura e preservação ambiental, em acordo aliás com as políticas agrárias comunitárias seguidas particularmente depois de 1992, em que os apoios aos agricultores se suportam não já em políticas assentes em contrapartidas à produção mas em direitos históricos dela independentes, como reconhecimento do seu contributo activo para a manutenção, conservação e valorização paisagística dos espaços rurais.

Valorização paisagística que na actualidade ocorre na generalidade das propostas emanadas pela administração, central ou local, de que estes planos são exemplo, e que se perfila como substituta de valências económicas perdidas a que se associam processos de erosão social. Convirá todavia referir que muito do que é o mundo rural na actualidade, caracterizado pelo que se pode denominar de uma «agricultura defunta» para utilizar um termo de Lévi-Strauss (1979 [1955]: 87) aplicado a outro contexto, pela atribuição de *subsídios de inacção*, é herança de uma visão que propagada e institucionalizada nas últimas décadas se centrou num discurso de promoção de *novas oportunidades*, associadas a novas tendências e necessidades, pelas quais se resolveriam os problemas estruturais que afectavam aquele meio.

O *campo terciário* foi-se instalando, através de apelos ao incremento de um artesanato *autêntico*, a uma gastronomia regional (mesmo que descontextualizada das suas origens, dos ciclos agrários, festivos,...), ao turismo rural, cujos rendimentos esperados transformariam o camponês em hoteleiro, e a outros bens e serviços que turistas consumiriam avidamente, e de que a seguinte transcrição de uma intervenção num colóquio em 1997 é exemplo:

(...) as zonas rurais são hoje muito mais do que espaços agrícolas, como algumas perspectivas parecem ainda fazer crer. A agricultura não é mais a grande prioridade da política de desenvolvimento das zonas rurais de interior ou litorais. Bem pelo contrário. A solução tecnológica, o aumento dos tempos de lazer e recreio e a própria alteração de valores das

Em redor do *Grande Lago*: a água e a paisagem em Alqueva através do texto legislativo e institucional.

comunidades humanas têm dado origem a uma multiplicidade de opções de utilização das zonas rurais em todo o mundo, que, em Portugal, só por falta de perspectiva e de iniciativa empresarial não tem sido evidente. (Partidário, 1998: 65)

6.3.1. Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, PNPOT.

O círculo mais lato de intervenção quanto a ordenamento do território é dado pelo Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, PNPOT ⁽²⁴⁾, que veio estabelecer as grandes opções com relevância para o ordenamento do território nacional, o qual se articula, para além dos já acima indicados planos, com os seguintes outros instrumentos de gestão: Estratégia Nacional para a Energia, Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade, Estratégia Nacional para o Mar, Plano Nacional da Água, Plano Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego, Plano Nacional de Emprego, Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural 2007-2013, Estratégia Nacional para as Florestas e o Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação.

Logo no seu art.º 5º o PNPOT estabelece como um dos seus Objectivos Estratégicos «Conservar e valorizar a biodiversidade, os recursos e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos e prevenir e minimizar os riscos». A paisagem e a sua preservação e/ou valorização constitui com efeito um dos temas fundamentais deste plano, donde importar esclarecer que paisagem é invocada, desejada, pois que sobre a mesma se instituem *ideias valor*.

Balizado pelos termos da Convenção Europeia da Paisagem (Florença, 20/10/2000, transposta para o ordenamento jurídico nacional pelo Decreto n.º 4/2005, de 14/02/2005), o conceito de paisagem proposto neste plano sublinha a sua dimensão fenomenológica, expressando nos termos utilizados por Lyotard (p. 69) um *entrelaçamento do indivíduo com o mundo*, ao considerá-la como resultado «do contacto cognitivo e sensorial: o que se vê, mas também o que se ouve, o que se cheira e o que se sente» (n.º 233 do Relatório anexo à Lei n.º 58/2007: p. 6146) ⁽²⁵⁾, determinando assim a sua valorização cultural e social, tendo presente as

²⁴⁾ Lei n.º 58/2007, *Diário da República*, n.º 170, I série, de 04/09/2007, adiante neste Capítulo, PNPOT.

²⁵⁾ A relação entre paisagem e olfacto levou à criação em 1977 por Douglas Porteous da noção de “*smellscape*” cf. Gaspar, 2001: p. 89.

reconfigurações resultantes da circunstância de qualquer paisagem se apresentar como um processo, ou conforme Corner (1999) ser um *projecto em curso*, a que acresce a sua valorização como recurso, como valor de identidade, de memória e de uso (n.º 234 do Relatório: p. 6146).

O propósito expresso de tornar o país um **espaço sustentável e bem ordenado** conforme *Orientações Gerais do Programa de Acção*, n.º 11 (PNPOT: p. 6163, ênfase no original), obriga entre outras medidas a «Preservar o quadro natural e paisagístico, em particular os recursos hídricos, a zona costeira, a floresta e os espaços de potencial agrícola» e a «Articular o sistema de “espaços abertos” de natureza ambiental e paisagística com o sistema urbano e as redes e infra-estruturas» (idem). Correndo o perigo de resvalar para uma crítica textual é inegável que a agregação entre paisagem e ruralidade sai reforçada nesta passagem como no demais texto do diploma.

Mas para além desse reforço verifica-se que o texto concorre, mesmo que de modo indirecto e não desejável, para a manutenção e acentuação de assimetrias entre espaços consoante sejam ou não detentores de uma prévia classificação ambiental, do que resulta que «Landscapes, even so-called natural landscapes, are marked in advance by the intentions and desires of others» (MacCannell, 2011: 119), ou de que,

(...) a primeira forma de exclusão que resulta desta especialização funcional (entre espaços recuperáveis e irrecuperáveis do ponto de vista ambiental) é a que conduz à distinção entre espaços “naturais” e “não naturais”, originando o desinteresse colectivo pela gestão da natureza “não natural” ou vulgar. (Nave, 2003: 139)

O programa estabelece como um dos seis *Objectivos Estratégicos* a alcançar «conservar e valorizar a biodiversidade, os recursos e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos e prevenir e minimizar os riscos» e como um dos onze *Objectivos Específicos* o de «Proteger e valorizar as paisagens e o património cultural» (PNPOT: p. 6164). Respeitante a este objectivo considera-se relevante transcrever o seguinte trecho:

As paisagens são um dos suportes da memória colectiva, participando na formação das identidades territoriais e da cultura de um país. A diversidade, qualidade e originalidade das

Em redor do *Grande Lago*: a água e a paisagem em Alqueva através do texto legislativo e institucional.

paisagens representam hoje um activo crucial para as regiões (...) A protecção, a recuperação e a valorização das paisagens e do património cultural constituem assim vectores prioritários do ordenamento e da qualificação do território com incidência no desenvolvimento dos turismos cultural, da natureza e rural, e factores de melhoria da qualidade de vida. A arquitectura constitui uma actividade fundamental na qualificação e valorização do ambiente urbano, das paisagens e do património cultural. (PNPOT: p. 6167)

A noção de paisagem que o plano explana afasta-se das definições iniciais a ela associadas que remetiam para como que uma sua incorporação, um *embodiment*, propondo-se antes como um dispositivo central de intervenção sobre a mesma, mediante definição de grandes linhas orientadoras, assim se omitindo o quanto sobre a paisagem incide uma interpretação devedora de memórias pessoais, histórias individuais, contextos precisos. Dado o carácter generalista deste programa a sua componente regulamentar está ausente, conquanto condicione as futuras políticas de ordenamento e por consequência futuras intervenções paisagísticas. Pelo mesmo motivo o empreendimento de Alqueva aqui exposto é-o tão só enquanto elemento estratégico de desenvolvimento regional e recurso nacional de reserva de água cuja importância se privilegia.

Expressa-se neste programa uma concepção de paisagem predominantemente rural em estreita relação com o turismo e conseqüentemente uma privilegiada abordagem económica da mesma. A paisagem é assumida como o elemento determinante de qualquer intervenção turística e muito da sua justificação é feita em nome do visitante/turista que a contemplará e a quem é endossada. Mas o PNPOT assume-se ainda como plataforma de acção interventiva na paisagem ao propor como uma das suas *Medidas Prioritárias* para o período de 2007 a 2013:

Elaborar e implementar um Programa Nacional de Recuperação e Valorização das Paisagens, implementando a Convenção Europeia da paisagem e desenvolvendo uma Política Nacional de Arquitectura da paisagem, articulando-a com as políticas de ordenamento do território, no sentido de promover e incentivar a qualidade da arquitectura e da paisagem, tanto no meio urbano como rural. (PNPOT: p. 6167)

Para além do tempo escasso para proceder à estetização da paisagem, o exposto revela-se ser devedor de uma concepção bucólica, de prevalência do *naturalismo* na paisagem (Treib, 1999: 29), cujas raízes se fundam no Renascimento, época em que se operou uma separação

entre o observador e o que se observa, seja em termos de perspectiva e de enquadramento (termo este por si elucidativo), de encenação/composição pictórica, seja em termos de temática, concepção esta posteriormente matizada por diversas correntes estéticas, das quais avulta o neo-classicismo e, de modo incontornável, o romantismo. Paisagem que por ser e reflectir sempre um modo específico de olhar, resultado por seu turno de uma construção cultural, se aplica a conhecida frase de Raymond Williams de que «A working country is hardly ever a landscape» (Williams, 1973: 120).

Seguindo de perto as propostas expressas por Cancela d'Abreu *et. al.* (2004), nomeadamente quanto às Unidades e Grupos de Paisagem, como evidencia a inserção neste programa do mapa paisagístico do continente proposto por aqueles autores, o plano assinala a repercussão na paisagem alentejana do crescente peso da pecuária em detrimento das produções agrícolas e da silvo-pastorícia, sem que todavia identifique situações graves de degradação paisagística, antes destacando a valorização económica e paisagística advindas da expansão de vinhedos e olivais, não deixando de assinalar que «têm vindo a manifestar-se diversas preocupações com os impactos do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva, embora estejam a ser implementadas medidas, de vários tipos, no sentido de que o resultado global seja positivo, tanto no plano económico e social como no ambiental e paisagístico» (n.º 242-ii do Relatório: p. 6146); algo do tom comedido que perpassa nesta transcrição resulta de alguma imprevisibilidade ainda então dos futuros impactos de Alqueva.

Segundo o PNPOP o Alentejo apresenta cinco elementos estratégicos de organização do seu território, a saber, *i*) a sua relação com Lisboa, *ii*) o reforço da integração e policentrismo do sistema urbano regional e consolidação das suas principais centralidades, *iii*) o complexo de Sines, *iv*) Alqueva e, por último, *v*) as relações transfronteiriças. Para além das dúvidas que ainda em data tão recente como a da sua publicação, Setembro de 2007, Alqueva suscitava, o empreendimento surge como um meio por onde se vislumbram «novas oportunidades à agricultura, agro-indústria e ao desenvolvimento do turismo» (n.º 76, 3, do Relatório: p. 6153).

Unidades de Paisagem do PROTA	Cancela de Abreu <i>et al.</i>, 2004	
	Unidades de Paisagem	Grupos de Unidades de Paisagem
Charneca do Tejo e Sado	Charneca Ribatejana Areias de Pegões; Charneca do Sado	Ribatejo Terras do Sado
São Mamede e terras de Nisa	Serra de S. Mamede	Alto Alentejo
Peneplanície do Alto Alentejo	Peneplanície do Alto Alentejo; Colinas de Elvas	Alto Alentejo
Zona dos Mármore	Maciço Calcário Estremoz-Borba-Vila Viçosa; Serra de Ossa	Alentejo Central
Sistema do Guadiana	Várzeas do Caia e Juromenha Albufeira de Alqueva e envolventes Vale do Baixo Guadiana e afluentes	Alto Alentejo Alentejo Central Baixo Alentejo
Sistemas de Montado	Montados da Bacia do Sado Montados e Campos do Alentejo Central; Terras de Alandroal e Terena	Terras do Sado Alentejo Central
Zona Central Envolvente de Évora	Serra do Monfurado; Campos abertos de Évora; Campos de Reguengos de Monsaraz; Serra de Portel	Alentejo Central
Terras Agrícolas (regadio do Alqueva)	Terras de Viana - Alvito Terras Fortes do Baixo Alentejo; Campo Branco de Castro Verde	Alentejo Central Baixo Alentejo
Margem Esquerda do Guadiana	Terras de Amareleja – Mourão Olivais de Moura e Serpa; Barrancos; Serras de Serpa e Mértola	Alentejo Central Baixo Alentejo
Estuário e Vale do Sado	Estuário do Sado; Vale do Baixo Sado	Terras do Sado
Planície Litoral Arenosa	Pinhais do Alentejo Litoral (parte)	Terras do Sado
Transição Litoral/Interior	Pinhais do Alentejo Litoral (parte); Terras do Alto Sado Serras de Grândola e do Cercal; Colinas de Odemira	Terras do Sado Serras do Algarve e do Litoral Alentejano
Litoral Alentejano e Vale do Mira	Litoral Alentejano e Vicentino; Vale do Mira	Costa Alentejana e Sudoeste Vicentino
Campos do Baixo Alentejo	Terras Fortes do Baixo Alentejo; Campo Branco de Castro Verde; Campos de Ourique - Almodôvar – Mértola	Baixo Alentejo
Serras do Sul	Colinas de Odemira; Serra do Caldeirão	Serras do Algarve e do Litoral Alentejano

Quadro 4: Unidades de Paisagem do PROTA e Unidades de Paisagem in Cancela de Abreu *et al.*, 2004 (adaptado do PROTA: p. 2987).

6. 3. 2. Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo, PROTA.

O PROTA é enquadrado pelas orientações estabelecidas ao nível das estratégias e políticas de âmbito nacional, nomeadamente, na Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável, ENDS, no Plano Nacional para as Alterações Climáticas, PNAC, ⁽²⁶⁾ e no Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, PNPOT. Aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2010, de 2 de Agosto de 2010, o Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo, doravante PROTA, cuja elaboração teve o acompanhamento da Comissão Mista de Coordenação do Território para a Região do Alentejo ⁽²⁷⁾, propõe a definição da política regional de ordenamento do território, assumindo as seguintes opções estratégicas de base territorial:

- i)** integração territorial e abertura ao exterior;
- ii)** conservação e valorização do ambiente e do património natural, visando «*o desenvolvimento sustentável dos espaços rurais e dos recursos naturais*»
- iii)** diversificação e qualificação da base económica regional

²⁶⁾ A Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável - ENDS 2015 insere-se no âmbito das propostas iniciadas com a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (CNUAD), designada por Cimeira da Terra (Rio de Janeiro, 1992). Tendo como objectivo principal tornar Portugal em 2015 um dos países «*mais competitivos e atractivos da União Europeia, num quadro de elevado nível de desenvolvimento económico, social e ambiental e de responsabilidade social*», uma das estratégias, a 3ª, passa pela melhoria ambiental e a valorização do património.

O Programa Nacional para as Alterações Climáticas, PNAC, foi aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 119/2004, de 31/07/2004. Em 2006, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2006, de 23/08, na sequência da revisão do PNAC 2004 e sob a égide da Comissão para as Alterações Climáticas, CAC, foi aprovado o Programa Nacional para as Alterações Climáticas, PNAC 2006. Em 2007, algumas das metas do PNAC 2006 foram revistas em alta, nomeadamente as referentes a políticas e medidas dos sectores da oferta de energia e dos transportes, as quais foram aprovadas pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 1/2008, de 04/01, com a aprovação das designadas "novas metas 2007" (cf. endereço electrónico da Agência Portuguesa do Ambiente,

Disponível em: <<http://www.apambiente.pt/politicasambiente/AlteracoesClimaticas/PNAC/Paginas/default.aspx>.

²⁷⁾ Criada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 28/2006, *Diário da República*, n.º 59, I Série-B, de 23/03/2006, fazem parte desta Comissão, entre muitas outras entidades, as Câmaras Municipais respectivas, o Instituto da Água, o Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, a Autoridade Nacional de Protecção Civil, a PSP e a GNR, o Turismo de Portugal, a Administração Regional de Saúde do Alentejo, a Rede Ferroviária Nacional-REFER, a Rede Ferroviária de Alta Velocidade, a EDAB-Empresa de Desenvolvimento do Aeroporto de Beja, a Administração do Porto de Sines, a Entidade Regional de Turismo do Alentejo, a Confederação do Turismo Português, a EDIA-Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, a Universidade de Évora e o Instituto Politécnico de Beja.

iv) afirmação do policentrismo suportado num conjunto de centros urbanos capazes de articular redes regionais.

A concretização das estratégias enunciadas requer a dinamização de vários pólos de desenvolvimento, dos quais se destaca no presente estudo o relativo ao aproveitamento da envolvente de Alqueva, resultado dos efeitos, de acordo com o seu preâmbulo, da «expansão da nova infra-estrutura hidroagrícola de suporte à modernização da agricultura da sub-região» e da «atractividade sobre as actividades turísticas, associado às potencialidades criadas pelo novo lago mas também pela sua relação de proximidade com as cidades de Évora e Beja» (PROTA: p. 2962, citação repetida a p. 2984) ⁽²⁸⁾. O presente plano não integra a NUT III/Lezíria do Tejo, facto por si elucidativo da dificuldade em precisar uma pretensa região alentejana, como já anteriormente assinalado.

Sobrepondo-se a todos os planos directores municipais e planos especiais de ordenamento do território de âmbito regional/local vigentes, o PROTA estabelece efeitos suspensivos e limita de modo muito vincado, salvo algumas excepções, as disposições constantes daqueles planos que admitam a construção em solo rural de edificações dispersas ou isoladas destinadas a habitação, de empreendimentos turísticos fora das áreas urbanas e urbanizáveis, e de edificações fora das mesmas áreas atrás referidas na orla costeira dos 500 metros, obrigando neste caso a que correspondam a aglomerados urbanos tradicionais.

Uma sua leitura permite verificar que o termo Alqueva é nele referido 60 vezes, número que embora considerável se situa muito aquém das 174 alusivas a património e suas variantes, às 217 instâncias relativas ao termo paisagem e afins, às 270 vezes do termo água ou que para ela remetem, ou às 386 vezes em que aparece o termo rural e seus derivados. Mas se tais referências se repetem excessivamente que dizer das 519 vezes em que o conceito de desenvolvimento e derivados é utilizado ou das 1150 vezes do conceito de turismo e similares? Temos aqui nestes seis termos, *Alqueva, paisagem, água, rural, desenvolvimento e turismo*, como que o núcleo deste plano e cujas interconexões são potenciadas ao longo do extenso texto do diploma com perto de 170 páginas.

²⁸⁾ Salvo indicação em contrário as transcrições seguintes remetem para o texto legislativo do PROTA (Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2010, *Diário da República*, n.º 148, I-Série, de 02/08/2010).

Pese a indefinição relativa à delimitação do objecto empírico designado por Alentejo, o conceito de paisagem proposto, associado ao de património, para o que são promovidas parcerias entre a administração central e local (cf. PROTA: p. 3035), é aqui utilizado como marcador de identidade, como elemento diferenciador, como se depreende do seguinte excerto do preâmbulo «O património natural e paisagístico é uma dimensão que marca, de forma vincada e distinta, a região Alentejo num âmbito que ultrapassa a escala regional» (PROTA: p. 2970).

A objectificação da cultura e da paisagem expressa-se inequivocamente numa denominada *Síntese do Diagnóstico Prospectivo Regional*, ao indicar como *Potencialidades Estratégicas do Alentejo* a «Identidade cultural e paisagem» (PROTA: p. 2970). São salientadas as espécies características do clima mediterrânico, como o sobro e o azinho, culturas que exploradas em sistema de montado conferem «uma singularidade única à paisagem, característica deste clima e potenciadora de identidades sociais regionais e do desenvolvimento turístico, com projecção a nível do País e da Europa» (idem: p. 2973).

A associação estabelecida entre paisagem e ruralidade necessariamente decorre da circunstância de mais de 95% do território do Alentejo ser ocupado com actividades primárias agro-florestais, agricultura e silvicultura (PROTA: 2977). Estabelece o texto em termos extremamente claros uma íntima conexão entre a paisagem e o sistema de propriedade fundiária dominante, latifúndio, a densidade demográfica e o modelo de povoamento concentrado, elementos que contribuem para imprimir «um forte carácter à sua paisagem» (idem: 2983).

A noção de *identidade paisagística* tem vindo a ser correntemente utilizada (cf. Cancela d'Abreu *et al.*, 2004: p. 28), associada a uma outra noção, a de *genius loci*, cujo empréstimo mais recente advém de Christian Norberg-Schulz e da sua obra *Genius Loci* (1979), para quem cada lugar é detentor de um espírito próprio, ideia cujo lastro histórico remonta à antiguidade clássica, em associação ao culto dos *Lares* romanos, mas cuja herança mais próxima é marcada por uma concepção fenomenológica do lugar. Dever-se-á ter em consideração a justaposição de interpretações, a diversidade de modos como a «Natureza (é) “interpretada” pelos homens» (Gilles Sautter *apud* Roncayolo, 1986: 170) e o quanto a identidade das pessoas é resultado dos lugares e das coisas.

Considerada como uma *âncora de desenvolvimento da Região*, a área envolvente de Alqueva apresenta «um elevado potencial de dinamização de actividades económicas e de promoção de uma organização territorial centrada no efeito do Grande Lago» (PROTA: 2996), efeito que o texto não esconde derivar em grande medida da actividade turística, constituindo «um importante factor no ordenamento e gestão do território» (idem: 2998). O turismo é percebido como o factor aglutinador das diversas vertentes económicas, culturais e sociais e a alavanca que vai permitir uma reorganização do território e da paisagem.

Enquanto *pólo de desenvolvimento turístico* tal como é preconizado pelo Plano Estratégico Nacional do Turismo, PENT, Alqueva, mercê de dispor do maior lago artificial da Europa, potencia um conjunto de actividades associadas ao turismo e ao lazer. Destes, é eleito como produto chave da região o denominado circuito turístico (*touring*) cultural e paisagístico, particularmente o primeiro, neologismo profissional que não elide o quanto tem de pleonástico, variante de fruição turística que o plano prevê dever ser associada à necessidade a nível patrimonial de «diversificação dos recursos patrimoniais (paisagísticos, culturais, naturais entre outros valores materiais e imateriais), salvaguardando as suas características únicas e diferenciadoras de outros destinos» (idem: 2998).

As intenções não escondem o quanto se segmenta a realidade, se promovem fronteiras entre social e natural, gerando a atomização das diferentes actividades e do modo como os indivíduos se relacionam com o meio. A proposta de modelo turístico para o pólo Alqueva assenta na criação de *conjuntos turísticos integrados (resorts)*, a que se associam actividades náuticas, a gastronomia, os vinhos, aqui forçadamente separados daquela, e a instalação de campos de golfe com a condição de serem sustentáveis, termo este que o plano identifica como «associados a uma diversidade de características desportivas e paisagísticas, bem como a uma oferta de alojamento de alta qualidade» (PROTA: 3000), o que para definição é escasso e demasiado permissivo. A paisagem é manifestamente aqui valorizada, conquanto numa plena confissão económica, donde a constituição do pólo turístico de Alqueva visar a «*promoção turística da albufeira de Alqueva e envolvente na sua dimensão paisagística e ambiental*» (idem: 3017).

6.3.3. Plano Regional de Ordenamento do Território da Zona Envolvente da Albufeira do Alqueva, PROZEA.

O Plano Regional de Ordenamento do Território da Zona Envolvente da Albufeira do Alqueva, PROZEA (²⁹), surge em 2002 no âmbito de uma actuação preventiva e estratégica orientadora do planeamento municipal e das intervenções sectoriais por parte da administração central, em particular nas que mais directamente intervêm com aspectos relacionados com o ambiente e o ordenamento territorial, estabelecendo para o efeito «a estrutura da rede urbana e de infra-estruturas e garantindo a compatibilização e diversificação de usos e actividades» conforme seu Preâmbulo (p. 3390), instituindo-se assim como matriz de uma ocupação territorial extensível aos usos e actividades da população residente e flutuante.

Com um âmbito territorial que abrange os concelhos de Alandroal, Barrancos, Moura, Mourão, Portel e Reguengos de Monsaraz, cuja população total à data da sua aprovação era cerca de 42 mil habitantes com tendência a decrescer, os seus objectivos principais reportam-se à delimitação de uma estratégia de ocupação da zona envolvente da albufeira, a garantir a diversificação e compatibilização de usos e actividades, definindo para o efeito padrões de ocupação, e contribuir para a criação de uma solução integrada naquela envolvente de novas estruturas e reorganização de infra-estruturas e acessibilidades.

Conforme consta em sua *Nota prévia* metodologicamente foi dada acentuação aos estudos dos sistemas agrícolas na sua articulação com a avaliação dos valores paisagísticos, bem como à avaliação da estrutura ecológica visando «determinar as capacidades de suporte dos sistemas essenciais e garantir a manutenção dos processos ecológicos». Tal avaliação combina-se com «a importância central que foi dado ao conceito de paisagem», conceito este definido como:

(...) a expressão das componentes físicas e biológicas do território e traduz a intervenção humana sobre essas componentes. A Paisagem é, portanto, uma imagem que reflecte as interacções entre o homem e o ambiente, pelas quais passam todas as decisões de desenvolvimento. (p. 3391)

²⁹) Aprovado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/2002, *Diário da República* n.º 83, I Série, de 09/04/2002: pp. 3390-3415. Salvo indicação expressa as transcrições seguintes neste capítulo reportam-se ao PROZEA, cf. *Diário da República* referido.

E o vocábulo paisagem é abundantemente citado no diploma, isolado ou agregando-o a uma qualificação, donde as referências a paisagem agrária, agrícola, cerealífera ou rural, o que reflecte critérios classificativos «conforme a geografia for entendida prioritariamente como ciência natural ou como ciência humana. Tanto assim que não se fala de paisagem sem lhe apor um qualificativo: paisagem mediterrânica, vegetal, florestal, natural, rural ou agrária, ordenada, urbana, cultural» (Blanc-Pamard, 1986: 141). O conceito de paisagem constitui-se como o elemento nuclear das duas questões centrais que o diploma se propõe colocar, o de conciliar o «desenvolvimento económico e social (...) sem alterar o seu valor ecológico» e retirar o «maior benefício (...e) reduzir os seus efeitos negativos» (p. 3391).

Considerando que «As unidades paisagísticas são determinadas pelos recursos naturais e sistemas agrícolas que se desenvolveram ao longo dos tempos. A predominância do uso agrícola do território, por vezes em situações de extrema marginalidade produtiva face aos recursos naturais em presença, e a importância da agricultura como actividade económica quase exclusiva têm como consequência a ruralidade da paisagem que se considera um valor a proteger» (p. 3392), entende-se curioso que tal valor da paisagem rural seja objecto de uma tão forte e especial protecção jurídica, sabendo das condições socioeconómicas *marginais* da grande maioria dos *construtores* de tal paisagem.

Curioso ainda que se considere «um conjunto de sistemas agrícolas, que conferem identidade à paisagem e que interessa preservar (...) que traduzem, na situação actual, uma adequada adaptação entre as exigências dos sistemas como um todo e as disponibilidades do meio físico. Constituindo as disponibilidades ecológicas do meio um dado estável, os sistemas ocorrentes representam modelos de agricultura sustentável, nos quais a conservação e protecção dos solos e das paisagens agrícolas devem representar objectivos determinantes» (p. 3396); do transcrito não será despiciendo concluir que segundo o plano será extravagante qualquer intuito de proceder a reformas do sistema agrário no que respeita a métodos, culturas e estrutura fundiária, salvo no que respeita à área sujeita à introdução do sistema de regadio, justificação parcial da construção de Alqueva.

O exposto omite ainda o quanto essa *identidade paisagística* é devedora, só para nos atermos aos tempos mais recentes e a um aspecto concreto, da implementação de um determinado modelo agrícola que ficou conhecido como a Campanha do Trigo, iniciado em 1929 sob inspiração da *Battaglia del Grano* (1925) da Itália mussoliniana, e cujo impacto na paisagem

alentejana foi tanto maior quanto os resultados pretendidos só foram alcançados (?) através do aumento da área cultivada (³⁰) e causa de uma extensa degradação dos solos.

Continua-se assim uma narrativa que assume como sustentável o modelo agrícola dominante no Alentejo, independentizando-o das relações sociais concretas que o suportam, a que só é necessário introduzir na actualidade umas noções de ecologia, em sintonia com preocupações e consciências urbanas, uma vez que «A valorização das economias rurais baseadas numa agricultura sustentável passa também pelo desenvolvimento da agricultura biológica e pela aplicação de sistemas agrícolas de conservação» (p. 3396).

Situação tanto mais estranha quanto as políticas agrícolas desenhadas a nível europeu, PAC, se traduziram na prática, pelo menos até à revisão de 2003, numa progressiva eliminação da chamada agricultura de subsistência, para o que concorreu o facto dos subsídios comunitários serem atribuídos em função da área agrícola, gerando uma corrida à compra de terra com consequente inflação do seu preço, para além de que a atribuição daqueles subsídios se dirigiu primordialmente para a produção de cereais e de bovinos, actividades que menos mão-de-obra necessitam. Mas a par de tais políticas verifica-se ainda, genericamente que não só para o Alentejo, que a

(...) concorrência pelo uso dos recursos locais, sejam eles o espaço físico, a mão-de-obra ou os capitais, contribui para marginalizar ainda mais os pequenos produtores incapazes de manterem os seus recursos perante a enorme pressão a que são sujeitos, sob diferentes modalidades (promessas de remuneração elevada dos capitais e de criação de novos empregos). (Hespanha, 2003)

De acordo com o plano o equilíbrio a alcançar entre desenvolvimento económico e valores ecológicos e paisagísticos passa pela manutenção do *mundo rural*, este entendido como uma realidade imutável, para o que se deve observar um vasto conjunto de objectivos, tanto de natureza sectorial como de natureza transversal. O quanto este plano é determinante na

³⁰) A superfície anualmente semeada de trigo passou entre 1925-29 de 438 mil hectares para 497 mil nos anos 30, e aumentou na década seguinte (Freire: 2008). Segundo Mariano Feio na década de 1920-29 a área semeada de trigo foi de 434 mil hectares, passando na década seguinte, 1930-39, para 497 mil. Nas décadas seguintes continuou a aumentar, sendo de 622 mil hectares no período de 1940-49 e de 766 mil no de 1950-59, após o que começou a diminuir, passando a 647 mil em 1960-69, até se fixar nos c. 300 mil hectares nas décadas de 80 e 90 (Feio, 1998: 71). No ano de 2006 foi de 120 mil hectares (cf. INE, Estatísticas Agrícolas 2006).

imposição de um modelo paisagístico expressa-se na circunstância de condicionar, seja pela definição, delimitação e/ou localização, as actividades e (infra)estruturas existentes e futuras no território que abrange. Assim, seja a rede viária, a instalação de actividades industriais, agrícolas e turísticas, de equipamentos sociais ou de apoio às actividades produtivas, seja ainda a delimitação e conservação das áreas consideradas como ecologicamente sensíveis, ou a *definição das medidas de valorização e aproveitamento dos recursos paisagísticos*, passam pelo crivo deste plano, o qual se institui igualmente como harmonizador dos diversos planos directores municipais.

Por modo à prossecução da gestão territorial são atendidos, entre outros, critérios de sustentabilidade ecológica, agrícola e turística. Anteriormente à análise da componente turística, aborde-se a respeitante à agricultura. O sector agrícola na sua área de influência assenta em duas grandes tipologias, genericamente em acordo com as aptidões dos solos, uma centrada numa agricultura com objectivos económicos outra numa agricultura de base territorial, esta última lugar por excelência de uma adequada simbiose homem-terra, ou nos seus termos, homem-agricultor e ambiente físico (p. 3396).

Institui ainda a manutenção dos usos actuais do solo, impedindo outras utilizações nas áreas ocupadas por vinhas intensivas, em olivais intensivos ou medianamente intensivos, em montados de sobro, em montados de azinho densos e em zonas de mato de protecção dos vales encravados e das zonas de maior declive, do que resulta que perto de dois terços (60%) do território dos seis municípios que o PROZEA abrange é fortemente condicionado, como decorre do ponto n.º 1. 3, *As potencialidades agrícolas e a ocupação do solo* (p. 3394).

Quanto ao aproveitamento turístico induzido pela construção de Alqueva, embora a barragem tenha determinado uma substancial «alteração da capacidade de suporte do território para actividades de lazer, recreio e turismo» (p. 3398), dada a criação de um extenso plano de água, estas ainda são apresentadas como actividades secundárias, «complementar do impacte do empreendimento de fins múltiplos de Alqueva» (idem), não impedindo que se lhe destine um extenso espaço no corpo do texto. Sublinhe-se que só posteriormente vieram a ser definidas as grandes linhas orientadoras das políticas de ordenamento e de turismo, através da aprovação do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, PNPO, do Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo, PROTA, e do Plano Estratégico Nacional do Turismo, PENT.

Constituindo um instrumento de gestão das expectativas de desenvolvimento associadas ao incremento do turismo e tendo em consideração situações anteriores e com as quais se pode estabelecer alguma analogia, caso das barragens da Aguieira e de Castelo do Bode que não geraram qualquer tipo de desenvolvimento turístico expressivo, sendo que neste último caso a especulação turístico-imobiliária traduziu-se por um desordenamento do território envolvente, o plano propõe-se intervir nas áreas de:

- i)* gestão do território e conservação da natureza,
- ii)* rede de infra-estruturas, equipamentos e serviços de suporte,
- iii)* imagem e promoção institucional da área,
- iv)* atracção, enquadramento e apoio financeiro a investimentos privados,
- v)* sinalização e informação turística e
- vi)* formação de recursos humanos, numa estratégia de compatibilização da qualidade dos produtos turísticos com os critérios de satisfação dos clientes potenciais em mercados segmentados, a conservação da natureza, a qualidade ambiental, a salvaguarda do património histórico-cultural e das identidades culturais e a identidade e diferenciação da oferta turística.

Pese a subalternização do sector do turismo é expressa uma segmentação de *produtos* turísticos, tais como itinerários culturais, num processo de *standardização* de uma denominada cultura local visando a sua mercantilização (*commodification*), cuja abrangência só é comparável com a imprecisão do termo, gastronomia (com as vertentes de cozinha, doçaria conventual, enchidos, queijos e vinhos), rotas de enoturismo, artesanato tradicional (cerâmica, têxteis, cestaria, peças em madeira e cortiça, mobiliário tradicional, arreios e ferro forjado), caça turística, pesca turística no Guadiana, ribeiras e albufeiras, turismo ecológico, turismo activo, turismo em espaço rural, adaptação de casas rurais tradicionais para residências de lazer (produto orientado para o mercado de residentes na Grande Lisboa, segmentos A e B), enunciado este que para além de não apresentar um mínimo de coerência constitui uma amálgama de generalidades sem qualquer coesão entre si, como o caso da gastronomia que segmenta as suas diversas componentes, reproduzindo um discurso de teor folclorista com raízes que remontam, só para considerar as mais visíveis, a *Políticas do Espírito* e a *Mercados da Primavera*.

Uma das orientações estratégicas da zona envolvente de Alqueva, a par com o «aproveitamento do capital de imagem do Alentejo» (p. 3398) e do estabelecimento de

propostas que «associem o recreio e lazer com o património histórico, a gastronomia, a cultura, a natureza e a descoberta» (p. 3399), passa pelo realce dos «elementos que possam ser facilmente identificáveis, o que pode ser sugerido através do «grande lago», da frescura e das possibilidades de recreio, lazer e desporto que proporciona» (p. 3398). Para além da essencialização de conceitos como cultura e natureza, afigura-se ser esta, logo em 2002, uma das passagens do texto legal que irá determinar o futuro e abundante recurso à figura de estilo do “*Grande Lago*”.

São igualmente definidos Eixos de desenvolvimento turístico, entendidos como suportes de acções estratégicas de incremento turístico, dos quais se opta neste estudo por destacar o denominado “Eixo da Água”, cujas *aldeias de água* que o integram (Alqueva, Amieira, Campinho, Capelins, Estrela, Granja, Juromenha, Luz, Marmelar, Mina da Orada, Monsaraz, Monte do Trigo, Pedrógão, Póvoa de S. Miguel, São Marcos do Campo e Telheiro) são consideradas locais preferenciais para a «implantação/criação de equipamentos de apoio ao turismo, relacionados nomeadamente com o recreio e desportos náuticos, lazer, restauração e alojamento» (p. 3400), algumas delas «particularmente estruturantes em termos de modelo de desenvolvimento turístico» (idem), ou seja, administrativamente é imposto por via da sua localização junto do plano de água e conseqüente apetência turístico-imobiliária um modelo de desenvolvimento específico, cujos destinatários não são as populações residentes mas sim os turistas/veraneantes.

As actividades de lazer destinadas a turistas são perspectivadas sem qualquer reflexão sobre o quanto elas mesmas reproduzem divisões sociais diversas, seja entre anfitriões e turistas, ou seja mesmo entre estes últimos, como assinalam Jonh Clarke e Chas Critcher, «What we find in leisure, then, is a reflection and expression of the main social divisions of class, age and gender, which the family may modify only within limits» (Clarke, 1995: 255).

Prevê-se que as povoações situadas na vizinhança do plano de água, constituindo como que uma *rede urbana ribeirinha*, sirvam de suporte ao usufruto lúdico da água. Para o efeito são propostas acções visando a sua integração turística através de intervenções no ambiente urbano, incidindo na *melhoria* das fachadas das casas e nos *arranjos* exteriores dos espaços públicos. Promove-se ainda a criação de condições para o desenvolvimento do turismo de aldeia apoiando a adaptação de casas à função turística e disponibilizando equipamentos turísticos como piscinas e campos de ténis e um conjunto de opções de lazer como passeios

pedestres, de barco, de bicicleta, desportos náuticos, gastronomia, sem esquecer no que respeita à actividade agrícola, a produção biológica como forma de contribuir para a melhoria da qualidade da oferta de produtos regionais e do abastecimento à economia do turismo. Como que por simpatia com o *Grande Lago* o turismo parece pois submergir os quotidianos das populações residentes, incluindo os seus tempos de trabalho, agora direccionados para os visitantes, populações que surgem no texto enquanto intermediários de experiências a disponibilizar aos turistas.

Todas estas intervenções apresentadas como contribuindo para a manutenção das «características urbanas, sociais e culturais»⁽³¹⁾ o que efectivamente fazem é induzir junto das populações comportamentos específicos de acolhimento face aos turistas sendo que os lugares são perspectivados em função destes e a serem “*vistos*” como produtos turísticos. O embelezamento proposto destinado ao consumo visual do turista, insere-se numa relação entre *hosts and guests*, de que resulta estes conformarem o seu olhar, *tourist gaze* (Urry, 1998 [1990]), e aqueles por via da aquisição de uma consciência reflexiva da sua cultura passarem a instrumentalizá-la, a objectificá-la (Handler, 1988), donde, entre outras alterações que tal facto implica, passarem a convertê-la em mercadoria, não obstante em numerosos casos só escassamente se apropriem dos dividendos económicos daí resultantes.

O mesmo tipo de *discurso* transparece no plano quando ao alertar para a necessidade de evitar a «monoddependência da base económica regional em relação turismo» (p. 3399) destaca a necessidade de «explorar ao máximo as complementaridades com as produções agrícolas e outras produções tradicionais locais, como o artesanato e a gastronomia, e com o comércio tradicional local, sob pena de os efeitos económicos de fuga reduzirem drasticamente os benefícios locais do turismo (...) e mesmo de levarem à perda de identidade dos próprios produtos característicos do turismo da região» (idem).

Por este trecho verifica-se o quanto estas comunidades são perspectivadas como “*ilhas*”, esquecendo o quanto fazem parte de unidades de âmbito regional, nacional e mundial, se integram num mundo mais amplo e multisituado (Marcus, 1995), visão que se sustém numa

³¹⁾ Programa de Desenvolvimento das Aldeias Ribeirinhas, da empresa “Gestalqueva - Sociedade de Aproveitamento das Potencialidades das Albufeiras de Alqueva e Pedrógão”, cujos sócios são a empresa EDIA, S. A. e as Câmaras Municipais de Alandroal, Moura, Mourão, Portel, Reguengos de Monsaraz, Serpa e Vidigueira. Disponível em: <http://www.gestalqueva.pt/desenvaldribeirinhas.aspx>.

concepção de tradição que não se afasta muito da folclorização do quotidiano. Segundo esta perspectiva o turismo *fará* o que as populações não fizeram ou souberam fazer, isto é, integrar plenamente nos mercados nacional e internacional os artigos considerados/classificados como *tradicionais*, até agora circunscritos geograficamente à região, o que, para nos atermos a uma perspectiva económica, não é mais do que um modo de gerar expectativas junto das populações através da sobrevalorização mercantil de tais produtos, iludindo o facto de ter sido o próprio mercado a determinar tal inclusão ou exclusão.

O turismo é tido como o instrumento dinamizador por excelência do artesanato e do comércio local, como se o não anterior desenvolvimento destes se explicasse unicamente por constrangimentos intrínsecos e não, entre outras causas, pelo facto daqueles agentes só escassamente deterem qualquer tipo de controlo sobre os factores que integram a cadeia comercial e seus suportes económicos e financeiros. Por seu turno, a tipificação de determinados artigos em *tradicionais* insere-se no que Richard Handler denomina de objectificação, pela qual se expressa a ideia «de se ver a cultura como uma coisa: um objecto ou uma entidade natural feita de objectos e entidades (traços)» (Handler, 1988), isto é, «transformar determinados aspectos da vida social em objectos discretos para serem estudados, catalogados e exibidos» (Xavier, 2007: 166) ⁽³²⁾, procedendo-se deste modo à sua delimitação e classificação, dotando-os de fronteiras as quais são sempre necessárias em processos de afirmação identitária.

De igual modo a noção de paisagem que perpassa neste plano é balizada por uma delimitação espacial precisa, tomada como realidade de *per si*, sem que a mesma seja questionada, sabendo-se que a área de intervenção do plano é resultado da adição da correspondente à dos seis concelhos abrangidos, cuja génese remete para meros propósitos de ordenamento político-administrativo do território. Se o conceito de região se afigura impreciso conforme já referido, o território deste plano suporta-se em fundamentos preexistentes que resultam em grande medida da aleatoriedade, circunstância sequer questionada no seu texto.

³²⁾ Nos termos de Richard Handler: «It allows any aspect of human life to be imagined as an object, that is, bounded in time and space, or (amounting to the same thing) associated as property with a particular group, which is imagined as territorially and historically bounded. Moreover, possession of a heritage, of culture, is considered a crucial proof of national existence» (Handler, 1988: 141-142).

No que antecede foi feita alusão ao facto de à data, ano de 2002, o plano expressar uma secundarização do turismo no contexto de Alqueva. Se assim é, convirá igualmente considerar-se que tal subalternização não impede a existência de um apertado controlo à instalação de novos empreendimentos hoteleiros, condicionando a sua tipologia, instalação, volumetria, estética e classificação. Para a sua instalação são definidas três áreas, conforme *i*) integradas em espaços urbanos, *ii*) complementadas por espaços junto ao plano de água, *iii*) rurais não directamente articuladas com o plano de água. Verifica-se assim a importância que o elemento água passa a assumir na combinatória com o turismo e a paisagem e como esta é condicionada pelo texto legislativo, tanto mais que outros sectores são igualmente sujeitos a apertado controlo, estabelecendo-se como que uma divisão e especialização territorial de actividades.

Expressando a crescente importância da componente turística e a alteração que promove na relação de forças com outros *campos*, verifica-se que a inventariação patrimonial assenta parcialmente em rentabilidades turísticas, ao considerar que os elementos de tal património, no caso arqueológico, são «susceptíveis de constituírem pólos de atractividade da região e, conseqüentemente, serem factores de visita e conhecimento por parte dos fluxos turísticos previsíveis» (p. 3404). Recuperação patrimonial cuja finalidade visa constituir um «factor de promoção quer da qualidade de vida da população residente, quer do interesse cultural e paisagístico da sub-região» (p. 3405).

E o mesmo se aplica ao património arquitectónico, num texto onde património etnográfico prima pela ausência. Nas suas diversas manifestações genericamente a noção de património subjacente é marcadamente devedora de uma sua visão folclorista, cujos destinatários primeiros são eles mesmos outorgantes das significações de que é investido. Mas não só o texto explicita as finalidades primeiras de uma tal inventariação e preservação como institui que seja nos «núcleos urbanos de valor patrimonial que se deverão localizar os principais equipamentos de suporte à actividade turística (hotelaria, restauração, artesanato, etc.)» (p. 3405).

6. 3. 4. Plano de Ordenamento das Albufeiras do Alqueva e Pedrógão, POAAP.

O Plano de Ordenamento das Albufeiras do Alqueva e Pedrógão, POAAP ⁽³³⁾, constitui um instrumento de ordenamento do território ao qual se subordinam os planos municipais e intermunicipais afins aplicando-se à área constituída pelos planos de água, ilhas e zonas de protecção das albufeiras com a largura de 500 metros contada a partir do nível de pleno armazenamento das albufeiras, PNA, cota de 152 metros para Alqueva e de 84,8 metros para Pedrógão, abrangendo parte do território dos municípios de Alandroal, Elvas, Portel, Reguengos de Monsaraz, Moura, Mourão, Évora, Vidigueira, Vila Viçosa e Serpa.

Este plano insere-se na continuidade de legislação datada de 1971 (Decreto Lei n.º 502/71, de 18/11/1971) relativa à classificação, protecção e exploração de albufeiras de águas públicas, onde embora se contemplasse a necessidade de se criarem planos de ordenamento das águas, a sua implementação só se iniciou em 1993, sucedendo-se os restantes até 2007 (Pato, 2008: 241-242). Posteriormente, em 2009, nova legislação veio proceder à reclassificação das albufeiras de águas públicas de serviço público (Portaria n.º 522/2009, de 15/05/2009).

Como seus objectivos iniciais o POAAP pretendia, em rede com outros planos e em particular o PROZEA, disciplinar e regulamentar os diferentes usos e actividades desenvolvidas na área territorial da sua intervenção num propósito de protecção e salvaguarda ambiental, em particular da qualidade da água. Aquando da sua revisão em 2006 torna-se explícito o seu papel regulamentar na área do turismo enquanto meio de «definir regras e critérios para o uso, a ocupação e a transformação do solo que permitam gerir a área objecto de plano, numa perspectiva dinâmica e integrada, com base num modelo de ocupação que esteja adequado à realidade actual e que enquadre, no contexto dos objectivos gerais, os projectos de investimento que se perspectivam» (art.º 2), o que determinou que no prazo de 4 anos, tantos como os que medeiam as duas versões do plano, se passasse de uma capacidade inicial de 430 *camas turísticas* e de 430 campistas distribuídas por 7 áreas definidas como aptas para a localização de empreendimentos turísticos (POAAP 2002, n.º 5 e 6 do art.º 21º) para 16022 *camas turísticas* agora em 12 áreas com igual vocação turística (POAAP 2006, n.º 2 do art.º 34º), ou seja, um aumento da capacidade de oferta de alojamento superior a 18 vezes a inicial.

³³⁾ O POAAP foi inicialmente aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 95/2002, *Diário da República*, n.º 110, I Série-B, de 13/05/2002. A sua revisão teve lugar com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 94/2006, *Diário da República*, n.º 150, I Série, de 04/08/2006.

Trata-se de um discurso não só assertivo e excludente de qualquer interpretação crítica como revela tratar-se de um instrumento destinado a não gorar as expectativas entretanto geradas. Torna-se evidente que o factor económico centrado na vertente turístico-imobiliária motivou um redefinir de estratégias que se expressam nos números indicados, na eliminação da oferta de alojamento campista, de moradias e apartamentos turísticos, os primeiros como meio de impedir um turismo menos *qualificado* e os últimos como meio de obstar à proliferação de construções isoladas, pois que doravante só permitidos se compreendidos em aldeamentos turísticos e em hotéis-apartamentos integrados em *resorts*, e na obrigatoriedade dos empreendimentos turísticos a instalar deterem a classificação mínima de 4 estrelas, oferta esta de alojamento turístico a ser completada com a proporcionada nas já indicadas aldeias ribeirinhas e nos empreendimentos de turismo rural; a qualificação turístico-imobiliária pretendida necessariamente remete para uma selectividade dos eventuais beneficiários da paisagem, para uma privatização da sua fruição, num processo como que de *gentrificação rural*, factor este gerador de potenciais conflitos sociais.

Facto igualmente merecedor de atenção reporta-se à circunstância do território abrangido pelo plano ser todo ele objecto de uma *cartografia legal* de usos e intervenções, cujo propósito é regulamentar toda e qualquer intervenção humana sobre o mesmo, implicando um forte condicionamento sobre a paisagem. Definem-se assim *áreas de protecção e valorização de recursos e valores específicos, áreas de utilização recreativa e de lazer, áreas de usos e regimes de gestão específicos*, cada uma destas por seu turno subdivididas em diversas outras.

A necessidade de consolidar uma paisagem recente como a que Alqueva originou, determinou uma maior ênfase na qualificação dos vestígios patrimoniais, sejam arqueológicos, arquitectónicos ou etnográficos, pelos quais se permite emprestar à nova paisagem um lastro temporal de outro modo comprometido, uma ancoragem histórica. Assim se compreende que segundo dados da EDIA entre 2002 e 2010 aquela entidade tenha investido mais de 14 milhões de euros em intervenções arqueológicas em cerca de 900 ocorrências patrimoniais, montante considerado como investimento e não despesa pois que de capitalização de Alqueva se trata, atentos os benefícios económicos decorrentes da preservação patrimonial.

É assim que no POAAP se apresenta uma extensa lista de referências patrimoniais a serem objecto de especial protecção, num inventário exaustivo de *lugares de memória* que importa assinalar. Todavia, tal necessidade de emprestar memória à paisagem, de lhe propor

continuidades advindas da arqueologia, da história e da etnografia, dotando-a assim de uma narrativa, não obsta a que se verifique uma redução de tais referências entre o plano de 2002 e o de 2006, sem que para o efeito seja apresentada qualquer justificação.

Património:	Arqueológico	Arquitectónico	Etnográfico	Total
POAAP 2002	580	65	85	730
POAAP 2006	556	53	80	689

Quadro 5: Património no POAAP (versões 2002 e 2006)

Mas para além do que a leitura dos números pode informar o que aquele levantamento patrimonial ilustra é a centralidade conferida ao património arqueológico, estabelecendo desse modo uma estreita associação com a história, objectificada na materialidade desse mesmo património. Tal *incursão* no património arqueológico, promovendo como que uma aceleração dos dispositivos criadores de memória colectiva, enquanto *lugares* de produção de sentido e enquanto mediadores entre o passado e o presente, insere-se no que Julian Thomas descreve como «One of the tendencies which might be discerned within the history of archaeology is a gradual shift away from the antiquarian focus on the alienated artefact, towards a concern with social and spatial context» pela qual a paisagem «comes to be seen as a continuous record of human behaviour, co-varying with ecological conditions» (Thomas, 1995: 19).

Em redor do *Grande Lago*: a água e a paisagem em Alqueva através do texto legislativo e institucional.

7. Turismo, os decisores.

7. 1. O Plano Estratégico Nacional do Turismo, PENT.

A crescente importância que o sector turístico, o qual não pode ser dissociado do sector imobiliário, teve no processo de alteração das valorações emprestadas a Alqueva, concretamente ao promover um *discurso* centrado na componente paisagística, justifica que sobre o mesmo se dê uma breve panorâmica no contexto nacional, cujas balizas programáticas na actualidade são dadas pelo *Plano Estratégico Nacional do Turismo*, PENT.

Visa este plano assegurar para o período de 2006 a 2015 o aumento da contribuição do turismo para o PIB nacional, incrementar o emprego qualificado e acelerar o crescimento do sector, para o que se elegem 5 eixos estratégicos com desenvolvimento em 11 projectos. Como metas, não considerando a sua revisão já anunciada em Fevereiro de 2011, prevê um crescimento anual de 5% de entradas de turistas, que se traduzirá em 2015 em 20 milhões de turistas entrados e um crescimento de 9% nas receitas, ultrapassando o patamar dos 15 mil milhões de euros em igual ano, de modo a que o turismo contribua então com cerca de 15% do PIB e do emprego nacional. Perspectiva-se naquele plano serem as regiões de Lisboa, Algarve, Porto e Norte as que mais irão contribuir em termos absolutos para tal crescimento, enquanto o Alentejo irá registar a maior contribuição relativa, com crescimentos anuais da ordem dos 11%.

Actualmente o turismo gera receitas correspondentes a cerca de 11% do PIB nacional e emprega perto de igual percentagem da população activa (10,2% em 2004). O país recebeu cerca de 12 milhões de turistas em 2005, tendo o seu número crescido a um ritmo inferior ao turismo interno (³⁴), números que o colocam num dos 20 principais destinos mundiais, embora se verifique ter perdido quota de mercado a nível mundial, tendo sido ultrapassado por destinos como a Turquia, Hungria, Tailândia e Malásia. O Algarve é a região que apresenta maior concentração de mercados emissores e Lisboa a que tem uma maior diversificação sendo que o Alentejo, Porto e Norte e Centro dependem essencialmente dos mercados nacional e espanhol.

³⁴) Entre 2002 e 2005 o turismo internacional cresceu à média de 1,8% ao ano enquanto o turismo nacional cresceu à média de 4%. Como factor de constrangimento ao crescimento do turismo internacional assinala-se a sua excessiva dependência face a um reduzido número de mercados emissores, Reino Unido, Espanha, Alemanha e França, que em conjunto representam 60% dos hóspedes estrangeiros e 67% das receitas.

A precariedade e sazonalidade do emprego no sector do turismo, necessariamente associada à sazonalidade que caracteriza os fluxos turísticos para o país, determina um fraco investimento em formação profissional com conseqüente decréscimo da qualidade do serviço. No caso do Alentejo tal estrangulamento é percebido como obstáculo à qualidade dos serviços dos investimentos previstos para o sector, conforme dá relato o seguinte extracto de notícia de jornal:

A falta de formação turística transversal a todo o território já dá que pensar aos próprios empresários que têm projectos em carteira, enquanto que as autoridades locais apelam à rápida criação de uma escola de hotelaria em Évora (...) dos actuais 11 mil trabalhadores da região, apenas 20% têm formação específica. (*Diário de Notícias*, 21/06/2006)

Circunscrevendo a actividade turística ao Alentejo tal como expressa no PENT, estima-se que as dormidas de estrangeiros na região em 2015 se cifrem em 650 mil, correspondendo a um crescimento anual de 10,8%, enquanto o acréscimo de dormidas de turistas nacionais deverá ser de 3,3%. Da parte das receitas espera-se que cresçam a um ritmo médio anual de 12,5%, com maior incidência após 2009. Nos termos do PENT o Alentejo *«tem como objectivo crescer em número de turistas e sobretudo em valor, potenciando o cross-selling com Lisboa. Pretende-se que o destino esteja associado ao contraste entre tranquilidade e diversão saudável. No que diz respeito aos produtos, o crescimento da região deve ser alavancado no Touring, Sol e Mar e Golfe»* (PENT).

De acordo com o PENT a criação do pólo turístico do Alqueva, que integra os municípios de Alandroal, Barrancos, Moura, Mourão, Portel e Reguengos de Monsaraz, justifica-se em face da «presença de elementos diferenciadores - o maior espelho de água da Europa - que permitirão um forte desenvolvimento económico e uma melhoria da imagem de Portugal como destino», apresentando condições para de modo diversificado propiciar «uma oferta de qualidade de Touring, Resorts integrados e Turismo Residencial (incluindo Golfe) e Gastronomia e Vinhos, para além de actividades náuticas que o espelho de água proporciona», oferta esta dirigida prioritariamente ao mercado interno e espanhol.

Se em termos paisagísticos o Alentejo é definido (e reduzido) como uma *paisagem de planície*, conforme “Factores distintivos por região” (PENT: p. 74, edição Online), as preocupações paisagísticas que genericamente enformam o plano dirigem-se ao consumo

visual dos turistas donde assinalar a «necessidade de assegurar a limpeza e despoluição ao nível do solo, sub-solo, água e ar, o controle dos níveis de ruído, de assegurar boas condições de saneamento, e também a eliminação de depósitos de entulho nas margens dos rios em áreas turísticas» (PENT: p. 99, edição Online).

7. 2. Agentes institucionais e turístico-imobiliários.

A construção da barragem implicou que relativamente a uma paisagem árida, seca, fortemente influenciada pelo clima mediterrânico, se passasse a produzir um discurso mais usual noutras geografias, desde logo através da figura de estilo do *Grande Lago*. Para além de constituir na óptica do turismo um recurso promocional, o novo hidrónimo apresenta-se como um meio de promover alterações identitárias dos lugares sob sua influência, promoção consciente e institucionalmente realizada.

É assim que o concelho mais directamente afectado pela subida das águas da albufeira, Mourão, se identifica na “página electrónica” da Câmara Municipal como «concelho raiano da margem esquerda do Rio Guadiana, transformado no maior lago artificial da Europa. Aqui, a planura das águas é mais larga, tornando a Vila de Mourão ribeirinha, sob o olhar altaneiro e vigilante do Castelo de Mourão», de onde as vistas permitem observar «o mar de água do rio Guadiana que o Alqueva aprisionou». Nesta identificação como concelho ribeirinho recorre-se aos termos “*transformado*” e “*tornando*”, o que remete paradoxalmente para a noção de mudança em continuidade, para o conceito de processo; trata-se de uma textualidade que concorre para acelerar a aceitação da nova identidade, a inscrição na memória de novos referentes paisagísticos.

O mesmo propósito perpassa na “página electrónica” da Câmara de Reguengos de Monsaraz ao referir estar o concelho «enquadrado na magnífica planície alentejana e no azul da Albufeira do Alqueva» ou na de Portel ao considerar o concelho como a «porta de acesso a Alqueva, onde o Grande Lago constitui um pólo de atracção para o desenvolvimento do turismo de recreio e lazer». No caso de Portel a utilização da paisagem como recurso turístico justifica o convite «a conhecer as nossas aldeias ribeirinhas, de uma forma diferente, navegando no Grande Lago de Alqueva, da Barragem até à aldeia de Amieira». De novo se verifica uma plena afirmação dos novos valores paisagísticos, valorização que igualmente

ocorre no caso de estabelecimentos hoteleiros e de restauração ao enfatizarem a sua localização relativamente à albufeira, como no folheto de um restaurante ao referir-se a Alqueva como *O Mar do Alentejo*.

Adaptando o que escreve Bernard Stiegler (2008) relativamente ao controlo dos indivíduos nas sociedades ditas modernas e à criação dos *objectos temporais industriais* os quais «permitem um controlo íntimo dos comportamentos individuais, transformando-os em comportamentos de massa – embora o espectador, isolado diante de seu aparelho de TV, conserve a ilusão de um lazer solitário», no apelo à contemplação paisagística esta é (re)apresentada como singular, individualizada, exclusiva, como se propiciasse uma experiência única e particular, omitindo-se o facto de tal contemplação se inserir num processo mercantil extremo que necessariamente a torna universal, a insere numa contemplação *em série*, qual fordismo visual. Aqui a «oscilação entre o que vemos como natureza e o que vemos como cultura» (Herrington, 2009: 69, tradução livre) apenas se coloca ao nível da ficção, o que aliás constitui o seu enredo principal.

Ainda ao nível do discurso institucional note-se como a Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz publicitou na sua “página electrónica” a discussão pública do Plano de Pormenor de um projecto turístico a implementar na região, invocando os elevados montantes envolvidos «Com um investimento total de 90 milhões de euros», a sua relevância económica «projecto, considerado de Potencial Interesse Nacional, PIN, pelo governo», a sua qualidade e preocupação ambiental «prevê a construção de um hotel de 5 estrelas (...) e ainda 600 hectares de agricultura biológica» e o enaltecimento do agente económico que «pretende desenvolver uma cadeia de hotéis de luxo em vários países do mundo».

O tom apologético apresenta-se como justificação do projecto tanto mais que «os promotores desejam criar um destino com grande nível de sofisticação, integrado numa região onde se pode aliar o património arquitectónico, arqueológico, ambiental, gastronómico e paisagístico com o turismo de excelência». À qualidade do empreendimento, a que se alia a qualidade paisagística por se situar «nas proximidades da vila medieval de Monsaraz (concelho de Reguengos de Monsaraz) e do Grande Lago de Alqueva» juntam-se preocupações culturais pela sua agregação ao património da região, pois que «Na sua área geográfica existem vários monumentos do paleolítico, entre os quais o (...) que pelas suas dimensões e significado científico é já reconhecido como um dos mais importantes da Península Ibérica, constituindo

um testemunho relevante das primeiras comunidades que habitaram o concelho de Reguengos de Monsaraz há cerca de 5 mil anos. A acentuar o forte carácter cultural e ambiental do projecto, os promotores pretendem também construir um Centro Cultural (...) numa parceria transnacional». Para além do lastro temporal implícito, gerador de distinção simbólica, para início de discussão pública impunha-se um texto menos encomiástico (veja-se adiante nota 35).

A mais-valia dos empreendimentos turísticos não decorre apenas da sua proximidade face ao *Grande Lago* mas também do contágio que valores patrimoniais, históricos, culturais e ambientais lhes induzem, funcionando como interfaces justificativos desses mesmos empreendimentos. O património outorga a tais empreendimentos uma chancela de valor, institui-lhes como que uma aura de sacralidade que os torna distintivos. O discurso institucional evita promover uma ruptura entre a paisagem ante e pós Alqueva, antes procura acentuar continuidades, de que a metáfora «*planície líquida*» é exemplo.

A componente imobiliária associada à barragem é delimitada pelo estipulado nos planos, em particular no PROTA e no POAAP, por via do licenciamento de construções, no que se atende a critérios como a tipologia, densidade de ocupação e índices de impermeabilização, condicionando fortemente aspectos arquitectónicos formais, como a traça, cêrceas, número de pisos, cromatismos e materiais empregues, ou ainda a sua orientação no terreno, agora não em função da exposição solar e da sua integração no âmbito da exploração agrícola, que levava neste caso a que a maioria dos montes se localizarem «(...) num dos extremos da herdade, não se conhecendo motivo plausível que justifique esta anomalia» (Picão, 1983 [1903]: 27), mas antes em função das *vistas* para a albufeira, o que condiciona a disposição interior das divisões e as suas funcionalidades e contribui para a difusão de um modelo de habitação turistificado.

A estes condicionamentos acrescem os decorrentes das disposições vigentes na legislação respeitante aos empreendimentos turísticos, também esta por si mesma restritiva, como no caso dos edifícios que integram aldeamentos turísticos, que devem ser:

(...) instalações funcionalmente interdependentes com expressão arquitectónica coerente, situadas em espaços com continuidade territorial, ainda que atravessados por estradas e caminhos municipais, linhas ferroviárias secundárias, linhas de água e faixas de terreno afectas

Em redor do *Grande Lago*: a água e a paisagem em Alqueva através do texto legislativo e institucional.

a funções de protecção e conservação de recursos naturais, destinados a proporcionar alojamento (...e) não podem exceder três pisos, incluindo o rés-do-chão. (art.º 13º do Decreto Lei 39/2008)

Por seu turno, na sua generalidade estes normativos expressam uma dimensão económica da paisagem, visível nas apropriações de *territórios* com melhores vistas, miradouros particulares, com conseqüente tradução e inflacção do seu valor económico: também aqui através da paisagem se sedimentam hierarquias sócio-económicas e se reafirmam estatutos sociais.

Quanto ao turismo rural e às iniciativas de recuperação arquitectónica de habitações fora dos centros urbanos, a preocupação estética é central, resultado da função a que agora se destinam tais edificações, de alojamento turístico-residencial, função distante da que originalmente presidia aos montes alentejanos, sob cuja denominação se integram todas as formas de *habitat* disperso, valência a que todavia não se reduzem pois que «mais do que um fenómeno de povoamento, são um fenómeno económico» (Feio, 1983 [1949]: 60, tradução livre) estreitamente associado à produção agrícola, o que não impediu a sua diversidade arquitectónica, levando Silva Picão (1983 [1903]: 25) a classificá-los em cinco categorias.

Na sua generalidade os autarcas da região percebem Alqueva como um factor único de desenvolvimento local, donde as suas críticas à parcimónia dos planos de ordenamento associados a Alqueva quanto à permissão de construção e dimensão de empreendimentos turísticos, mesmo que ainda não aprovados, conforme atesta o seguinte título de notícia “Turismo em Alqueva, nem 8 nem 80. Autarcas e promotores consideram que PROZEA é radical e fundamentalista” (*Público*, 29/07/2001). Na mesma linha de defesa de um modelo para Alqueva mais centrado nas suas vertentes turísticas se expressa um dirigente da Associação das Regiões de Turismo do Alentejo - ARTA:

O PROZEA define claramente uma visão restrita e uma forte manobra proibitiva de desenvolvimento e aproveitamento turístico do empreendimento de Alqueva. (...) Como empreendimento de fins múltiplos, julgamos essencial o aproveitamento da valência turística do espelho de água, aliado às magníficas vilas e aldeias que o envolvem (...) assenta fundamentalmente em princípios conservadores, restringindo o desenvolvimento da actividade turística nomeadamente na construção de empreendimentos e equipamentos para fins de recreio

Em redor do *Grande Lago*: a água e a paisagem em Alqueva através do texto legislativo e institucional.

e lazer, cedendo, na nossa opinião, à excessiva visão ambientalista. (*Jornal de Notícias*, 05/09/2001)

E embora a construção da barragem tenha determinado uma redução da área de alguns concelhos, caso de Mourão e de Reguengos de Monsaraz, o que gerou alguns protestos, estes não foram marcados por uma agudização de conflitos políticos e sociais, no que tiveram papel determinante os autarcas locais; a troca do recurso terra pelo recurso água pendeu a favor deste último, dada a sua valência enquanto recurso paisagístico, que por o ser se constituiu como factor determinante para a elaboração de um modelo de desenvolvimento local centrado no turismo. Mas as memórias permanecem, como ilustra um folheto turístico de Reguengos de Monsaraz, em que a cor azul é representada a área do concelho inundada pela água da albufeira, cerca de 13% do território municipal, como se de águas territoriais se tratasse.

Em redor do *Grande Lago*: a água e a paisagem em Alqueva através do texto legislativo e institucional.

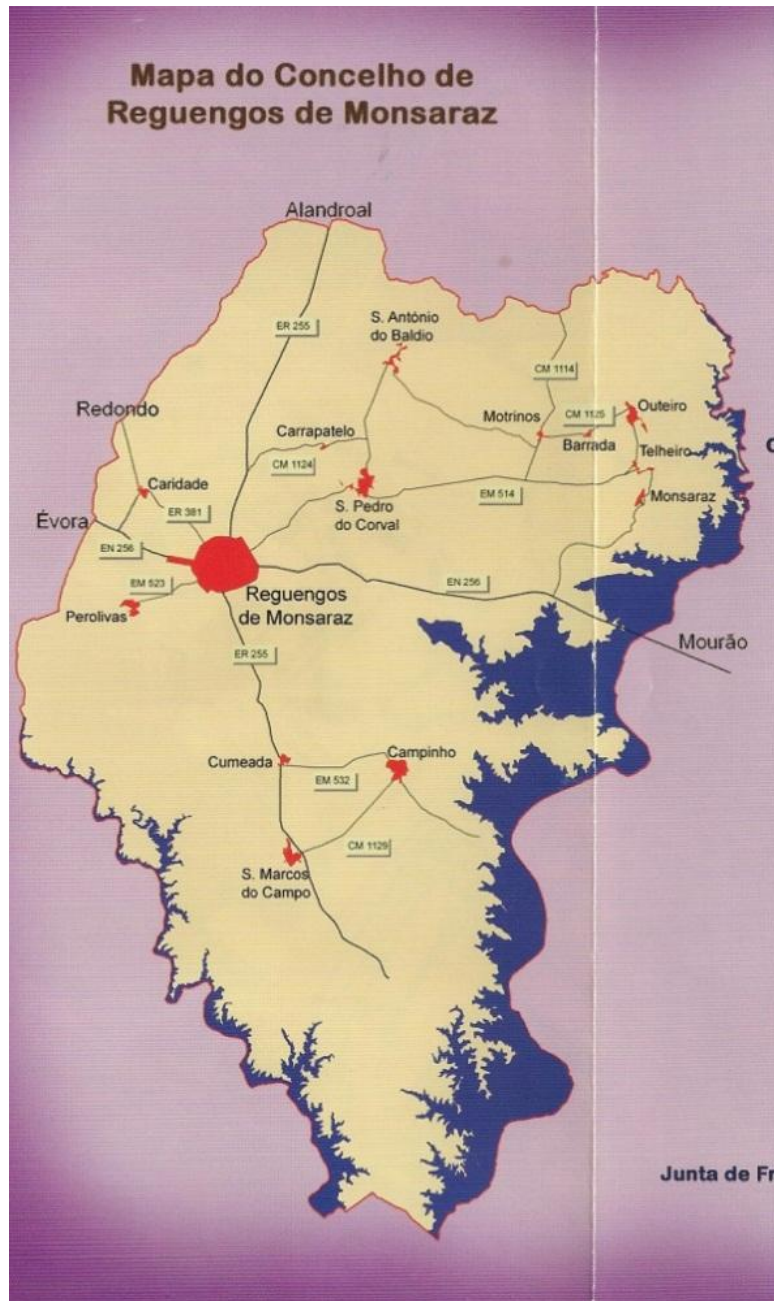


Fig. 1: Folheto Concelho e Cidade de Reguengos de Monsaraz. Mapa e Informação Turística, s/d, Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, elaborado por Jorge Albardeiro (reprodução reduzida e parcial).

7. 3. Outros agentes, outros discursos?

Aquando do fecho das comportas da barragem e início do enchimento da albufeira, em 08/02/2002, o jornal *Público* editou um *dossier* justamente denominado Alqueva. Da sua leitura um facto se constata, o da omissão do termo turismo ou derivados e bem assim do de

paisagem que não de uma perspectiva eminentemente geográfica e ecológica, preocupação à data mais premente em face da polémica sobre a cota máxima de enchimento. Assim, constata-se que em 2002 a vertente turístico-imobiliária ainda não se apresentava como uma linha de força suficientemente expressiva para merecer a atenção daquele periódico. As preocupações então dominantes eram ecológicas ou económicas, como se exemplifica nas seguintes transcrições:

Movimento Cota 139, criticam o enchimento da barragem à cota máxima 152 e defendem um faseamento porque, dizem, "o volume de água a armazenar à cota 152 só será necessário no seu pleno em 2025". Até lá, serão submersos 25 mil hectares e arrancadas 540 mil azinheiras, 34 mil sobreiros, 133 mil oliveiras, 504 mil eucaliptos e 133 mil árvores diversas. Baixando para a cota 140, o número passaria para 13 mil hectares, sendo afectadas apenas 704 mil árvores. (*Público*, 08/02/2002 (Online).

(Disponível em: <http://dossiers.publico.pt/noticia.aspx?idCanal=261&id=83044>).

A barragem de Alqueva vale pelo seu factor estratégico de reservatório de água e não como um empreendimento economicamente viável. Se se tiver em conta esta última componente, os mais críticos apontam que os 1800 milhões de euros de investimento, programados até 2025, apenas seriam recuperados em cem anos de vida útil da barragem. É que as receitas anuais mais optimistas sugerem um valor de 20 milhões de euros, à custa da produção hidroelétrica e da venda de água às populações e às explorações agrícolas (*Publico*, 08/02/2002 (Online).

(Disponível em: <http://dossiers.publico.pt/noticia.aspx?idCanal=261&id=83052>).

O exposto ilustra de novo o facto de que em 2002 os objectivos principais que presidiram à construção da barragem e o modo como o recurso água era então percebido ainda não se haviam alterado a favor do recurso turístico-imobiliário e da água como agente paisagístico, salvo uma ou outra alusão a tal respeito. Era na base deste entendimento que o jornal *dava voz*, directa ou indirectamente, aos críticos do que então consideravam ser uma destruição ambiental e patrimonial em curso, relatando o abate de cerca de 1,2 milhões de árvores, das quais mais de metade azinheiras, a submersão do castelo da Lousa, exemplo da arquitectura militar romana e classificado desde 1970 como Monumento Nacional, de igual submersão de cerca de 80 moinhos (moinhos de rodete) datados da Baixa Idade Média aos finais do século XVIII e que se estendem ao longo do Guadiana ou ainda das gravuras rupestres no concelho do Alandroal datadas do neolítico e calcolítico.

Por seu turno o *directório* denominado Agroportal, que se apresenta como *vocacionado para os sectores da agricultura, floresta, pecuária, agro-indústria, caça, ambiente e desenvolvimento rural*, donde necessariamente ser mais limitado o leque de notícias que veicula, no seu dossier relativo a Alqueva, igualmente iniciado em 08/02/2002 (até 13/02/2011 contendo um total de 270 notícias distribuídas por 27 “páginas”), verifica-se que só em 2004 surgem as primeiras menções relacionadas com o aproveitamento turístico do Alqueva, que desde então se tornam mais frequentes ⁽³⁵⁾.

Deste *directório*, entendeu-se destacar duas notícias relacionadas com a qualidade da água e uma terceira relativa às estratégias de investimento na área do turismo. Assim, de 17/06/2009 consta o seguinte título “Ambiente: Estudo da Universidade de Aveiro revela que a água do Alqueva é tóxica”, estudo este efectuado por investigadores do Centro de Estudos do Ambiente e do Mar, CESAM, e do Departamento de Biologia da Universidade de Aveiro, relativo à análise de amostras recolhidas durante o ano de 2006, onde se concluía que «(...) em alguns pontos da albufeira do Alqueva, a soma da concentração de pesticidas estava "acima de 0.5 µl/L, o que pode representar algum perigo para a saúde humana, de acordo com a Directiva 98/83/EC relativa à qualidade da água destinada ao consumo humano» e que «vários pesticidas (...) terem sido encontrados acima dos limites individuais estabelecidos pela Directiva 2008/105/CE para as normas de qualidade ambiental no domínio da política da água», recomendando ser necessário atender ao facto de «os valores máximos permitidos para os pesticidas individuais e para a soma de pesticidas não ter em consideração os efeitos da mistura dos químicos que podem, por exemplo, ser potenciados. (Agroportal, 17/06/2009)

³⁵⁾ Exemplo do surgimento de notícias relativas à vertente turística ocorre na *página* de 22/12/2009, ao referir um investimento turístico cujo promotor foi autorizado a abater 6484 azinheiras condicionada à plantação de 27700 azinheiras e à delimitação das unidades de exploração turística a 40% da área total, conforme Despacho n.º 21807/2008, de 21/08, dos ministérios da Economia e da Agricultura. A autorização sustenta-se em 13 considerandos explanados no texto do Despacho, facto singular não tanto pelo conteúdo dos mesmos mas antes pela profusão de tais justificações. Ainda assim, um dos argumentos suporta-se no facto da «oferta hoteleira de qualidade no Alentejo é ainda escassa, existindo um único hotel de 5 estrelas, manifestamente insuficiente para garantir a viabilidade turística deste destino». O empreendimento disporá de 17108 “camas turísticas” distribuídas pelas três herdades que o compõem, 4500 das quais se inserem na área de intervenção do POAAP. O Plano de Pormenor do empreendimento mereceu aprovação unânime por parte da C. M. de Reguengos de Monsaraz e encontra-se publicado no *Diário da República*, n.º 227, II série, de 26/11/2007.

Em redor do *Grande Lago*: a água e a paisagem em Alqueva através do texto legislativo e institucional.

Da resposta da EDIA à agência noticiosa Lusa constante da notícia datada de 18/06/2009 com o título “Ambiente: Empresa do Alqueva reconhece que água precisa de tratamento para alguns usos”, transcreve-se o seguinte:

(...) actualmente, os dados obtidos através do programa de monitorização, implementado pela EDIA, indicam que a qualidade da água armazenada nas albufeiras integradas no EFMA permite satisfazer os fins a que se destina, sendo que para alguns desses usos a água carece, naturalmente, de tratamento adequado. (Agroportal, 18/06/2009)

A ligeireza com que a questão é abordada pela EDIA, contrasta com a valorização que é adstrita à água enquanto factor potenciador do turismo, demonstrando inequivocamente a alteração que entretanto se operou relativamente à água, tanto na sua materialidade como na sua simbologia, nomeadamente através da obliteração de uma noção tão essencial como seja a de pureza (no que contrasta por exemplo com as actuais estratégias de comercialização de água engarrafada que enfatizam na rotulagem a sua origem de montanha, simbolicamente mais pura, ou ao facto das embalagens serem preferencialmente incolores e translúcidas).

Recorra-se ainda a uma outra notícia, esta de 05/06/2008, com o título “Alqueva: Turismo poderá permitir desenvolvimento "mais equilibrado" do que agricultura”, pela qual se pretende definir um quadro estratégico de investimento. Reporta-se a um estudo promovido pela EDIA e realizado pelo Centro Interdisciplinar de Estudos Económicos, CIDEC, e pela empresa de consultoria NEMUS – Gestão e Requalificação Ambiental, Lda., realizado entre 2005 e 2006, onde se conclui que:

(...) os investimentos em complexos turísticos ou actividades náuticas poderão permitir um desenvolvimento "mais equilibrado" no espaço Alqueva do que as actividades agrícolas, a principal valência do projecto associado à barragem alentejana», donde «serão sobretudo as actividades turísticas [empreendimentos ou náutica de recreio] que possibilitarão um desenvolvimento mais equilibrado no "Espaço Alqueva" e não tanto as actividades, directa ou indirectamente, relacionadas com a agricultura. (Agroportal, 05/06/2008)

Prossegue a notícia informando que após análise a dezanove concelhos dos distritos de Beja, Évora, Portalegre e Setúbal, se elegeram onze como «locais preferenciais para a instalação de negócios na fileira do turismo (oito para empreendimentos turísticos e três para actividades

náuticas) e apenas três para a fileira agricultura/agro-indústrias». Assim, Évora, Reguengos de Monsaraz, Elvas, Moura, Beja, Serpa, Grândola e Alcácer do Sal são indicados como concelhos preferenciais para a instalação de empreendimentos turísticos, Reguengos de Monsaraz, Moura e Portel para actividades náuticas e Beja, Ferreira do Alentejo e Aljustrel como preferenciais para negócios agrícolas e agro-industriais. Para além das fileiras indicadas o estudo lista as fileiras da água (abastecimento urbano e industrial e tratamento de águas residuais), da energia (biocombustíveis e centrais térmicas) e ambiente e inovação e tecnologia.

A relevância da notícia prende-se com o facto de Alqueva determinar não só um reordenamento económico dos concelhos directamente afectados pela barragem, mas condicionar uma área muito mais vasta, dezanove concelhos conforme referido. Esta expansão da sua área de influência insere-se numa estratégia de constituição de uma reserva paisagística e funcional para o projecto de Alqueva, evitando confrontá-lo com soluções de continuidade que o poderiam comprometer turisticamente e revela a assunção por parte dos seus investidores preferenciais em assumir um papel central na *dinamização* daqueles concelhos (³⁶). Passados alguns anos a omnipresença da componente turístico-imobiliária sobrepenha-se a todas as demais, conforme assinala Victor Mestre (2007: 99):

Actualmente, verifica-se uma forte transacção de propriedades junto ao Alqueva, uma parte para a produção de olival (espanhóis), enquanto outras são compradas por grupos económicos nacionais para a instalação de empreendimentos turísticos, alguns associados ao turismo enológico, à caça e ao golfe. Raros são os exemplos que tenham exclusivamente projectos de exploração agrícola associados a projectos culturais.

³⁶) Atente-se na seguinte passagem de Orlando Ribeiro em *Portugal. O Mediterrâneo e o Atlântico*: «É particularmente significativo que num relatório preliminar sobre a futura divisão administrativa se escreva a propósito da região do Alentejo: «O único problema que se coloca é o da inexistência de um centro que polarize este vasto território»» (Ribeiro, 1998: 160). Ainda de Orlando Ribeiro se torna oportuno dar relato da sua apreciação do fenómeno turístico ao considerar ser «duvidoso que o turismo sirva a aproximação compreensiva dos homens e é certo que, para além de uma importante fonte de divisas estrangeiras, traz consigo vários malefícios. O turista olha com sobranceria o «indígena» que o serve, desloca-se em rebanhos, não tem iniciativa para descobrir os valores locais, tanto da natureza como da tradição. Esta sofre o mais rude embate, pois tudo tende a descaracterizar-se ou a imitar aquilo que foi espontâneo e desprezado. O custo de vida sobe e torna-se incomportável para os nacionais, sempre mal servidos onde prepondera a única clientela de interesse – os estrangeiros» (idem: 34).

Em redor do *Grande Lago*: a água e a paisagem em Alqueva através do texto legislativo e institucional.

Entendemos tratarem-se dos mesmos agentes e dos mesmos discursos quando a albufeira, agora denominada *Grande Lago*, se torna a imagem de marca das mais diversas iniciativas, sejam colóquios de arqueologia, concursos de fotografia tendo como temática a água e a biodiversidade, eventos desportivos, seja a produção de um discurso textual e visual em folhetos e guias turísticos e promocionais, como um que publicita passeios de barco, em que «Na calma serena de uma nova paisagem alagada de vida, as memórias fundem-se em novos caminhos» (³⁷); a recorrente alusão ao património não só enquanto paliativo à perda da paisagem anterior mas enquanto enquadramento do surgimento de uma paisagem recente, a ênfase numa suposta diversidade ecológica, *paisagem alagada de vida*, mesmo se perante uma extrema redundância paisagística que a albufeira originou. A figura do *Grande Lago* atribui a tal paisagem um sentido aurático.

³⁷) folheto *Terras do Grande Lago [Alqueva]*, edição de Gestalqueva e Associação Transfronteiriça dos Municípios das Terras do Grande Lago - Alqueva, s. a., Beja-Mourão.



Fig. 2: Folheto promoção corrida “I Trail Terras do Grande Lago”.

Agentes particulares e institucionais que continuamente (re)produzem um discurso cujo vector principal é o turismo, procedendo a um continuado processo de patrimonialização, no que se engloba a paisagem, tentando conciliar um registo centrado na tradição, na continuidade, com um outro que remete para as novas potencialidades paisagísticas, e em que,

(...) o valor patrimonial da paisagem reduz-se, muitas vezes, a um exercício de cenografia deslocado das condições intrínsecas de produção e de evolução dessas paisagens, e que sobrevaloriza os elementos pitorescos tradicionais, (...), convertidos em ícones de uma «autenticidade cultural perdida» e em imagens de modos de vida supostamente harmoniosos e bucólicos. (Domingues, 2001: 63-64)

Em redor do *Grande Lago*: a água e a paisagem em Alqueva através do texto legislativo e institucional.

A paisagem por onde o texto institucional discorre é essencialmente destinada a um olhar forâneo, o que necessariamente determina imposições sobre o olhar *nativo*, cuja extensão e ritmo serão tanto maiores quanto o *capital* que os seus decisores detenham e a forma como se apresente. Estas imposições instituem um olhar *apropriado* sobre os turistas e destes sobre os *nativos*, de que é exemplo o tema de um concurso destinado aos alunos de todos os concelhos do Alentejo, subordinado ao tema “Património – Segredos para descobrir e para admirar”, que tem como objectivo «transformar o turista/amigo, que nos visita, num entusiasta divulgador das nossas potencialidades e riquezas».



Fig. 3: Cartaz de um concurso promovido no ano de 2011 pela Entidade Regional de Turismo do Alentejo (Disponível em: <http://www.turismoalentejo-ert.pt/18.htm>).

Em redor do *Grande Lago*: a água e a paisagem em Alqueva através do texto legislativo e institucional.

8. Os percursos da paisagem e da identidade.

Paisagem: Espaço de território que se abrange num lance de vista, género de pintura ou de literatura, em que se apresenta ou descreve o campo ou lugares campestres. Quadro que representa esses lugares. Trecho literário que descreve perspectivas ou cenas campestres (de país). (Cândido de Figueiredo, Grande Dicionário da Língua Portuguesa, 1992, 24ª edição [1939])

Nada nos falta: vales que são como cestos de flores e de frutos, montanhas que se prolongam no céu; a renda do nosso litoral; florestas encantadas onde podemos topar, de repente, com a «Bela adormecida»; rios e lagos onde se colhem peixes como se colhem flores. Portugal, antologia de todas as paisagens: paisagens risonhas, coloridas como tapetes de retalhos, paisagens escalvadas, duras, abismos, paisagens suaves, impregnadas de saudade, onde se está com a impressão de ainda não ter chegado, paisagens humanas, sobre-humanas, paisagens que aparecem de outro mundo ou de outros mundos. (excerto de discurso de António Ferro de 1939, citado por António Quadros, “António Ferro, um enamorado da paisagem” in *Panorama*, II série, 12, 1955)

As interferências da história na noção de paisagem expressam-se, em razão de cada contexto histórico-social, determinando os modos como essa mesma noção se instituiu e como essa paisagem se singularizou por via do património mnemónico que lhe foi associado. Mas tais interferências repercutem-se nos indivíduos através não só das estratégias como se interrelacionam com esse meio e entre si mesmos, como nas representações que dele e de si próprios fazem. Neste sentido, a paisagem torna-se agente activo da história e meio por onde se afirmam não só identidades mas também onde se exercem domínios, paisagem que de substantivo se torna verbo (Mitchell, 1994).

Sendo as paisagens para além de criações físicas também criações da percepção é nesta última acepção que se poderá afirmar que «o que o espectador contempla não é o que existe no território, mas sim o que quer ver» (Madaruelo, 2006: 238, tradução livre), é o seu olhar selectivo e idealizado que converte esses territórios em paisagens paradisíacas, no que não se deverá descartar na cultura ocidental a presença da noção de culpa. Neste contexto poder-se-á afirmar que «o sentimento de paisagem não é um comportamento atemporal da condição humana, mas sim um produto histórico da sua evolução» (Fiz, 2006: 20, tradução livre).

Se a paisagem nunca é «uma experiência de rotina» na feliz expressão de Raffaele Milani (2006: 56), pois que ela muda num duplo sentido, enquanto suporte físico e enquanto modo de ser percebida, enquanto conjunto de interações que se estabelecem entre o homem e o meio físico envolvente e enquanto representação que se faz dessas mesmas interações e do que delas resulta, o acesso à mesma é igualmente expressão de factores sociais onde se exprimem relações específicas de poder, mormente económico, político e simbólico.

A estreita associação estabelecida no Ocidente entre meio rural e paisagem filia-se nas representações pictóricas de cenas rurais que servindo num primeiro momento tão só de *pano de cena* de outras temáticas, de adereço das acções humanas ou divinas, vieram posteriormente no Renascimento a alcançar o estatuto de *sujeito* da pintura, situação ademais favorecida pela Reforma Protestante e pela inibição na representação de temas e figuras religiosas (³⁸).

Como suas fontes no Ocidente pode-se invocar Petrarca e a sua subida em 1336 ao cume do Monte Ventoux, onde uma vez chegado lê a seguinte passagem das *Confissões* de Santo Agostinho «E os homens vão admirar as altas montanhas, as ondas do mar que se revolvem ao longe, as torrentes que rolam com estrondo, o imenso Oceano, o curso dos astros e esquecem-se deles próprios nesta contemplação» (Burckardt, 1983 [1860]: 231). A primazia parece assim ser de bem mais longa data, como a expressa o bispo de Hipona.

E as fontes continuam com os afrescos de Ambrosio Lorenzetti no Palazzo Comunale de Siena *A Vida no Campo. Os Efeitos do Bom Governo* (c. 1337-1340), com Brunelleschi (1377-1446) e o uso que faz na arquitectura da perspectiva linear, (r)estabelecendo o conceito de ponto de fuga e resolvendo o problema das proporções, igualmente assinalado por Alberti (1404-1472) no seu *Trattato della Pittura*, c. 1435, com os passeios de Eneias Sívio Piccolomini, Papa Pio II (1405-1464), pelos Montes Albanos por meados do século, onde poucos anos antes de falecer acaba por estabelecer a sua Cúria em 1462 (Burckhardt, 1983 [1860]; 230-234; Williams, 1973: 121), ou, em data mais tardia, nos jardins desenhados em

³⁸) «In Medieval and early Renaissance paintings, landscapes only served as backgrounds to religious scenes or portraitures, but by the seventeenth century, landscapes themselves emerged as central subjects of the painted canvass» (Herrington, 2009: 43). Refira-se para tempos mais recuados o importante contributo do franciscanismo para a emergência da *Natureza* na estética pictórica, que ao dissociar aquela do indivíduo veio permitir um distanciamento do olhar cuja expressão se concretizou na noção de paisagem.

meados do século XVI por Pirro Ligorio (1510-1583) para Villa d'Este ou os de Giacomo Vignola (1507-1573) para Villa Lante em Bagnaia. A natureza torna-se bela quanto mais se aproxima da arte (Milani, 2006: 56) ⁽³⁹⁾.

Não só a pintura mas igualmente a escultura, particularmente no período renascentista e barroco, procedeu à representação simbólica da Natureza, no que para nos atermos ao meio aquático se lembram as esculturas antropomórficas dos mares e rios, como a Fontana dei Quattro Fiumi, Fonte dos Quatro Rios, (Bernini, 1648-1651), com a representação dos rios Nilo, Ganges, da Prata e Danúbio, ou os diversos Neptunos e Sereias que enxameiam as fontes de inúmeras cidades.

Uma das mais significativas representações paisagísticas na pintura já plenamente *moderna*, isto é, em que a paisagem se torna o tema dominante e a sua representação obedece às novas noções de perspectiva linear, pode ser atribuída a Albrecht Durer com a sua *Vista de Arco*, de 1495. Até então, e particularmente durante a Idade Média, a noção de paisagem restringia-se ao ordenamento da *natureza* nos hortos de mosteiros (Balfour: p. 87; Araújo: p. 61). A convencionalidade que a utilização da perspectiva linear introduziu foi exposta por Julian Thomas nos seguintes termos que pela sua clareza se entende transcrever:

(...) it allowed painters to represent a three dimensional world on a two dimensional surface, through a technique which organized represented objects in relation to each other. Yet this technique was regarded not as an artifice, but as a means of revealing truth. Perspective art represents a form of visual control, which freezes time and presents things as they empirically appear to be. At the same time, perspective establishes not merely a set of spatial relations on the canvas, but a fixed relationship between object and subject, locating the viewer outside of the picture, and outside of the relationships being depicted. The viewer is thereby rendered transcendental, outside of history. (Thomas, 1995: 21-22)

Convenção do ver que participa de há séculos no modo como no denominado Ocidente a paisagem é percebida, cujo expoente se resolve na tradição pintoresca ⁽⁴⁰⁾ tal como expressa

³⁹⁾ Sobre Antoine-Chrysostome Quatremere de Quincy (1755-1849), Susan Herrington refere que este «maintained that landscape gardens that looked indistinguishable from what nature produced could not be considered art» (Herrington, 2009: 5). Para uma útil e breve referência ao tema dos jardins considere-se Francisco Caldeira Cabral em *Fundamentos da Arquitectura Paisagista* (1993: 75-134).

por Giorgione (1477?-1510) e Patinir (1480-1524), nas gravuras de Domenico Campagnola (1500-1564) ou nas obras de Carracci (1560-1609), Claude Lorrain (1600-1682) ou Salvator Rosa (1615-1673), estabelecendo uma outra associação, desta feita entre paisagem e obra de arte a qual se irá traduzir numa progressiva associação entre paisagem e património, em considerar aquela como um património comum, um bem de ordem superior a merecer especial protecção.

E à convenção do ver junta-se a palavra, o conceito; afastando pretensões etimológicas refira-se que o termo paisagem confina com o de país, resultado de heranças latinas decorrentes de *pagus* (donde *paisaje* em castelhano, *paysage* em francês ou *paesaggio* em italiano), enquanto campo ou território cultivado. Nas línguas germânicas a sua origem advém de *land* (originando *landschaft* em alemão, *landscape* em inglês, *landschap* em holandês), que alarga o conceito de *pagus*, mais conotado com a ruralidade, por integrar igualmente o de região e país; num e noutro a noção de território está sempre presente, conveniente suporte de potenciais nacionalismos.

Por seu turno, o termo *Natureza*, estreitamente associado aos termos nascer, nação, nativo e inato (Williams, 1985: 219), foi objecto desde finais do século XVIII de uma utilização com propósitos nacionalistas, estabelecendo com o positivismo oitocentista uma estreita colaboração visível por exemplo no desenvolvimento dos estudos geográficos (cf. nota 3). A *Natureza* tornou-se uma entidade abstracta e universal, outorgando-lhe prerrogativas que a sacralizam, a reificam, num processo que embora mimando a religião se efectua em ruptura com esta. Verifica-se ainda a sua idealização quando é percebida como *locus* da estabilidade e harmonia, o que se contraria o conhecimento científico desde Darwin (Herrington, 2009: 54), se bem que combine bem com discursos épicos, apelos à tradição e a pretensas continuidades étnico-culturais que convidam a apegos nacionalistas.

⁴⁰⁾ Deve-se a William Gilpin (1724-1804) a noção em pintura e na apreciação paisagística de *pitoresco* ou *pinturesco*. Para Orvar Lofgren (2002: 75) «As a concept or rather as a cultural articulation of tourist sights and sensibilities, the picturesque has been a survivor, often ridiculed and endlessly redefined, but it is still with us». Judith Adler defende que nos meios aristocráticos que realizavam o Grand Tour o domínio da visão foi antecedido pelo da palavra, escrita ou oral, e pelo da audição: «The experience of the world at which this art aimed (arte de viajar), was understood to involve primarily a reflective and disciplined exercise of the ear and the tongue (...). The word, not the image, the ear and the tongue, not the eye, stand at the center of such treatment. Any sightseeing which takes place remains at the service of textual authority» (Adler, 1989: 9-10).

A polissemia da noção de paisagem evidencia-se ainda nas conexões estabelecidas entre natureza e cultura, nas qualificações que lhe estão associadas, abrangendo áreas tão diversas como a arte, a estética, o simbólico, a política, a ideologia, a psicologia ou a economia entre outras. A paisagem permite-se ser considerada como meio de combinar o monumental, *landmark*, com o transitório, para o que contribui uma ideia primordial de paisagem (Jackson, 1984: 110; 147), como *linguagem* universal (Spirn, 1998), como expressão de domínio político (Mitchell, 1994), como elemento construtor de identidade social, como paisagem psicobiológica e do domínio do inato (Sinha, 1995), ou ainda a paisagem na sua estreita ligação ao romantismo e aos movimentos nacionalistas, com a sua exaltação do território, conceito amiúde dela sinónimo.

Paisagem ainda como invenção que expressa socialmente a *Natureza* (Cauquelin, 2008 [1989]), como expressão simbólica de novas relações sociais que a emergência do capitalismo vai definindo através da elaboração de um novo modo de ver (Cosgrove, 1994; 1995; 1999), a que acresce o recurso a novas ferramentas epistemológicas e científicas filiadas no racionalismo cartesiano, como seja a perspectiva linear, ou ainda, inserida numa linha marxista, como suporte ideológico de relações sociais e de detenção de meios de produção historicamente constituídos, particularmente no contexto inglês do século XVIII e respeitante à posse da terra e à instauração de uma política fundiária por parte da aristocracia (Williams, 1973; 1977).

Mas a paisagem pode ainda ser *pasteurizada* (Sanguin, 1981), paisagem pi(n)turesca, paisagem representação, construto social, paisagem que não só do domínio da visão mas plurisensorial (*smellscape, soundscape,...*), paisagem cenário, adereço, classe e género, paisagem que se afirma precisamente através da perda de referentes paisagísticos como parece ser o caso de Alqueva, objecto de consumo, paisagem factó social total. Estes são enfoques possíveis aqui indicados não como direcções de pesquisa mas antes como referências a constar de um *inventário* possível da paisagem.

Assim, e tendo presente que podem ser formuladas diversas interpretações, uma das propostas expressas através dos *textos de autoridade* no caso de Alqueva é a de uma paisagem como «scenery cult, no qual o espectador contempla a natureza como uma espécie de panorama» (Fiz, 2006: 36, tradução livre), em que a uma paisagem de acção se contrapõe uma paisagem de contemplação «fruto de um trabalho social que se postula como trabalho estético, como

uma cenarização estética não somente da paisagem mas também dos actores que nela actuam e a desfrutam» (Fiz, 2006: 50, tradução livre).

Nas últimas décadas acentuou-se nas zonas ditas rurais um acentuado declínio económico e demográfico, o que conjugado com a perda de centralidade das práticas agrícolas e o surgimento de influentes meios de transmissão de diferentes e novos referentes culturais, determinou, segundo algumas perspectivas mais pessimistas e tendencialmente mais restritivas, o que vulgarmente se define como o desaparecimento dos *modos de vida tradicionais*. Não questionando por ora o que uma tal noção, *modos de vida tradicionais*, abarca, nem a linearidade de um propagado perigo de homogeneização cultural resultante de processos de escala global, sublinhe-se antes a circunstância das respostas encontradas recorrentemente integrarem aspectos de (re)afirmação/(re)criação identitária, para os quais são convocados o património e a paisagem enquanto seus modeladores, tanto mais quanto através da paisagem rural aparentemente melhor se explícita a simbiose entre património tangível e património intangível.

A musealização crescente a que o espaço rural está sujeito, agora que a sua matriz agrícola o não delimita, impõe que sobre o mesmo se opere uma contínua inventariação, «Heritage adds value to existing assets that have either ceased to be viable (subsistence lifestyles, obsolete technologies, abandoned mines, the evidence of past disasters) or that never were economically productive» (Kirshenblatt-Gimblet, 1998: 150), o que constitui uma ironia para um discurso sustentado nas novas oportunidades de desenvolvimento.

Com efeito, sobre os meios rurais é investida uma estratégia de potenciação patrimonial e paisagística que se combina com a de lugar privilegiado de acesso a uma natureza como que certificada, homologada, mercê do valor simbólico atribuído a tais meios. Conforme refere Joaquim Pais de Brito «sempre estamos a construir o mundo ao falar de identidade; a desenhar o mapa das nossas pertenças e vizinhanças (...) ruínas e sítios do passado são sempre pesquisados como estratégias do presente» (Brito, 2006: 44-46).

Tal recurso ao património e à paisagem revela no caso da região mais directamente abrangida por Alqueva uma maior acuidade, numa necessidade de afirmar as recentes alterações que a construção da barragem criou, originando como que uma efervescência patrimonial e uma épica paisagística, através da qual se procede à pictorialização da natureza.

Tratam-se de estratégias de representação simbólica que se adoptam num tempo em que a visão do mundo rural advém de o perceber «não já como produtor de alimentos mas antes como guardião das paisagens e das memórias e tradições» (Figueiredo, 2003: 150), como reserva estética para um universo urbano. Estratégia possível dada a alteração da relação de forças em acção, de que a legislação é expressão. Evitando enfatizar uma oposição entre habitantes da cidade e habitantes do campo, deve-se considerar que assistem aos recém chegados diferentes conceitos de património e necessariamente da cultura rural, com predomínio de uma abordagem mais estética e menos utilitária (Figueiredo, 2003: 151), donde a necessidade de se reactualizarem as narrativas proporcionadas pelo património.

A paisagem serve conforme já assinalado para enquadrar esteticamente o território, proceder à sua idealização (correntemente emprestando-lhe características antropomórficas), numa exemplar transversalidade histórica que abarca diferentes registos políticos, económicos e sociais numa cronologia extensa e cuja matriz estética ao nível pictórico nacional foi dada entre outros por Tomás da Anunciação (1818 - 1879), Cristino da Silva (1829 - 1877), Silva Porto (1850 - 1893), Malhoa (1855 - 1933), João Vaz (1859 - 1931) ou Falcão Trigoso (1879 - 1956).

À entrada da aldeia (Póvoa de S. Miguel), uma oficina apresenta novas valências próprias do momento: a valência náutica, os barcos, os motores dos barcos (Marques, 2004: 111, Inverno de 2003)

Decorridos alguns anos, no Verão de 2010, as valências náuticas continuam não só visíveis naquela oficina como aparentam proliferar um pouco por toda a envolvente da albufeira, através da afixação em estabelecimentos comerciais de cartazes, calendários e folhetos aludindo a passeios e a actividades e equipamentos marítimo-turísticos, com títulos como *Descubra a magia do Alentejo*, *Turismo Fluvial no Grande Lago Alqueva*, todos propondo *experiências únicas, passeios de barco personalizados*, ou mesmo situações mais inesperadas

Em redor do *Grande Lago*: a água e a paisagem em Alqueva através do texto legislativo e institucional.

como a de navegar «num veleiro centenário pelas águas do grande lago de Alqueva» originariamente destinado ao transporte de mercadorias nos canais dos Países Baixos (⁴¹).

A promoção/propaganda turística sustenta-se, mesmo que não explicitamente, numa estética devedora do romantismo, seja nos temas, nos textos ou nos enquadramentos seleccionados, estética que se por um lado se conforma às apetências turísticas por outro delas é expressão. Tanto a paisagem como a água serviram, de modos diferentes, à transmissão de referentes políticos e ideológicos.

A paisagem através da continuidade que lhe assiste desde pelo menos o último terço do século XIX na afirmação e consolidação de um discurso centrado inicialmente na promoção de valores nacionalistas (particularmente os relativos à identidade nacional assegurados que estavam medianamente os da autonomia e os da unidade nacional), e que hoje são revertidos em mais valias económicas, com apelos a singularidades ao gosto da indústria turística. A água por via da recorrente alusão à sua escassez e ao assumi-la como elemento regenerador e promotor de desenvolvimento regional, paradoxo que ocorre numa região que pese a vulgata discursiva sobre o seu crónico atraso se afirmou historicamente como local de eleição de profundas e inovadoras alterações, visíveis por exemplo na agricultura.

⁴¹) Folheto *Turismo Fluvial no Grande Lago*, s. a., Amieira Marina; folheto *alquevaline/alquevabass*, s. a., Aquaspace, Lda.; folheto, s. a., Sem Fim e Museu da Luz. A descrição mais pormenorizada do veleiro está acessível em: http://www.sem-fim.com/pt/eventos_pt.html.

9. Conclusões e desenvolvimentos futuros

Qu' é dos Pintores do meu país estranho,

Onde estão eles que não vêm pintar?

(António Nobre, 1981 [1892]), “Lusitânia no Bairro Latino 3”, *Só*)

Então é Portugal, hein?...Cheira bem

(Eça de Queiroz, s. a. [1901], *A Cidade e as Serras*)

A paisagem enquanto sistema de comunicação constitui um mediador de relações, pelo que a sua inscrição no texto legislativo concorre para proceder à regulação destas. No quadro de Alqueva tal regulação é perspectivada em acordo com uma visualização cosmopolita e forânea, para o que contribui o texto legal com o seu efeito de apriorização (Bourdieu, 1989: 215), de impessoalidade, que desse modo se sobrepõe a quaisquer outras visibilidades e vozes prévias.

Característica ainda destes textos é a redução das relações humanas apenas às decorrentes da vertente turística, em que os agentes se confinam a serem *hosts and/or guests*, limitado que foi o espaço onde elas se desenvolvem a uma dimensão meramente cénica. Compreende-se assim a escassa inclusão nos guias e folhetos turísticos de imagens dos habitantes *locais*, excepto nos aspectos que podem reverter a interesse directo dos turistas, como seja quando executam algum tipo de *performance*, caso de quando *são* identificados como artesãos ou pastores, numa adequada compatibilidade com os signos que o *olhar turístico* procura. Aqui convirá ter presente a advertência de Roland Barthes relativamente aos guias, os quais embora se constituam como formadores do *olhar turístico*, contribuem para mascarar a realidade, tornando-se instrumentos de cegueira (Barthes, 1978 [1957]: 114-115).

A predominância de imagens é sempre a do património, ausente de pessoas, a do *Grande Lago*, dos equipamentos e estruturas disponíveis (barcos, restaurantes, hotéis,...), ou das actividades que se podem praticar (caminhadas, canoagem,...), situação em que os figurados são eles mesmos turistas. Estas imagens reportadas a uma neo-paisagem inserem-se no que Dean MacCannell (1999 [1976: 45]) considera ser um processo de reprodução mecânica da

sacralização, que neste caso particular opera em simultâneo com a reprodução social dessa sacralização, estádio geralmente posterior.

A diversa legislação produzida em resultado da construção de Alqueva visando a instauração de medidas de ordenamento territorial, de preservação da qualidade dos recursos hídricos e de fomento de potencialidades económicas da região, particularmente as adstritas ao turismo, conduziu a uma dada conformação do espaço, do qual tal legislação é por seu turno garante. A paisagem que nela perpassa, particularmente nos planos de ordenamento que no curto espaço de tempo que medeia os anos de 2002 a 2010 foram publicados, é instituída à margem de conflito, como se este não fosse uma presença constante e formadora da génese daquela.

As condições objectivas de produção dessas mesmas paisagens são assim ignoradas, divorciadas dos agentes que a (trans)formaram, agora ornamentos da paisagem, dos conflitos, compromissos e cedências que estabelecem nas suas interacções, verificando-se a sua completa obliteração, facto tanto mais relevante quanto se assiste a como que uma progressiva privatização dessas paisagens, valorizada que é a sua componente económica por via de dividendos turístico-imobiliários, em que a paisagem é cada vez mais um bem transaccionável.

Algo perpassa nestes textos sobre Alqueva e a sua paisagem que os aproximam de uma visão teleológica, cuja redenção será feita pelo turismo, ao mesmo tempo que a paisagem que lhes serve de suporte é, por destituída das relações sociais concretas que em grande parte presidiram à sua génese, objecto de um processo de alienação no sentido marxiano do termo.

Os diferentes *textos de autoridade*, seja o legislativo mas também o produzido por diversos agentes institucionais, como Câmaras Municipais e promotores turístico-imobiliários, estes por via do acesso a meios privilegiados de sua difusão, se enaltecem a nova paisagem através do enfoque da água fazem-no não enquanto recurso natural mas antes enquanto recurso paisagístico. Deste modo procedem a um despojamento daquela, permutando valências simbólicas, assim operando a sua transmutação em cenário. Neste processo percebe-se a inversão da relação de forças operada no terreno entre os diversos agentes, a favor da nova *janela de oportunidades* gerada pelo turismo.

Tal inversão encontra-se completa por meados da primeira década do século XXI, sendo então visível a sobrevalorização dos aspectos turísticos e imobiliários sobre os demais, nomeadamente os de natureza ambiental e agrícola, com conseqüente domínio da vertente paisagística. Assim o demonstram o aumento da capacidade de alojamento hoteleiro verificado entre 2002 e 2006, conforme consta das duas versões do POAAP, assim o demonstram os preâmbulos e considerandos dos planos de ordenamento, as intervenções avulsas? de autarcas e promotores turísticos e imobiliários, ou as estratégias de promoção turística, caso do PENT, ou ainda a constituição de estruturas específicas para o efeito, como o Pólo de Desenvolvimento Turístico do Alqueva. Neste curto período de tempo a legislação e o texto institucional sancionaram o domínio do sector turístico-imobiliário.

Através da análise dos diferentes *discursos de autoridade*, e do texto legal em particular, se permite destacar o quanto contribuem para a objectificação da cultura e para uma abordagem da paisagem que submete as relações sociais concretas, as interrelações dos indivíduos, a desígnios turístico-promocionais, sujeitando-as a normativos exógenos, caracterizados e determinados pela sua dimensão económica.

Exemplo do indicado ocorre com as relações que as populações locais estabeleciam com a água, em parte derivadas do direito tradicional, assente em relações sociais concretas, agora fortemente delimitadas pela sua ordenação no direito ambiental. A esta alteração, de manifesta prevalência do direito ambiental e cujos impactos se encontram por estudar, junta-se a circunstância da dimensão turística de Alqueva ter atribuído novos valores à água, fundamentalmente estéticos, resultado da *ocularização* que domina a actividade turística (Lofgren, 2002: 83).

Destacando por ora o domínio simbólico atente-se na correlação entre os meios aquáticos e no caso vertente os rios e lagos e as tradições orais relativas aos mesmos, em que a sacralização das fontes, cursos de água e lagos e albufeiras remetia antes de mais para estratégias sociais que visavam impedir apropriações indevidas de usos sobre a água, ou ainda na proliferação das denominadas Fontes ou Águas Santas, que a toponímia atesta, carregadas de propriedades do domínio do sagrado, numa correspondência entre hierofanias e propriedades curativas. Os direitos sobre a água constituem-se como um dos ordenamentos mais exaustivamente codificados pelas sociedades, e cuja complexidade denota o elevado investimento social na preservação desse recurso.

A estreita relação entre o domínio das águas e as datas do calendário religioso cristão é genericamente verificável no Alentejo na celebração da Pascoela, no Domingo seguinte ao da Páscoa, festividade que é usual realizar-se junto das margens do Guadiana. É igualmente no período pascal que preferencialmente se celebram os batismos, numa estreita associação com o elemento água, símbolo por excelência da renovação, e cujo paradigma se expressa no movimento das águas do rio, ao contrário do que acontece com as dos lagos e albufeiras, cuja quietude afasta tais *capacidades renovadoras*, capacidades essas que as águas do Guadiana possuíam, para onde se ia a banhos para curas de diversos *males* (Silva, 2004: 229).

A afirmação de Alqueva e conseqüentemente da água tal como consta do texto legislativo e institucional faz-se através do recurso à abstracção e pela proliferação do discurso de exaltação estética. Pela abstracção ao demarcar o empreendimento da ampla área geográfica que ficou submersa, procedendo a uma cirúrgica extracção de um vasto território, ocultando-o sob a nova designação de *Grande Lago*, e desse modo destituindo-o de memórias e sentidos anteriores mesmo quando recorrentemente se invoca o conceito de património; a presença da água e a nova renominação tudo recobre e tudo faz esquecer, desde logo a toponímia dos lugares, excepção aos adereços patrimoniais que possam ser expostos e colocados ao dispor da nova narrativa que se quer construir.

A esta estratégia junta-se a prolixidade discursiva assente em valores estéticos que urge associar à nova paisagem, numa colaboração entre discurso e iconografia tanto mais premente quanto a falta de lastro temporal inviabilizou até ao momento a construção e sedimentação social de narrativas, com a particularidade de doravante estas deverem ser adequadas aos propósitos dominantes em presença, isto é, turísticos.

A exaltação desta nova paisagem é tanto mais sentida quanto o discurso produzido em torno do *Grande Lago* por si mesmo não consegue torná-lo elemento agregador dessa mesma paisagem, resultado de os produtores de sentido de um discurso centrado sobre a sua dimensão turística serem incapazes de o fazer em virtude da sua condição específica de turistas. Mas incapacidade igualmente em razão do lugar de fronteira que Alqueva é e representa, o que remete primordialmente para o que está além e aquém desta.

A albufeira torna-se metaforicamente na grande planície aquática sobrelevando outras valências paisagísticas. A relação que as populações estabeleciam com o Guadiana alterou-se

face a um rio que agora é lago, e sendo-o é demasiado, com a «indirecção característica dos lagos» (Schama, 1996: 364), com *novas águas* ora ainda desconhecidas das populações ribeirinhas que tradicionalmente desenvolviam alguma actividade piscatória, como o caso já referido do moleiro pescador, ora já plenamente assumidas como no caso dos novos *marinheiros* do *Lago*.

Mas também se modificou a relação que as populações estabeleciam entre si, como as populações raianas que fronteiras políticas separavam, o que não impedia o estabelecimento de contactos e interacções, fronteiras cujas barreiras mais facilmente se transpunham então, do que hoje através da superfície do *Grande Lago*, fronteiras enquanto espaços (liminares) de afirmação colectiva, mormente pela transgressão, como o contrabando por onde até à integração na Comunidade Europeia se operavam cumplicidades (e cuja patrimonialização se promove actualmente através da divulgação turística das suas rotas), e não como agora de mera contemplação e diluição num *espelho de água*. Fronteira e contrabando, espaço e acção liminares, *betwixt* e *between*.

A vigilância anteriormente feita pelos guardas fiscais é hoje realizada por guardas da natureza, o controlo então feito sobre o gado, os cereais, o café ou outros produtos contrabandeados consoante a necessidade ou o favorecimento especulativo de cada época, é transferido para o da utilização das águas da albufeira, nomeadamente sobre os barcos que nela navegam, os pescadores, o abeberamento do gado, a rega. Quanto às punições estas são hoje mais graves dada a não integração destes novos ilícitos no âmbito de estratégias económicas de sobrevivência que em muitos casos serviam de atenuante à sua efectiva aplicação, como no caso do contrabando, determinando cumplicidades sociais.

Modificaram-se as centralidades das populações, como no caso dos moinhos do Guadiana, quando estes representavam *marcas* de quotidianos e espaços de confluência de relações, *postas restantes* de que o moleiro era garante, moleiro que operava com dois bens essenciais às comunidades, a água que fornecia a força motriz das mós e a farinha para a feitura do pão, donde lhe ser emprestada toda uma panóplia de considerações relativas à sua figura, não arredada do geral relevo da sua posição socioeconómica em relação aos trabalhadores rurais e a outros artífices (Silva, 2004: 234-235).

A sua presença no Guadiana subsistiu até muito recentemente, como atesta o facto de os últimos exemplares de moinhos terem sido construídos nos «(...) últimos anos do primeiro quartel do século XX (...). Nos anos 80 ainda laboravam cinco moinhos (...) todos eles desactivados antes de 1990» (idem, 2004: 225-226), o que demonstra a eficácia das estratégias de sobrevivência profissional adoptadas face à concorrência da indústria moageira, no que se recorreu «(...) a actividades anteriormente subsidiárias, como o cultivo de seara, a criação de animais e a pesca.» (ibidem: 226).

A tal mudança de valores seguiu-se a volatização de todo um amplo território, marcado pela raia, pela pobreza, pela aridez, substituindo-o por uma imagem agregada à liquidez, tal como a modernidade invocada por Bauman, a que agora acresce uma extrema volatização numa luz etereal, que serve de nome à aldeia, ao museu, a estabelecimentos comerciais, a estratégias de *marketing*. À planície árida seguiu-se a planície líquida e na actualidade apenas a luminescência desse mesmo meio aquático. A liquefacção daquele território operou-se igualmente ao nível da memória.

O *Grande Lago* é apresentado como um palco onde estranhamente nada do que pauta os quotidianos sociais acontece, território *ex nihilo* onde se permite pelas normas legais e a actuação dos agentes institucionais formar uma nova realidade, conformar comportamentos, tanto mais em face de novas urbanizações (turísticas) que se perspectivam, espaços que correm o risco de se tornarem concentracionários, pelos seus regulamentos internos e conformidade de procedimentos.

Através do discurso turístico faz-se como que uma plena integração do Alentejo no espaço mediterrânico, do qual já fazia parte mas que a ausência de água de certo modo o amputava, denotando uma alteração do actual paradigma da água litorânea para a água de interior, concluindo assim o ciclo iniciado nas termas e posteriormente expandido ao litoral; a *praia global* (Löfgren, 2002) invade os lugares mais inesperados.

Mas a água deste *Lago* continua pela sua excessiva presença a ser um elemento esdrúxulo na paisagem alentejana, num território cujas culturas agrícolas, fauna e flora são marcadas pela sua relativa escassez, e em que as populações, um pouco como ocorre na bacia do Mediterrâneo, emprestam ao recurso água um acentuado valor material e simbólico não em função do seu excesso mas antes do seu relativo défice. Resta perguntar se as populações que

habitam este território, agora transformado em *paisagem*, alteraram as relações e categorias simbólicas que com ele estabeleciam, se a presença impositiva da água e a sua institucionalização discursiva são por si suficientes para eliminar a sensação de estranheza que a sua presença imprimiu à paisagem, questões que ultrapassam o propósito deste trabalho.

O domínio das águas é um domínio complexo, imbuído de sentidos difusos, por onde se estabelece uma interminável sucessão classificatória, como águas públicas e privadas, benéficas e maléficas, doces e salgadas, correntes e paradas, permanentes ou temporais, limpas e turvas, de superfície e subterrâneas e outras mais relações opositivas; neste sentido poder-se-á considerar que as paisagens aquáticas são sempre paisagens culturais. As águas de albufeira são tradicionalmente associadas a águas perigosas, a locais sinistros, em razão de cobrirem vestígios de anteriores presenças humanas, tornadas fantasmagóricas, e em virtude da sua extrema quietude, sempre prenunciadora de um acontecimento extemporâneo, imprevisto, e por esse facto associado ao invulgar, ao extraordinário.

A exaltação paisagística através da valorização da água enquanto recurso turístico e estético sobrepõe-se às demais, seja enquanto recurso agrícola, produtivo ou estratégico, seja nas suas dimensões simbólicas, o que não impede que no âmbito de novas relações estabelecidas com o meio os indivíduos não continuem a afirmar de modo diferente umas e outras:

(...) a pesca à rede lançada da margem do Guadiana deu lugar à arte com cana de pesca. O grande lago mesmo à porta instiga a população a adquirir pequenos barcos de recreio para passear na albufeira...As viagens começam, quase sempre, por rumar para o local onde julgam estar submersa a antiga aldeia. (*Diário de Notícias*, 21/11/2004)

O *texto* institucional produzido em torno da albufeira omite essa anterior presença humana do mesmo modo que omite a alusão a qualquer *perigo*, tanto mais que estes estão acautelados na apertada malha dos regulamentos de utilização da água, agora tornada activo económico ao serviço do turismo, na excelência dos empreendimentos turísticos e de lazer e na apertada vigilância da envolvente, agora cenarizada. A paisagem e o apelo visualista que é feito a que se associa o controlo da acção, remetem para uma analogia com o panóptico de Jeremy Bentham, no caso invertido, pois que todos vigiam alguém ou dito de outro modo, alguém é vigiado em algum momento, pois que cada turista dispõe de um miradouro supostamente privativo, o que realça a excelência do logro.

Em redor do *Grande Lago*: a água e a paisagem em Alqueva através do texto legislativo e institucional.

Sobre a imensa área submersa pela construção de alqueva estabelece-se um silêncio discursivo, condição da afirmação do novo território, para o que contribuiu amplamente o texto legal e institucional, num comprometimento desde logo visível na utilização com notório propósito comercial do *cliché Grande Lago*.

10. Bibliografia.

- Adams, Ann Jensen (1994), “Competing Communities in the “Great Bog of Europe”. Identity and Seventeenth - Century Dutch Landscape Painting”, em W. J. T. Mitchell (ed.), *Landscape and Power*, Chicago and London, University of Chicago Press.
- Adler, Judith (1989), “Origins of Sightseeing”, *Annals of Tourism Research*, 16, pp. 7-29.
- Alarcão, Jorge (1974), *Portugal Romano*, Lisboa, Editorial Verbo.
- Almeida, António Campar de (2006), “Paisagens: um património e um recurso”, em Rui Jacinto e Virgílio Bento (coord.), *O interior raiano do Centro de Portugal. Outras fronteiras, novos intercâmbios*, Porto, Campo das Letras.
- Alves, Teresa (2001), “Paisagem - Em Busca do Lugar Perdido”, *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*, XXXVI (72), pp. 67-74.
- Amaral, Ilídio (2001), “Acerca de «Paisagem»: Apontamentos para um debate”, *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*, XXXVI (72), pp. 75-81.
- Amorim Girão, Aristides (2000, edição fac-similada [1936]), *Lições de Geografia Humana*, Coimbra, Coimbra Editora.
- Anderson, Benedict (1991 [1983]), *Comunidades Imaginadas*, Lisboa, Edições 70
- Antrop, Marc (2005), “Why landscapes of the past are important for the future”, *Landscape and Urban Planning*, (Online), 70 (1-2).
- Disponível em:
<http://www.gshdl.unikiel.de/Platform1/landscapes/Why%20landscapes%20of%20the%20past%20are%20important%20for%20the%20future-%20Antrop2005.pdf>.
- Anuário Estatístico da Região do Alentejo - 2008* (2009), Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.
- Araújo, Ilídio Alves de (1962), *Arte Paisagista e Arte dos Jardins em Portugal*, I, Lisboa, Ministério das Obras Públicas.
- Arrojo, Pedro (2009 [2006]), “The New Water Paradigm. Premises and Promises”, em Charles Buchanan, Paula Vicente, Evan Vlachos (ed.), *Making the Passage Through the 21st Century. Water as a Catalyst for Change*, Lisbon, Luso-American Foundation.
- Avocat, Charles (1982), “Approche du paysage”, *Revue de géographie de Lyon*, (Online), 57 (4). Disponível em: <http://www.persee.fr>.
- Azevedo, Ana Francisca de e José Ramiro Pimenta (2006), “Geografia Cultural *circa* 2000 d. c.”, em João Sarmiento, Ana Francisca de Azevedo e José Ramiro Pimenta (coord.), *Ensaio de Geografia Cultural*, Porto, Livraria Figueirinhas.
- Balfour, Alan (1999), “Octagon: The Persistence of the Ideal”, em James Corner (ed.), *Recovering Landscape. Essays in Contemporary Landscape Architecture*, New York, Princeton Architectural Press.
- Baptista, Fernando Oliveira (1996a), “Declínio de um tempo longo”, em Joaquim Pais de Brito e outros (coord.), *O voo do arado*, Lisboa, Museu Nacional de Etnologia.
- Baptista, Fernando Oliveira (1996b), “Colonização Interna”, em Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, *Dicionário de História do Estado Novo*, I, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Baptista, Fernando Oliveira (1996c), “Hidráulica Agrícola”, em Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, *Dicionário de História do Estado Novo*, I, Lisboa, Círculo de Leitores.

- Baptista, Fernando Oliveira (2003), “Um rural sem território”, em José Portela e João Castro Caldas (org.), *Portugal Chão*, Oeiras, Editora Celta.
- Barata, Filipe Themudo e Joaquim de Carvalho (2007), “Reflexões sobre a estrutura das paisagens do nordeste Alentejano a partir de uma fonte de inícios do século XIX”, em AA. VV., *Olhar o monte alentejano a pretexto de Alqueva*, Beja, Museu da Luz/EDIA.
- Barnes, Trevor e James S. Duncan (1992), “Introduction: Writing Worlds”, em Trevor Barnes e James S. Duncan (ed.), *Writing Worlds: Discourse, text and metaphor in the representation of landscape*, London, Routledge.
- Barraqué, Bernard (1996), *As Políticas da Água na Europa*, Lisboa, Instituto Piaget.
- Barraqué, Bernard (2009 [2006]), “Valuing Water: The Economics of an ‘Impure Public Good’”, em Charles Buchanan, Paula Vicente, Evan Vlachos (ed.), *Making the Passage Through the 21st Century. Water as a Catalyst for Change*, Lisbon, Luso-American Foundation.
- Barros, Afonso e Fernando Ribeiro Mendes (1983), “Formas de produção e estatutos de trabalho na agricultura portuguesa”, *Análise Social*, XIX (75), pp. 57-78.
- Barthes, Roland (1978 [1957]), “O «Guia Azul»”, em Roland Barthes, *Mitologias*, Lisboa, Edições 70.
- Bender, Barbara (1995 [1993]), “Introduction”, em Barbara Bender (ed.), *Landscape: politics and perspectives*, Providence/Oxford, Berg Publishers.
- Bender, Barbara (1995 [1993]), “Stonehenge - Contested Landscapes (Medieval to Present-Day)”, em Barbara Bender (ed.), *Landscape: politics and perspectives*, Providence/Oxford, Berg Publishers.
- Berger, John (2008), *Ways of Seeing*, London, Penguin Books.
- Bermingham, Ann (1994), “System, Order, and Abstraction. The Politics of English Landscape Drawing around 1795”, em W. J. T. Mitchell (ed.), *Landscape and Power*, Chicago and London, The University of Chicago Press.
- Blanc-Pamard, Chantal e Jean-Pierre Raison (1986), “Paisagem”, *Enciclopédia Einaudi*, Ruggiero Romano (dir.), *Região*, n.º 8, Lisboa, IN-CM.
- Bloch, Maurice (1995), “People into Places: Zafimaniry Concepts of Clarity”, em Eric Hirsch and Michael O’Hanton (ed.), *The Anthropology of Landscape. Perspectives on Place and Space*, Oxford, Clarendon Press.
- Bourdieu, Pierre (1997), “Une classe objet”, *Actes de la recherche en sciences sociales*, (Online) 17-18. Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/arss_0335-5322_1977_num_17_1_2572.
- Bourdieu, Pierre (1989), *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel.
- Bourdieu, Pierre (2008 [2001]), *Para uma Sociologia da Ciência*, Lisboa, Edições 70.
- Pais de Brito, Joaquim (1996), “Apresentação”, em Joaquim Pais de Brito e outros (coord.), *O voo do arado*, Lisboa, Museu Nacional de Etnologia.
- Brito, Joaquim Pais de (2006), “Patrimónios e identidades. A difícil construção do presente”, em Elsa Peralta e Marta Anico (org.), *Patrimónios e Identidades. Ficções Contemporâneas*, Oeiras, Celta Editora.

- Brum Ferreira, Denise de (2001), “Evolução da paisagem de montado no Alentejo interior ao longo do século XX”, *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*, XXXVI (72), pp. 179-193.
- Burckhardt, Jacob (1983 [1860]), *A Civilização do Renascimento Italiano*, Lisboa, Editorial Presença.
- Cabral, Francisco Caldeira (1993), *Fundamentos da Arquitectura Paisagista*, Lisboa, Instituto da Conservação da Natureza.
- Cancela d’Abreu, Alexandre, Teresa Pinto Correia e Rosário Oliveira (2001), “Identificação de Unidades de Paisagem: Metodologia aplicada a Portugal Continental”, *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*, XXXVI (72), pp. 195-206.
- Cancela d’Abreu, Alexandre, Teresa Pinto Correia e Rosário Oliveira (2004), *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental*, Lisboa, Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano/Universidade de Évora.
- Capela e Silva, J. A. (2007 [1950]), “Memórias alentejanas”, em AA. VV., *Olhar o monte alentejano a pretexto de Alqueva*, Beja, Museu da Luz/EDIA.
- Carlos Silva, António (1996), *Guadiana/Alqueva – Entre os caminhos do passado e do futuro*, Beja, EDIA.
- Carlos Silva, António (2007), “O monte alentejano - alguns contributos para uma perspectiva arqueológica”, em AA. VV., *Olhar o monte alentejano a pretexto de Alqueva*, Beja, Museu da Luz/EDIA.
- Cary, Francisco Caldeira (1994), “Paisagem e Agricultura”, em A. A. Monteiro Alves *et al.*, *Paisagem*, Lisboa, Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.
- Castro Caldas, Eugénio (1994), “Evolução da Paisagem Agrária”, em A. A. Monteiro Alves *et al.*, *Paisagem*, Lisboa, Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.
- Cauquelin, Anne (2008 [1989]), *A Invenção da Paisagem*, Lisboa, Edições 70
- Chevallier, Raymond (1976), “Le paysage palimpseste de l’histoire: pour une archeology du paysage”, *Mélanges de la Casa de Velásquez*, (Online),12.
Disponível em: <http://www.persee.fr>.
- Chiva, Isac (1994), “Une politique pour le patrimoine culturel rural”, relatório apresentado a Jacques Toubon, Ministro da Cultura e da Francofonia do governo francês (Online).
Disponível em: http://www.culture.gouv.fr/mpe/dossiers/rapport_chiva.htm.
- Chouquer, Gérard (2002), “À propôs d’un contresens partiel sur «pays» et «paysage» dans le *Court Traité du Paysage* d’Alain Roger”, *Études Rurales*, 161-162, pp. 273-287.
- Clarke, John and Chas Critcher (1995), “Leisure and inequality”, em Chas Critcher, P. Bramham and A. Tomlinson (ed.), *Sociology of Leisure. A reader*, London, E & FN Spon.
- Claval, Paul (2006), *História da Geografia*, Lisboa, Edições 70.
- Clément, M. Vincent (1994), “Contribution épistémologique à l’étude du paysage”, *Mélanges de la Casa Velásquez*, (Online), 30-3.
Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/casa_0076-230x_1994_num_30_3_2718.

- Constituição da República Portuguesa* (2010), Lisboa, Almedina.
- Corner, James (1999), "Introduction: Recovering Landscape as a Critical Cultural Practice", em James Corner (ed.), *Recovering Landscape. Essays in Contemporary Landscape Architecture*, New York, Princeton Architectural Press.
- Corner, James (1999), "Eidetic Operations and New Landscapes", em James Corner (ed.), *Recovering Landscape. Essays in Contemporary Landscape Architecture*, New York, Princeton Architectural Press.
- Correia, Francisco Nunes (1988), "A Gestão da Água em Portugal", *Cadernos de Economia*, Ano II (Out/Dez), pp. 61-67.
- Cosgrove, Denis (1994 [1988]), "The geometry of landscape: practical and speculative arts in sixteenth-century Venetian land territories", em Denis Cosgrove and Stephen Daniels (ed.), *The Iconography of Landscape. Essays on the symbolic representation, design and use of past environments*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Cosgrove Denis (1995 [1993]), "Landscapes and Myths, Gods and Humans", em Barbara Bender (ed.), *Landscape: politics and perspectives*, Providence/Oxford, Berg Publishers.
- Cosgrove, Denis (1999), "Liminal Geometry and Elemental Landscape: Construction and Representation", em James Corner (ed.), *Recovering Landscape. Essays in Contemporary Landscape Architecture*, New York, Princeton Architectural Press.
- Cousin, Saskia (2006), "Le "Tourisme culturel", un lieu commun ambivalent", *Anthropologie et Sociétés*, 30 (2), pp. 153-173.
- Cutileiro, José (1977, [1971]), *Ricos e Pobres no Alentejo*, Lisboa, Sá da Costa Editora.
- Daniels, Stephen and Denis Cosgrove (1994 [1988]), "Introduction: iconography and landscape", em Denis Cosgrove and Stephen Daniels (ed.), *The Iconography of Landscape. Essays on the symbolic representation, design and use of past environments*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Daveau, Suzanne (1977), "Bases geográficas do problema da barragem de Alqueva", *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*, XII (24), 1977, pp. 342-350.
- Daveau, Suzanne (1995), *Portugal Geográfico*, Lisboa, Edições João Sá da Costa.
- Debardieux, Bernard (2007), "Actualité politique du paysage", *Revue de géographie alpine*, (Online), 95-4.
Disponível em: <http://rga.revues.org/index382.html>.
- Delarge, Alexandre (1996), "Invent(ori)er le paysage", *Public et Musées*, (Online), 10.
Disponível em: <http://www.persee.fr>.
- Descombes, Georges (1999), "Shifting Sites: The Swiss Way, Geneva", em James Corner (ed.), *Recovering Landscape. Essays in Contemporary Landscape Architecture*, New York, Princeton Architectural Press.
- Dias, Jorge e Fernando Galhano (1986 [1953]), *Aparelhos de elevar a água de rega. Contribuição para o estudo do Regadio em Portugal*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Dias, Jorge (1990[1960]), "Tentâmen de fixação das grandes áreas culturais portuguesas", em Jorge Dias, *Estudos de Antropologia*, I, Lisboa, IN-CM.
- Domingues, Álvaro (2001), "A Paisagem Revisitada", *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*, XXXVI (72), pp. 55-66.

- Domingues, Álvaro (2003), “Paisagens rurais em Portugal: algumas razões da polémica”, *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, I série, XIX, pp. 111-117.
- Duncan, James S. e Nancy G. Duncan (1992), “Ideology and bliss: Roland Barthes and the secret histories of landscape”, em Trevor Barnes e James S. Duncan (ed.), *Writing Worlds: Discourse, text and metaphor in the representation of landscape*, London, Routledge.
- Durand, Jean-Yves (2003), “A Diluição do Consenso: a água, de “Fonte de Vida” a “Património Colectivo””, *Etnográfica*, VII (I), pp. 15-31.
- Durão, António Manuel Moreira (2008), *Percepção do risco ambiental entre os agricultores de regadio na área de influência da barragem do Alqueva*, Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Sociologia e Planeamento, Lisboa, ISCTE (Online). Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/1320>.
- Facchini, François (1993), “Paysage et économie: la mise en évidence d’une solution de marche”, *Économie rurale*, (Online) 218. Disponível em: <http://www.persee.fr>.
- Feio, Mariano (1983 [1949]), *Le Bas Alentejo et l’Algarve*, Évora, INIC.
- Feio, Mariano (1998), *A Evolução da Agricultura do Alentejo Meridional. As Cartas de G. Pery. As difíceis perspectivas actuais na Comunidade Europeia*, Lisboa, Edições Colibri.
- Ferreira, Carlos Cardoso e José Manuel Simões (2010), “Portugal Turístico ao tempo da I República: espaços, lugares e projectos”, em AA.VV., *Viajar. Viajantes e Turistas à Descoberta de Portugal no tempo da I República* (Catálogo de exposição), Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, Lisboa, IN-CM.
- Figueira, Eduardo e Isabel Gomes Coelho (2005), *Alqueva e a Agricultura Familiar. O Caso da Freguesia da Amieira*, Évora, Eco-Humanus - Associação para o desenvolvimento dos Recursos Humanos.
- Figueiredo, Elisabete (2003), “Entre o vivido e o desejado: o papel do ambiente na nova dicotomia rural/urbano”, em José Portela e João Castro Caldas (org.), *Portugal Chão*, Oeiras, Editora Celta.
- Fishwick, Lesley & Joanne Vining (1995), “Toward a phenomenology of recreation place”, em Amita Sinha (ed.), *Environmental Psychology. Landscape perception*, London, Academic Press Limited.
- Fiz, Simón Marchán (2006), “La Experiencia Estética de la Naturaleza y la Construcción del paisaje”, em Javier Maderuelo (ed.), *Paisage y Pensamiento*, Centro de Arte y Naturaleza, Madrid, Abada Editores.
- Fonseca, Hélder Adegar (1998), “Elites agrárias e crescimento económico na periferia portuguesa do século XIX: o exemplo do Alentejo na era liberal (1850-1910)”, *Análise Social*, vol. XXXIII (146-147), pp. 497-538.
- Fragoso, Rui e Carlos Marques (2006), “A gestão económica da água na agricultura: perspectivas de utilização no Alentejo”, *Economia e Sociologia*, 81, (Online). Disponível em: <http://home.uevora.pt/~rfragoso/papers/Economia%20e%20Sociologia.pdf>.
- Freire, Dulce (1993), “A Campanha do Trigo”, em António Simões do Paço (ed./coord.), Hugo Oliveira (ilust.), Sara Costa (pesq. imagens), *Os Anos de Salazar: o que se contava e o que se ocultava durante o Estado Novo*, II, *A Constituição do Estado Novo*, Lisboa, Centro Editor PDA.

- Fung, Stanislaus (1999), “Mutuality and the Culture of Landscape Architecture”, em James Corner (ed.), *Recovering Landscape. Essays in Contemporary Landscape Architecture*, New York, Princeton Architectural Press.
- Gaillard, Gérard (2004 [1997]), *The Routledge Dictionary of Anthropologists*, London and New York, Routledge.
- Garcia, Eusebio Medina (2009), “Orígenes, características y transformación del contrabando tradicional en la frontera de Extremadura com Portugal”, em Dulce Freire, Eduarda Rovisco e Inês Fonseca (coord.), *Contrabando na fronteira Luso-Espanhola. Práticas, memórias e patrimónios*, Lisboa, Edições Nelson de Matos.
- Gaspar, Jorge (2001), “O retorno da paisagem à Geografia. Apontamentos místicos”, *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*, XXXVI, 72, pp. 83-99.
- Gellner, Ernest (s.a., ed. inglesa, Londres, Routledge, 1992), *Pós-Modernismo, Razão e Religião*, s. I, Instituto Piaget.
- Gestin, Jean-Pierre (1996), “Un object de musée: le paysage”, *Public et Musées*, (Online), 10. Disponível em: <http://www.persee.fr>.
- Girot, Christophe (1999), “Four Trace Concepts in Landscape Architecture”, em James Corner (ed.), *Recovering Landscape. Essays in Contemporary Landscape Architecture*, New York, Princeton Architectural Press.
- Godinho, Paula (2009), “«Desde a idade de seis anos, fui muito contrabandista». O concelho de Chaves e a comarca de Verín, entre velhos quotidianos e novas modalidades emblematizantes”, em Dulce Freire, Eduarda Rovisco e Inês Fonseca (coord.), *Contrabando na fronteira Luso-Espanhola. Práticas, memórias e patrimónios*, Lisboa, Edições Nelson de Matos.
- Gow, Peter (1995), “Land, People, and Paper in Western Amazonia”, em Eric Hirsch and Michael O’Hanton (ed.), *The Anthropology of Landscape. Perspectives on Place and Space*, Oxford, Clarendon Press.
- Graburn, Nelson H. H. (2001), “Secular Ritual: A General Theory of Tourism”, em Valene L. Smith & Maryann Brent, *Hosts and Guests Revisited: Tourism Issues of the 21st Century*, New York, Cognizant Communication Corporation.
- Green, Nicholas (1995), “Looking at the Landscape: Class Formation and the Visual”, em Eric Hirsch and Michael O’Hanton (ed.), *The Anthropology of Landscape. Perspectives on Place and Space*, Oxford, Clarendon Press.
- Halpern Pereira, Miriam (1983, 2ª edição), *Livre-Câmbio e Desenvolvimento Económico*, , Lisboa, Sá da Costa Editora.
- Handler, Richard (1985), “On Having a Culture. Nationalism and the Preservation of Quebec’s Patrimoine”, em George W. Stocking, jr. (ed.), *Objects and Others. Essays on Museums and Material Culture*, Madison, University of Wisconsin Press.
- Handler, Richard (1988), *Nationalism and the Politics of Culture in Quebec*, Madison, University of Wisconsin Press.
- Harrison, Charles (1994), “The Effects of Landscape”, em W. J. T. Mitchell (ed.), *Landscape and Power*, Chicago and London, University of Chicago Press.
- Herrington, Susan (2009), *On Landscapes*, New York and London, Rutledge.

- Herzog, Thomas R. (1995), “A Cognitive analysis of preference for waterscapes”, em Amita Sinha (ed.), *Environmental Psychology. Landscape perception*, London, Academic Press Limited.
- Hespanha, Pedro (2003) “Os Estudos Rurais e a Economia Agrária. Novas Oportunidades e Desafios à Investigação”, Conferência na sessão plenária do V Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais "Futuro dos Territórios Rurais numa Europa Alargada", 24/10/2003, Bragança, (Online).
Disponível em: http://sper.pt/VCHER/Pdfs/Pedro_Hespa.pdf.
- Hirsch, Eric (1995), “Introduction. Landscape: Between Place and Space”, em Eric Hirsch and Michael O’ Hanton (Ed.), *The Anthropology of Landscape. Perspectives on Place and Space*, Oxford, Clarendon Press.
- Hoskins, William George (1985 [1955]), *The Making of the British Landscape*, London, Penguin Books.
- Hoyer, Steen A. B. (1999), “Things Take Time and Time Takes Things: The Danish Landscape”, em James Corner (ed.), *Recovering Landscape. Essays in Contemporary Landscape Architecture*, New York, Princeton Architectural Press.
- Jackson, John Brinckerhoff (1984), *Discovering the Vernacular Landscape*, New Haven and London, Yale University Press.
- Jacobi, Pedro, “A água na Terra está se esgotando? É verdade que no futuro próximo teremos uma guerra pela água?”, (Online).
Disponível em: <http://www.geologo.com.br/aguahisteria.asp>.
- Joshi, Deepa and Ben Fawcett (2001), “Hindu mythology and an unequal social order in India”, (Online).
Disponível em: <http://www.research4development.info/PDF/Outputs/R65755.pdf>;
<http://www.wateraid.org/documents/hindumyth.pdf>.
- Kirshenblatt-Gimblett, Barbara (1998), *Destination culture: tourism, museums and heritage*, Berkeley and Los Angeles/London, University of California Press.
- Kuchler, Susanne (1995 [1993]), “Landscape as Memory: The Mapping of Process and its Representation in a Melanesian Society”, em Barbara Bender (ed.), *Landscape: politics and perspectives*, Providence/Oxford, Berg Publishers.
- Lains, Pedro e Paulo Silveira e Sousa (1998), “Estatística e produção agrícola em Portugal, 1848-1914”, *Análise Social*, vol. XXXIII (149), pp. 935-968.
- Lança, Maria João (2007), “Introdução”, em AA. VV. *Olhar o monte alentejano a pretexto de Alqueva*, EDIA/Museu da Luz.
- Lassere, Frédéric (2006), “Le partage de l’eau dans le monde: un enjeu majeur du xxi^e siècle”, *Mélanges de la casa de Velázquez*, (Online), 36-2.
Disponível em: <http://mcv.revues.org/2324>.
- Layton, Robert e Peter J. Ucko (2005 [1999]), “Introduction: gazing on the landscape and encountering the environment”, em Robert Layton and Peter J. Ucko (ed.), *The Archaeology and Anthropology of Landscape. Shaping your landscape*, London and New York, Routledge.
- Leal, João (2000), *Etnografias Portuguesas (1870-1970). Cultura Popular e Identidade Nacional*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

- Leatherbarrow, David (1999), “Leveling the Land”, em James Corner (ed.), *Recovering Landscape. Essays in Contemporary Landscape Architecture*, New York, Princeton Architectural Press.
- Leitão, António Eira (2002), “Gestão dos recursos hídricos em Portugal nos últimos 25 anos: Deriva histórica, tendências actuais e perspectivas futuras”, *Recursos Hídricos*, 23 (2), pp. 67-84.
- Lemonnier, Pierre (1986), “Água”, *Enciclopédia Einaudi*, Ruggiero Romano (dir.), *Região*, n.º 8, Lisboa, IN-CM.
- Lemos Martins, Moisés de (1993), “A Epistemologia do Saber Quotidiano”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 37, pp. 79-100.
- Lévy-Strauss, Claude (1979 [1955]), *Tristes Trópicos*, Lisboa, Edições 70.
- Löfgren, Orvar (2002 [1999]), *On Holiday, a history of vacationing*, Berkeley, University of California Press.
- Lousada, Maria Alexandre (2010), “Viajantes e Turistas. Portugal, 1850 - 1926”, em AA. VV., *Viajar. Viajantes e Turistas à Descoberta de Portugal no tempo da I República* (Catálogo de exposição), Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, Lisboa, IN-CM.
- Lowenthal, David (1993 [1985]), *The past is a Foreign Country*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Liotard, Jean-François (2008 [1954]), *A Fenomenologia*, Lisboa, Edições 70.
- MacCannell, Dean (1999 [1976]), *The Tourist: a new theory of the leisure class*, Berkeley/Los Angeles, University of California Press.
- MacCannell, Dean, 2011, *The Ethics of Sightseeing*, Berkeley/Los Angeles/London, University of California Press.
- Maderuelo, Javier (2006), “La Actualidad del Paisaje”, Javier Maderuelo (ed.), *Paisage y Pensamiento*, Centro de Arte y Naturaleza, Madrid, Abada Editores.
- Madureira, Carlos e Victor Baptista (2002), *Hidroelectricidade em Portugal - memória e desafio*, Lisboa, REN - Rede Eléctrica Nacional, SA.
- Magalhães, Manuela Raposo (2001), *A Arquitectura Paisagista em Portugal - morfologia e complexidade*, Lisboa, Editorial Estampa.
- Maia, Rodrigo (2009 [2006]), “IWRM and IRBM Approaches: International Rivers”, em Charles Buchanan, Paula Vicente, Evan Vlachos (ed.), *Making the Passage Through the 21st Century. Water as a Catalyst for Change*, Lisbon, Luso-American Foundation.
- Marcus, George (1995), “Ethnography In/Of the World System: The Emergence of Multi-Sited Ethnography”, *Annual Review of Anthropology*, 24, pp. 95-117.
- Marot, Sébastien (1999), “The Reclaiming of Sites”, em James Corner (ed.), *Recovering Landscape. Essays in Contemporary Landscape Architecture*, New York, Princeton Architectural Press.
- Marques, Martinho (texto) e António Cunha (fotografias) (2004), *mais alta a água. O Guadiana e a nova tradução da terra*, s. l., EDIA.
- Martins, Luís (2003), “Um pedaço de paisagem no Tejo: o varadouro de pesca da Cruz Quebrada”, *Etnográfica*, vol. VII (I), pp. 213-224.

- Matos, Ana Cardoso de, Conceição Andrade Martins e Maria de Lourdes Bettencourt (estudo e selecção) (1982), *Senhores da Terra. Diário de um Agricultor Alentejano (1832-1889)*, prefácio de Jaime Reis, Lisboa, IN-CM.
- Matta, José Avelino da Silva (1991 [manuscrito de 1855]), *Anais de Moura*, Moura, Câmara Municipal de Moura.
- McCartney, Matthew e Vladimir Smakhtin (2010), *Water Storage in an era of Climate Change: Addressing the Challenge of Increasing Rainfall Variability*, Colombo/Sri Lanka, International Water Management Institute – IWMI (Online).
Disponível em:
http://www.iwmi.cgiar.org/Publications/Blue_Papers/PDF/Blue_Paper_2010-final.pdf.
- Medeiros, António (1995), “Minho: retrato oitocentista de uma paisagem de eleição”, *Revista Lusitana* (Nova Série), 13-14, pp. 97-123.
- Mestre, Victor (2007), “O monte alentejano, uma identidade de raízes ancestrais: contributos para o seu conhecimento e permanência”, em AA. VV., *Olhar o monte alentejano a pretexto de Alqueva*, Beja, EDIA/Museu da Luz.
- Mestre, Victor e Sofia Aleixo (2007), “Levantamentos arquitectónicos de montes alentejanos: a aldeia da Luz”, em AA. VV., *Olhar o monte alentejano a pretexto de Alqueva*, Beja, EDIA/Museu da Luz.
- Milani, Raffaele (2006), “Estética del Paisaje: Formas, Cánones, Intencionalidad”, em Javier Maderuelo (ed.), *Paisage y Pensamiento*, Centro de Arte y Naturaleza, Madrid, Abada Editores.
- Mira, Natércia e Conceição Rego (1999), “Diagnóstico Demográfico Económico e Social da Zona do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (E. F. M. A.)”, em AA. VV. *Alqueva, Centro do Mundo? Évora*, Associação de Defesa dos Interesses de Monsaraz (ADIM).
- Mitchell, W. J. T. (1994), “Imperial Landscape”, em W. J. T. Mitchell (ed.), *Landscape and Power*, Chicago and London, University of Chicago Press.
- Morphy, Howard (1995 [1993]), “Colonialism, History and the Construction of Place: The Politics of Landscape in Northern Australia”, em Barbara Bender (ed.), *Landscape: politics and perspectives*, Providence/Oxford, Berg Publishers.
- Nave, Joaquim Gil (2003), “O rural e os seus duplos”, em José Portela e João Castro Caldas (org.), *Portugal Chão*, Oeiras, Editora Celta.
- Nobre, António (1981[1892]), *Só*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Norberg-Schulz, Christian (1981 [1979]), *Genius loci: paysage, ambiance, architecture*, Bruxelles, Pierre Mardaga éditeur.
- Oliveira Marques, António Henrique Rodrigo de (1985 [1963-1971]), “Trigo”, em Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, VI, Porto, Livraria Figueirinhas.
- Oliveira Martins, Joaquim Pedro de (1987), “Projecto de “Lei sobre o Fomento Rural”, lido na Câmara dos Deputados em 27/4/1887”, *A Política Agrícola de Oliveira Martins*, Lisboa, Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação.
- Olwig, Kenneth Robert (1995 [1993]), “Sexual Cosmology: Nation and Landscape at the Conceptual Interstices of Nature and Culture; or what does landscape really mean?”, em

- Barbara Bender (ed.), *Landscape: politics and perspectives*, Providence/Oxford, Berg Publishers.
- Partidário, Maria do Rosário (1998), “Desafios da Interioridade: a riqueza ambiental e a vantagem para a sustentabilidade”, em AA. VV., *Perspectivas de Desenvolvimento do Interior*, Lisboa, IN-CM.
- Pato, João Howell (2008), *O valor da água como bem público*, Dissertação de Doutoramento em Ciências Sociais, especialidade em Sociologia Geral, Lisboa, Universidade de Lisboa/ Instituto de Ciências Sociais, (Online).
Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/310>.
- Picão, Silva (1983 [1903]), *Através dos Campos. Usos e costumes agrícola-alentejanos (concelho de Elvas)*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Pinney, Christopher (1995), “Moral Topophilia: The Significations of Landscape in Indian Oleographs”, em Eric Hirsch and Michael O’Hanton (Ed.), *The Anthropology of Landscape. Perspectives on Place and Space*, Oxford, Clarendon Press.
- Pérez, Xerardo Pereiro (2003), “Patrimonialização e transformação das identidades culturais”, em José Portela e João Castro Caldas (org.), *Portugal Chão*, Oeiras, Editora Celta.
- Prats, Llorenç (2009 [1997]), *Antropologia y patrimonio*, Barcelona, Editorial Ariel.
- Proença, Raul (1988 [1924]), *Guia de Portugal, I, (Generalidades. Lisboa e Arredores)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Proença, Raul (1991, [1927]), *Guia de Portugal, II, (Estremadura, Alentejo, Algarve)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Queiroz. Eça de (s. a. [1901]), *A Cidade e as Serras*, Lisboa, Livros do Brasil.
- Quintela, António C. e José Manuel de Mascarenhas (2006), “Barrages romains du Portugal. Types et fonctions”, *Mélanges de la Casa de Velázquez*, (Online), 36-2.
Disponível em: <http://mcv.revues.org/1874>.
- Radich, Maria Carlos (1996), *Agronomia no Portugal Oitocentista: uma Discreta Desordem*, Oeiras, Celta Editora.
- Rau, Virgínia (1984 [1960]), “A Grande Exploração Agrária em Portugal a partir dos fins da Idade Média”, em Virgínia Rau, *Estudos sobre História Económica e Social do Antigo Regime* (introdução e org. de José Manuel Garcia), Lisboa, Editorial Presença.
- Reis, Jaime (1974), A «Lei da Fome»: as origens do protecçãoismo cerealífero (1889-1914), *Análise Social*, XV (60), pp. 745-793.
- Reis, Jaime (1982), “Latifúndio e progresso técnico: a difusão da debulha mecânica no Alentejo, 1860-1930”, *Análise Social*, XVIII (71), pp. 371-433.
- Reis, José (2003), “Observar a mudança: o papel dos estudos rurais”, em José Portela e João Castro Caldas (org.), *Portugal Chão*, Oeiras, Editora Celta.
- Reis, Manuela e Aida Valadas de Lima (1998), “Desenvolvimento, território e ambiente”, em José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa (org.), *Portugal que modernidade?*, Oeiras, Celta Editora.
- Relatório do Estado do Abastecimento de Água e da Drenagem e Tratamento de Águas Residuais Sistemas Públicos Urbanos-INSAAAR 2009* (2010), Lisboa, Instituto da Água, I.P.
- Ribeiro, Orlando (1987 [1968]), *O Mediterrâneo: Ambiente e Tradição*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

- Ribeiro, Orlando e Herrman Lautensach, 1991 (2ª edição) (organização, comentários e actualização de Suzanne Daveau), *Geografia de Portugal*, vol. I, *A Posição Geográfica e o Território*, Lisboa, Edições João Sá da Costa.
- Ribeiro, Orlando (1992 [1961]), *Geografia e Civilização - Temas Portugueses*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Ribeiro, Orlando e Herrman Lautensach, 1997 (3ª edição) (organização, comentários e actualização de Suzanne Daveau), *Geografia de Portugal*, vol. II, *O Ritmo Climático e a Paisagem*, Lisboa, Edições João Sá da Costa
- Ribeiro, Orlando (1998, 7ª edição [1945]), *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Esboço de relações geográficas*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora.
- Ribeiro Telles, Gonçalo (1994), “Paisagem Global”, em A. A. Monteiro Monteiro *et al.*, *Paisagem*, Lisboa, Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.
- Rodrigo, Isabel (2003), “A questão ambiental nos territórios rurais e nas agriculturas da União Europeia”, em José Portela e João Castro Caldas (org.), *Portugal Chão*, Oeiras, Editora Celta.
- Roncayolo, Marcel, 1986, “Região”, *Enciclopédia Einaudi*, Ruggiero Romano (dir.), *Região*, n.º 8, Lisboa, IN-CM.
- Roncayolo, Marcel (1997), “Le Paysage du Savant”, em Pierre Nora (dir.), *Les Lieux de Mémoire*, 2º (III), *La Nation*, Paris, Gallimard.
- Rosas, Fernando (1991), “Rafael Duque e a política grária do estado Novo (1934-44)”, *Análise Social*, XXVI (112-113), pp. 771-790.
- Rosas, Fernando (1994), “As «mudanças invisíveis» do pós-guerra”, José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, VII, *O Estado Novo (1926-1974)*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Salgueiro, Teresa Barata (2001), “Paisagem e Geografia”, *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*, XXXVI (72), pp. 37-53.
- Sanguin, M. Andre-Louis (1981), “La géographie humaniste ou l'approche phénoménologique des lieux, des paysages et des espaces”, *Annales de Géographie*, 90 (501), pp. 560-587.
- Santos, Henrique Pereira dos (2010), *Do Tempo e da Paisagem (Manual para leitura de paisagens)*, Cascais, Príncipeia.
- Santos, Luiz Reis e Carlos Queiroz (fotografias de Mário Novaes) (1940), *Paisagem e Monumentos de Portugal*, Lisboa, Secretariado da Propaganda Nacional - Secção de Propaganda e Recepção da Comissão Nacional dos Centenários.
- Saraiva, Clara (2003), “Aldeia da Luz: entre dois solstícios, a etnografia das continuidades e mudanças”, *Etnográfica*, VII (I), pp. 105-130.
- Saraiva, Clara (2005), *Luz e água: etnografia de um processo de mudança*, Beja, EDIA-Museu da Luz.
- Saraiva, Clara (2007), “Um museu debaixo de água: o caso da Luz”, *Etnográfica*, XI (2), pp. 441-470.
- Saraiva, Maria da Graça Amaral Neto (1999), *O Rio como Paisagem – gestão de corredores fluviais no quadro do ordenamento do território*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia.

- Schama, Simon (1996 [1995]), *Paisagem e Memória*, São Paulo, Editora Schwarcz (Companhia das Letras).
- Schmidt, Luísa e Maria Inês Mansinho (1994), “A emergência do ambiente nas ciências sociais: análise de um inventário bibliográfico”, *Análise Social*, XXIX (125-126), pp. 441-481.
- Selborne, Lord (2001), *A ética do uso da água doce: um levantamento*, Unesco, (Online). Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/pol/etica_uso_agua.pdf.
- Serra, João Bonifácio (2010), “O Guia de Portugal de Raul Proença: o que os portugueses devem saber sobre Portugal”, em AA. VV., *Viajar. Viajantes e Turistas à Descoberta de Portugal no tempo da I República* (Catálogo de exposição), Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, Lisboa, IN-CM.
- Serrão, Adérito (1999), “Alqueva, uma Alavanca de Progresso para o Alentejo no Século XXI”, em AA. VV., *Alqueva, Centro do Mundo?*, Évora, Associação de Defesa dos Interesses de Monsaraz (ADIM).
- Silbert, Albert (1966), *Le Portugal Méditerranéen a la fin de l'ancien régime: XVIIIe – début du XIXe siècle: contribution à l'histoire agraire comparée*, Paris, S.E.V.P.E.N..
- Silva, Luís (2004), “Moinhos e Moleiros no Alentejo Oriental: uma perspectiva etnográfica”, *Etnográfica*, VIII (2), pp. 221-242.
- Silva, Luís (2007), “Sortelha e Monsaraz: estudo de caso de dois lugares turísticos no interior de Portugal”, *Análise Social*, XLII (184), pp. 853-874.
- Silva, Luís (2009a), *Casas no Campo, Etnografia do Turismo Rural em Portugal*, Lisboa, ICS.
- Silva, Luís (2009b), “A patrimonialização e a turistificação do contrabando”, em Dulce Freire, Eduarda Rovisco e Inês Fonseca (coord.), *Contrabando na fronteira Luso-Espanhola. Práticas, memórias e patrimónios*, Lisboa, Edições Nelson de Matos.
- Silveira, Luís Espinha da (1980), “A venda dos bens nacionais (1834-43): uma primeira abordagem”, *Análise Social*, XVI (61-62), pp. 87-110
- Silveira, Luís Espinha da (1991), “Venda de bens nacionais, estrutura da propriedade e estrutura social na região de Évora na primeira metade do século XIX”, *Análise Social*, XXVI (112-113), pp. 585-612.
- Simmel, Georg (2009 [1913]), *A Filosofia da Paisagem*, (tradução de Artur Morão), Universidade da Beira Interior, Covilhã, (Online). Disponível em: http://www.lusosofia.net/textos/simmel_georg_filosofia_da_paisagem.pdf.
- Simões, Dulce (2009), “O contrabando em Barrancos: memórias de um tempo de guerra”, em Dulce Freire, Eduarda Rovisco e Inês Fonseca (coord.), *Contrabando na fronteira Luso-Espanhola. Práticas, memórias e patrimónios*, Lisboa, Edições Nelson de Matos.
- Sinha, Amita (1995), “Introduction: Varieties of nature viewing”, em Amita Sinha (ed.), *Environmental Psychology. Landscape perception*, London, Academic Press Limited.
- Smith, Jonathan (1992), “The slightly different thing that is said: Writing aesthetic experience”, em Trevor Barnes e James S. Duncan (ed.), *Writing Worlds: Discourse, text and metaphor in the representation of landscape*, London, Routledge.
- Snyder, Joel (1994), “Territorial Photography”, em W. J. T. Mitchell (ed.), *Landscape and Power*, Chicago and London, University of Chicago Press.

- Soares, António de Oliveira (texto) e Miguel Proença (fotografia) (2007), *Alqueva, paisagem que muda povo que espera*, s. l., Arte Contempo.
- Soromenho-Marques, Viriato (1996), “Public Participation and Water Policy in Portugal”, Stockolm Conference E. U. Environmental Advisory Bodies, October, 21-22. (Online).
Disponível em:
<http://www.viriatosoromenho-marques.com/Imagens/PDFs/Water%20Policy-Stockholm,%20October%201996.pdf>.
- Soromenho-Marques, Viriato (2001), “Pensar a paisagem. Da aventura interior ao campo da História”, *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*, XXXVI (72), pp. 149-156.
- Spirn, Anne Whiston (1998), *The Language of Landscape*, New Haven and London, Yale University Press.
- Stronza, Amanda (2001), “Anthropology of Tourism: Forging New Ground for Ecotourism and Other Alternatives”, *Annual Review of Anthropology*, 30, pp. 261-283.
- Szöllösi-Nagy, András (2009 [2006]), “Water and the Decade 2005-2015 and Overview of Global Water: Scientific Challenges and Opportunities”, em Charles Buchanan, Paula Vicente, Evan Vlachos (ed.), *Making the Passage Through the 21st Century. Water as a Catalyst for Change*, Lisbon, Luso-American Foundation.
- Thomas, Julian (1995 [1993]), “The Politics of Vision and the Archaeologies of Landscape”, em Barbara Bender (ed.), *Landscape: politics and perspectives*, Providence/Oxford, Berg Publishers.
- Tilley, Christopher (1995 [1993]), “Art, Architecture, Landscape [Neolithic Sweden]”, em Barbara Bender (ed.), *Landscape: politics and perspectives*, Providence/Oxford, Berg Publishers.
- Treib, Marc (1999), “Nature Recalled”, em James Corner (ed.), *Recovering Landscape. Essays in Contemporary Landscape Architecture*, New York, Princeton Architectural Press.
- Urry, John, 1998 [1990]), *The Tourist Gaze. Leisure and Travel in Contemporary Societies*, London/Thousand Oaks/New Delhi, SAGE Publications.
- Urry, John e Carol Crawshaw (1995), “Turismo e Consumo visual”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (Online), 43.
Disponível em:
<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/43/John%20Urry,%20Carol%20Crawshaw%20-%20Turismo%20e%20consumo%20visual.pdf>.
- Valadas de Lima, Aida (1991 [1987]), “Velhos e novos agricultores em Portugal”, *Análise Social*, XXVI (111), pp. 335-359.
- Valadas de Lima, Aida e Luísa Schmidt (1996), “Questões ambientais - conhecimentos, preocupações e sensibilidades”, *Análise Social*, XXXI (135), pp. 205-227.
- Velosa, João Miguel Nunes Baptista Cima de (2009), *Os efeitos das grandes barragens no desenvolvimento socioeconómico local*, Dissertação de Mestrado em Engenharia Civil, Lisboa, Instituto Superior Técnico, (Online).
Disponível em: https://dspace.ist.utl.pt/bitstream/2295/572010/1/Tese_1.pdf.
- Vidal, Frederic e Maria José Aurindo (2010), “Turismo e Identidade Nacional: uma nova imagem para Portugal”, em AA. VV., *Viajar. Viajantes e Turistas à Descoberta de*

- Portugal no tempo da I República* (Catálogo de exposição), Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, Lisboa, IN-CM.
- Vieira, Daniel de Souza Leão (2006), “paisagens e imaginário: contribuições teóricas para uma história cultural do olhar”, *Fênix, Revista de História e Estudos Culturais*, (Online), 3, ano III (3). Disponível em: <http://www.revistafenix.pro.br/PDF8/DOSSIE-ARTIGO7-Daniel.Souza.Leao.Vieira.pdf>.
- Voisenat, Claudie (1992), “A propos de paysages”, *Terrain*, 18, pp. 137-141.
- Xavier, Sandra (2000), ““O Monumento é o vale”: a retórica da paisagem no Parque Arqueológico do Côa”, *Etnográfica*, IV (1), pp. 109-127
- Xavier, Sandra (2007), “Usos da ruralidade na arquitectura paisagística”, *Etnográfica*, 11(1), pp. 165-187.
- Wagner, John R. (2008), “Landscape Aesthetics, Water, and Settler Colonialism in the Okanagan Valley of British Columbia”, *Journal of Ecological Anthropology*, 12, (Online). Disponível em: <http://shell.cas.usf.edu/jea/PDFs/WagnerVol12.pdf>.
- Waldheim, Charles (1999), “Aerial Representation and the Recovery of Landscape”, em James Corner (ed.), *Recovering Landscape. Essays in Contemporary Landscape Architecture*, New York, Princeton Architectural Press.
- Walter, François (1991), “La Montagne des suisses: Invention et Usage d’une Réprésentation Paysagère (XVIII-XIXe Siècle)”, *Etudes Rurales*, 121-124, pp. 91-107.
- Wateau, Fabienne (1999), “Barrages, Identités et Frontières: Des barrages sur rivières frontalières (Sela et Alqueva)”, em J. Pujadas, E. Martín e Joaquim Pais de Brito (ed.), *Globalización, Fronteras culturales y políticas y Ciudadanía*, Santiago de Compostela, Federación de Asociaciones de Antropología del Estado Español (FAAEE) y Asociación Galega de Antropoloxía (AGA), (Online). Disponível em: http://halshs.archives-ouvertes.fr/docs/00/50/99/32/PDF/10_frontiA_res_de_l_eau_1999.pdf.
- Wateau, Fabienne (2000), *Conflitos e água de rega: ensaio sobre a organização social no vale de Melgaço*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Wateau, Fabienne (2008), “Barragem e participação pública em Alqueva. Um exemplo português de concertação?”, em T. S. Cuesta e X. X. Neira, *Auga e sustentabilidade. Enfoques para unha nova política de augas*, Lugo, Universidade de Santiago de Compostela, (Online). Disponível em: http://halshs.archives-ouvertes.fr/docs/00/51/00/22/PDF/50_Fortaleza_e_Galicia_2008.pdf.
- Wateau, Fabienne (2010), “Barrage et absence de contestation: Alqueva (Portugal)”, Graciela Schneier (ed.), *L’eau mondialisée: la gouvernance en question*, Paris, Editions La Découverte, (Online). Disponível em: http://halshs.archives-ouvertes.fr/docs/00/51/01/89/PDF/60_Contester_2010.pdf.
- Williams, Raymond (1973), *The Country and the City in the Modern Novel*, Oxford, Oxford University Press.
- Williams, Raymond (1977), “Plaisantes Perspectives: Invention du Paysage et Abolition du Paysan”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 17-18, pp. 29-36.

Em redor do *Grande Lago*: a água e a paisagem em Alqueva através do texto legislativo e institucional.

Williams, Raymond (1985 [1976]), *Keywords: a vocabulary of culture and society* (revised edition), New York, Oxford University Press.

Wright, John Kirtland (1947), “Terrae Incognitae: The Place of Imagination in Geography”, *Annals of the Association of American Geographers*, 37, (Online).

Disponível em: http://www.colorado.edu/geography/giw/wright-jk/1947_ti/body.html.

Dicionários:

Figueiredo, Cândido (1992, 24ª edição [1939]), *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, entrada “Paisagem”, Venda Nova, Bertrand Editora.

Houaiss, António (2003), *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, entrada “Paisagem”, Lisboa, Temas e Debates.

Rosas, Fernando e J. M. Brandão de Brito (dir.) (1996), *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores.

Serrão, Joel Serrão (dir.) (1985 [1963-1971]), *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Livraria Figueirinhas.

Periódicos:

Jornais: *Diário de Notícias*, *Público*, *Expresso*, *Correio da Manhã*, *Jornal de Notícias*, *A Capital*, *Diário Popular*, *Dia*, *Avante*, *Diário de Lisboa* (consulta a diversos exemplares contendo notícias relacionadas com Alqueva, publicadas no período compreendido entre 1975 e Fevereiro de 2011).

Revistas: *Panorama*, *Revista de Arte e de Turismo* (1941 até 1973).

Diplomas Legais:

1926:

Decreto n.º 12 559, de 20/10/1926, *Diário do Governo*, n.º 240, I série, de 27/10/1926 (promulga a denominada Lei dos Aproveitamentos Hidráulicos).

1929:

Decreto n.º 17 252, *Diário do Governo*, n.º 191, I série, de 21/08/1929 (1ª Campanha do Trigo)

1931:

Decreto n.º 20113, *Diário do Governo*, n.º 172, I série, de 27/07/1931 (2ª Campanha do Trigo, renominada Campanha da Produção Agrícola).

1936:

Decreto Lei n.º 27307, *Diário do Governo*, n.º 269, I série, de 16/11/1936 (procede à reorganização do Ministério da Agricultura e institui a Junta de Colonização Interna).

1962:

Decreto Lei n.º 44720, *Diário do Governo*, n.º 270, I série, de 23 de Novembro (procede à revisão do Regime Jurídico da Colonização interna).

1968:

Convénio Internacional Luso-Espanhol para Regular o Uso e o Aproveitamento Hidráulico dos Troços Internacionais dos Rios Minho, Lima, Tejo, Guadiana, Chança e seus Afluentes e Protocolo Adicional, assinados em Madrid a 29/05/1968, Decreto-Lei n.º 48661, *Diário do Governo*, n.º 260, I série, de 05/11/1968.

1970:

Lei n.º 9/70, *Diário do Governo*, n.º 141, I série, de 19/06/1970 (atribui ao Governo a incumbência de promover a protecção da Natureza e dos seus recursos em todo o território, de modo especial pela criação de parques nacionais e de outros tipos de reservas).

1971:

Decreto Lei n.º 187/71, *Diário do Governo*, n.º 108, I série, de 08/05/1971 (cria o Parque Nacional da Peneda Gerês)

Decreto Lei n.º 502/71, *Diário do Governo*, n.º 271, I série, de 18/11/1971 (classificação das albufeiras de águas públicas)

1974:

Decreto Lei n.º 203/74, *Diário da República*, n.º 113, I série, de 15/05/1974 (define o programa e orgânica do Governo Provisório e cria criando a Subsecretaria de Estado do Ambiente no Ministério do Equipamento Social e Ambiente)

1976:

Decreto Lei n.º 613/76, *Diário da República*, n.º 174, I série, de 27/07/1976 (revoga a Lei n.º 9/70, *Diário do Governo*, n.º 141, I série, de 19/06/1970) – (definiu a classificação das Áreas Protegidas: reservas naturais (integrais e parques nacionais); reservas naturais parciais; reservas de recreio; paisagens protegidas; objectos, conjuntos, sítios e lugares classificados; parques naturais).

1977:

Decreto Lei n.º 14/77, *Diário da República*, n.º 4, I série, de 06/01/1977 - Estabelece disposições relativas ao arranque, corte ou poda de azinheiras.

1978:

Decreto Lei n.º 14/77, *Diário da República*, n.º 177, I série, de 03/08/1978 - Aprova a regulamentação protecional do montado de sobro

1987:

Lei de Bases do Ambiente Lei n.º 11/87, *Diário da República*, n.º 81, I série, de 07/04/1987.

1988:

Decreto-Regulamentar n.º 2/88, *Diário da República*, n.º 16, I série, de 20/01/1988 (regulamenta as actividades a desenvolver nas albufeiras de acordo com a classificação destas).

1990:

Decreto Lei n.º 186/90, *Diário da República*, n.º 130, I série, de 06/06/1990 (diploma do Ministério do Ambiente e Recursos Naturais que sujeita a uma avaliação de impacte ambiental os planos e projectos que, pela sua localização, dimensão ou características, sejam susceptíveis de provocar incidências significativas no ambiente).

Decreto Regulamentar n.º 38/90, *Diário da República*, n.º 274, I série, de 27/11/1990 (diploma do Ministério do Ambiente e dos Recursos Naturais que regulamenta o regime das avaliações de impacte ambiental).

1993:

Decreto Lei n.º 19/93, *Diário da República*, n.º 19, I série - A, de 23/01/1993 (estabelece normas relativas à Rede Nacional de Áreas Protegidas)

1994:

Decreto Lei n.º 45/94, *Diário da República*, n.º 44, I série - A, de 22/02/1994 (diploma do Ministério do Ambiente e dos Recursos Naturais que regula o processo de planeamento de recursos hídricos e a elaboração e aprovação dos planos de recursos hídricos).

Decreto Lei n.º 46/94, *Diário da República*, n.º 44, I série - A, de 22/02/1994 (Estabelece o regime de licenciamento da utilização do domínio hídrico, sob jurisdição do Instituto da Água).

1996:

Resolução do Conselho de Ministros n.º 8/96, *Diário da República*, n.º 19, I série - B, de 23/01/1996 – aprova “avançar inequivocamente com o projecto do Alqueva”.

2000:

Decreto Lei n.º 69/2000, *Diário da República*, n.º 102, I série - A, de 03/05/2000, republicado pelo Decreto Lei n.º 197/2005, *Diário da República*, n.º 214, I série - A, de 08/11/2005 - Aprova o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental.

2001:

Decreto Lei n.º 243/2001, *Diário da República*, n.º 206, I série – A, de 05/09/2001 (diploma do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território que aprova as normas relativas à qualidade da água destinada ao consumo urbano, transpondo para o direito interno a Directiva n.º 98/83/CE, do Conselho, de 3 de Novembro, relativa à qualidade da água destinada ao consumo humano).

2002:

Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/2002, *Diário da República*, n.º 83, I série - B, de 09/04/2002 (Plano Regional de Ordenamento do Território da Zona Envolvente da Albufeira do Alqueva (PROZEA).

Decreto Lei n.º 112/2002, *Diário da República*, n.º 90, I série – A, de 17/04/2002 (Plano Nacional da Água).

Resolução do Conselho de Ministros n.º 95/2002, *Diário da República*, n.º 110, I série - B, de 13/05/2002 (Plano de Ordenamento das Albufeiras do Alqueva e Pedrógão (POAAP).

2004:

Portaria n.º 200/2004, *Diário da República*, n.º 29, II série, de 04/02/2004 - Índice de desenvolvimento social

Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC): aprovação e sucessivas alterações através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 119/2004, *Diário da República*, n.º 179, I série - B, de 31/07/2004; Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2006, *Diário da República*, n.º 162, I série, de 23/08/2006; Resolução do Conselho de Ministros n.º 1/2008, *Diário da República*, n.º 3, I série, de 04/01/2008.

2005:

Convenção Europeia da Paisagem (Florença, 20/10/2000) – Transposta para o ordenamento jurídico nacional pelo Decreto n.º 4/2005, *Diário da República*, n.º 31, I série - A, de 14/02/2005.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 105/2005, *Diário da República*, n.º 122, I série - B, de 28/06/2005. Lei n.º 58/2005, *Diário da República*, n.º 249, I série – A, de 29/12/2005 (Aprova a Lei da Água, transpondo para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro, e estabelecendo as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas).

2006:

Resolução do Conselho de Ministros n.º 28/2006, *Diário da República*, n.º 59, I série - B, de 23/03/2006 (determina a elaboração do Plano Regional de Ordenamento do Território para a Região do Alentejo, PROTA).

Resolução do Conselho de Ministros n.º 94/2006, *Diário da República*, n.º 150, I série, de 04/08/2006 (Plano de Ordenamento das Albufeiras do Alqueva e Pedrógão, POAAP, revoga o anterior POAAP, supra indicado).

2007:

Lei n.º 58/2007, *Diário da República*, n.º 170, I série, de 04/09/2007 (Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, PNPOT).

2008:

Decreto Lei 39/2008, *Diário da República*, n.º 48, I série, de 7 de Março (aprova o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos).

Portaria n.º 1038/2008, *Diário da República*, n.º 178, I série, de 15/09/2008 (aprova os estatutos da Entidade Regional de Turismo do Alentejo, que adopta a denominação Turismo do Alentejo, E. R. T.)

Portaria n.º 1151/2008, *Diário da República*, n.º 198, I série, de 13/10/2008 (aprova os estatutos da entidade regional de turismo do pólo de desenvolvimento turístico do Alqueva).

2009:

Decreto-Lei n.º 107/2009, *Diário da República*, n.º 94, I série, de 15 de Maio de 2009 - Estabelece o regime jurídico de protecção das albufeiras e das lagoas ou lagos de águas públicas (revoga o Decreto-Lei n.º 502/71, *Diário do Governo*, n.º 271, I série, de 18/11/1971, relativo à classificação das albufeiras de águas públicas)

Portaria n.º 522/2009, *Diário da República*, n.º 94, I série, de 15/05/2009 - Reclassifica as albufeiras de águas públicas de serviço público, classificadas ao abrigo dos Decretos Regulamentares n.ºs. 2/88, de 20/01/1988; n.º 28/93, de 06/09/93; n.º 10/98, de 12/05/1998; n.º 16/98, de 25/06/1998; n.º 25/99, de 27/10/1999; n.º 3/2002, de 04/02/2002; n.º 9/2005, de 12/09/2005 e n.º 85/2007, de 11/12/2007.

2010:

Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2010, *Diário da República*, n.º 148, I série, de 02/08/2010 (Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo, PROTA, revoga, entre outros, o Plano Regional de Ordenamento do Território da Zona Envolvente de Alqueva).

Em redor do *Grande Lago*: a água e a paisagem em Alqueva através do texto legislativo e institucional.

Endereços electrónicos consultados:

Agência Portuguesa do Ambiente/Programa Nacional para as Alterações Climáticas:

<<http://www.apambiente.pt/politicasambiente/AlteracoesClimaticas/PNAC/Paginas/default.aspx>>.

Agroportal: <<http://www.agroportal.pt/>>.

Associação Jovens Agricultores Portugueses: <<http://www.ajap.pt/id.asp?id=s1p>>

Atlas de Portugal: <<http://www.igeo.pt/atlas/index1.html>>

Câmara Municipal de Mourão: <<http://www.cm-mourao.pt/pt>>.

Câmara Municipal de Portel: <<http://www.cm-portel.pt/pt/>>.

Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz:

<<http://www.cm-reguengos-monsaraz.pt/pt/>>.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo:

<<http://webb.ccdr-a.gov.pt/>>.

Comissão Nacional Portuguesa de Grandes Barragens: <<http://cnpgeb.inag.pt/>>.

Dia Mundial da Água: <<http://www.unwater.org/worldwaterday/flashindex.html>>.

Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva/EDIA:

<http://www.edia.pt/portal/page?_pageid=53,1&_dad=portal&_schema=PORTAL>.

Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável/ENDS 2015:

<<http://www.apambiente.pt/Paginas/default.aspx>>.

Fundación Nueva Cultura del Agua: <<http://www.unizar.es/>>.

Gestalqueva – Sociedade de Aproveitamento das Potencialidades das Albufeiras de Alqueva e Pedrogão: <<http://www.gestalqueva.pt/>>.

Instituto da Água, I. P.: <<http://www.inag.pt/>>.

International Commission of Large Dams (ICOLD): <<http://www.icold-cigb.net/>>.

International Water Management Institute (IWMI):

<<http://www.iwmi.cgiar.org/index.aspx>>.

Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Guadiana (Ministério do Ambiente/Instituto da Água, 1999): <http://www.inag.pt/inag2004/port/a_intervencao/planeamento/pbh/pbh04.html>.

Plano Estratégico Nacional do Turismo:

<http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/conhecimento/planoestrategiconacionaldoturismo/Anexos/PENT_VERSAO_REVISTA_PT.pdf>.

Plataforma Colaborativa do Plano Regional de Ordenamento do território – Alentejo, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo:

<<http://prot.ccdr-a.gov.pt/>>.

Programa Nacional de Barragens de Elevado Potencial Hídrico:

<<http://pnbeqh.inag.pt/np4/home.html>>.

Recenseamento agrícola - análise dos principais resultados: 2009 (INE, 2011):

<http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=119564579&PUBLICACOESstema=55505&PUBLICACOESmodo=2>.

Relatório Brundtland: <<http://www.un-documents.net/wced-ocf.htm>>.

Relatório *Situação da Agricultura em Portugal*, Direcção Geral da Agricultura, 2003.

(acessível in <http://ec.europa.eu/agriculture/publi/reports/portugal/workdoc_pt.pdf>

Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos: <<http://snirh.pt/>>.

Em redor do *Grande Lago*: a água e a paisagem em Alqueva através do texto legislativo e institucional.

Turismo de Portugal, I. P.: <<http://www.turismodeportugal.pt>>.

World Commission on Dams: <<http://www.dams.org/>>.

O Melhor do Alentejo - Guia de Sugestões, 2008 (publicado *on line* em 20/01/2009), de Ana Barbosa/TurAventur (guia com 112 páginas disponível no endereço electrónico da Agência Regional de Promoção Turística do Alentejo - Turismo do Alentejo):

<http://www.visitalentejo.pt/NR/rdonlyres/D384CE6C-046F-4B89-B101-A272D3C8BDAD/0/BrochuraOMelhordoAlentejo_vPT.pdf>.